

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem da Administração

A COPASA MG manteve em 2012 sua performance de excelência na prestação de serviços, dentro da missão de ser provedora de soluções em abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos para promover o desenvolvimento socioeconômico nas diferentes regiões do Estado. Deu continuidade ao compromisso de buscar permanentemente a universalização dos serviços de saneamento básico com grande competitividade e boas práticas de gestão assumindo concessões importantes, resgatando o passivo ambiental com os investimentos em coleta e tratamento de esgotos para ser cada vez mais eficiente, pautando as ações nos princípios da ética e no atendimento dos usuários e aos atores sociais de todas as regiões do Estado onde está presente.

A empresa deu continuidade ao seu Projeto de Gestão Classe Mundial, investindo nos princípios do Modelo de Excelência da Gestão. As Diretorias de Operação Sudoeste e Centro-Leste da COPASA MG foram agraciadas com o mais importante prêmio do saneamento na América Latina, o Troféu Quirón Diamante do Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento - PNQS 2012, consagrado como instrumento de referência na avaliação e melhoria contínua dos serviços de saneamento ambiental do país.

A COPASA MG encerrou o exercício com uma receita operacional líquida de água e esgoto de R\$2,768 bilhões e EBITDA de R\$1,146 bilhão.

Em 2012, os investimentos totalizaram R\$754,6 milhões, montante aplicado, principalmente, em sistemas de abastecimento de água (R\$235,9 milhões) e em sistemas de coleta e tratamento de esgotos (R\$504,8 milhões) que resultaram em ampliação significativa da capacidade de atendimento aos usuários de serviços públicos de saneamento básico atendidos pela Companhia.

Em relação ao abastecimento de água, quando comparado com a posição de dezembro de 2012, a população atendida aumentou em 452 mil pessoas, que representaram um incremento de 3,3% no ano de 2012, atingindo a uma população total de aproximadamente 14,1 milhões de habitantes conectados à rede pública distribuidora de água tratada. Quanto aos sistemas de esgotamento sanitário, houve uma evolução ainda mais significativa, com um incremento de 515 mil pessoas que puderam dispor de serviços públicos de esgotamento sanitário em 2012, que representam um percentual de 6,2%, totalizando aproximadamente 8,8 milhões de habitantes beneficiados com este serviço em todo o Estado.

O avanço na questão do tratamento de esgotos é outro marco importante da empresa, tendo recebido investimentos da ordem de R\$346,4 milhões em 2012 com expressivo aumento do volume de esgoto tratado, que atingiu 211,1 bilhões de litros, uma elevação de 16% em relação ao ano de 2011. Dentre as principais ações destaca-se o início de operação de 14 novas Estações de Tratamento de Esgotos em diversas cidades de Minas, dentre elas: Almenara, Araxá (ETE Central), Campina Verde, Cláudio, Pouso Alegre (ETE Sapucaí Mirim), Teófilo Otoni e Turmalina. A Companhia encerrou o ano com 129 estações em operação e mais 85 estão em construção, com previsão de término até 2016.

Foram assinados 21 novos contratos de concessão, sendo 2 para prestação do serviço de abastecimento de água e 19 de esgotamento sanitário, destacando a assinatura do contrato de programa com o município de Sabará para a prestação dos serviços de esgotamento sanitário. Foram também renovadas as concessões de 29 sedes municipais, sendo 27 com serviços de abastecimento de água e 2 com serviços de esgotamento sanitário. Destaca-se também o início de operação de novos sistemas de esgotamento sanitário com destaque para os sistemas das cidades de Divinópolis, Além Paraíba e Guaxupé.

Finalmente, a Administração agradece a confiança e o suporte reiterados pelos colaboradores, clientes, acionistas e fornecedores ao longo do ano que contribuíram na melhoria da produtividade, rentabilidade e maior criação de valor para os acionistas e geração de riqueza para a sociedade.

1. Conjuntura Econômica

O ano de 2012 apresentou grandes mudanças na condução da política econômica por parte do governo destacando-se a redução nas taxas básica de juros e de impostos em setores específicos.

O Banco Central mantendo uma tendência iniciada em agosto de 2011, reduziu continuamente os juros básicos, encerrando o ano em 7,25% a.a. e indicando em seus comunicados a manutenção dessas taxas por um período prolongado.

No entanto, a reduzida recuperação das economias globais bem como a persistência durante todo o ano de 2012 da fragilidade financeira central, principalmente por parte dos países da zona do euro, influenciaram o desempenho dos países emergentes com impacto direto na economia brasileira que encerrou o ano com baixo crescimento do PIB.

Durante o ano de 2012 o consumo interno manteve-se forte impulsionado pela queda continuada das taxas de juros, porém as incertezas quanto ao futuro influenciaram na redução dos investimentos por parte das indústrias.

A inflação medida pelo IPCA manteve-se ao longo do ano acima do centro da meta e encerrou o período acumulando uma alta de 5,8%.

Já o dólar, após grande volatilidade ao longo do ano, motivada pelas incertezas globais, encerrou o ano cotado a R\$2,04 apresentando uma valorização de 11%.

É esperada uma melhoria gradativa da economia global para 2013, embora a incerteza permaneça elevada. Por conta dos estímulos à economia doméstica implementados em 2012, espera-se um desempenho melhor da economia brasileira em 2013.

cenário Atual do Saneamento Básico

O setor de saneamento vem passando por importantes mudanças e vivendo um novo momento institucional a partir da promulgação da Lei nº 11.445, em janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e sua regulamentação pelo Decreto nº 7.217, de junho de 2010.

O grande desafio agora é a consolidação desse marco regulatório, e o desenvolvimento de projetos visando a universalização dos serviços de saneamento nos próximos 20 anos, princípio fundamental da Lei.

Em Minas Gerais, a Lei Estadual nº 18.309, de agosto de 2009, estabeleceu as normas relativas aos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Estado de Minas Gerais e criou a Agência Reguladora dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Minas Gerais - ARSAE-MG. Dessa forma, os reajustes tarifários a serem praticados pela empresa, desde 2010, passaram a ser analisados e autorizados pela agência reguladora.

A ARSAE-MG editou normas que contemplam as condições gerais da prestação dos serviços, iniciando a respectiva fiscalização dos serviços prestados pela COPASA MG e estabeleceu a metodologia para cálculo de reajuste tarifário dos serviços. Atendendo também à Resolução Normativa da ARSAE-MG, a COPASA MG, em janeiro de 2013, finalizou o processo de implantação do atendimento telefônico gratuito à população.

O fluxo de recursos financeiros para realização dos investimentos vem sendo mantido, nos últimos anos, por meio das fontes tradicionais de investimento, quer sejam da Caixa Econômica Federal - CNF, com recursos do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, ou do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com recursos do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador e de programas do Governo Federal por meio do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento.

Além dessas fontes, a COPASA MG tem captado recursos no mercado de capitais, por meio da emissão de debêntures e nota promissória, assim como o mercado unificado junto ao Banco de Desenvolvimento Alemão Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW, recursos destinados aos "Programas de Utilização da Bacia do Rio Paraopeba". Os recursos desse e de outros programas são utilizados para incrementar o atendimento à população do Estado, com qualidade e regularidade, por meio de um crescente número de concessões, principalmente de esgoto sanitário, aumentando significativamente a atuação da empresa nesse componente dos serviços, na busca permanente da universalização dos serviços de saneamento básico em Minas Gerais.

Esses fatos sinalizam novos tempos para o setor de saneamento, onde questões importantes, como a melhoria da gestão, o desenvolvimento tecnológico, a consolidação das questões regulatórias e a desoneração tributária do setor, precisam ser discutidas e equacionadas.

2. Expansão do Negócio

2.1 - Concessões dos Serviços de Água e Esgoto

Cumprindo a sua missão institucional de ser um agente do desenvolvimento econômico e social do Estado de Minas Gerais, a COPASA MG não só ampliou e assegurou o atendimento nas áreas onde já atuava como também expandiu seu mercado, assinando novas concessões para abastecimento de água nas sedes municipais de Aracitaba e Frei Lagonegro. Foram, ainda, assinadas novas concessões de esgotamento sanitário nas seguintes sedes municipais: Sabará, Guaxupé, Espinosa, Antônio Prado de Minas, Capitão Enéas, Catuti, Conceição do Pará, Frei Lagonegro, Ibiaí, Icarai de Minas, Lagoa dos Patos, Matias Cardoso, Morada Nova de Minas, Presidente Juscelino, Ribeirão Vermelho, São Francisco de Paula, São Gonçalo do Abaeté, São João da Ponte, Serra do Salitre, Taquaraçu de Minas, Três Marias e Verdelândia.

Também foram renovadas concessões em sedes municipais, sendo 27 serviços de abastecimento de água e 2 de esgotamento sanitário.

As concessões renovadas de abastecimento de água são: Sabará, Arcos, Guaxupé, Espinosa, Antônio Prado de Minas, Aracitaba, Ataléia, Belmonte, Capitão Enéas, Catuti, Conceição do Pará, Coromandel, Ibiaí, Icarai de Minas, Lagoa dos Patos, Maravilhas, Matias Cardoso, Morada Nova de Minas, Presidente Juscelino, Ribeirão Vermelho, São Francisco de Paula, São Gonçalo do Abaeté, São João da Ponte, Serra do Salitre, Taquaraçu de Minas, Três Marias e Verdelândia.

As concessões renovadas de esgotamento sanitário são: Ataléia e Três Marias.

Também em 2012, a subsidiária COPANOR assumiu novas concessões de serviços de água e esgoto em vários municípios e em diversas vilas e povoados, de sedes municipais já concedidas à COPASA MG.

De forma consolidada, a COPASA MG chegou ao final de 2012 como concessionária para prestação de serviços de água em 625 municípios e de esgotamento sanitário em 277 municípios, conforme quadro a seguir:

CONCESSÕES E OPERAÇÕES DE ÁGUA E ESGOTO			
ITEM	TOTAL	COPASA	COPANOR
Nº de Municípios com Concessão de Água	625	583	42
Nº de Municípios com Concessão de Esgoto	277 ¹	235	42 ¹
Nº de Municípios com Operação de Água	612	572	40 ²
Nº de Municípios com Operação de Esgoto ²	200	183	17 ²

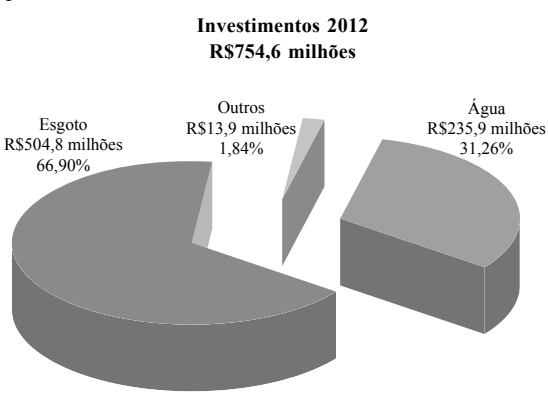
1. No número da subsidiária COPANOR foram incluídas 30 concessões de esgoto que não haviam sido divulgadas no release operacional de dezembro e que apresentam uma população conjunta de 97 mil habitantes.

2. Os municípios que ainda não entraram em operação estão em obras e estágio final de investimento. A projeção é que eles iniciem a operação dos serviços a partir de 2013.

2.2 - Investimentos

Os investimentos realizados em 2012 totalizaram R\$754,6 milhões. Desse total, R\$235,9 milhões foram investidos em sistemas de abastecimento de água, R\$504,8 milhões foram destinados aos sistemas de coleta e tratamento de esgotos e os R\$13,9

milhões restantes foram investidos em programas de desenvolvimento empresarial, bens de uso geral e outros.



Além da utilização dos recursos próprios, os investimentos foram equacionados mediante empréstimos obtidos junto à Caixa Econômica Federal - CEF, ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e junto ao Banco de Desenvolvimento Alemão Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW.

Com relação aos investimentos nos sistemas de abastecimento de água destacam-se aqueles destinados às obras de complementação da Interligação da Adutora Noroeste de Belo Horizonte - Complexo R13, e a conclusão das obras da Adutora de Integração, que irá ampliar a oferta de água em Lagoa Santa, Vespasiano, São José da Lapa e Aeroporto de Confins, bem como outros destinados à expansão da capacidade de atendimento dos sistemas de abastecimento de água de diversas cidades do interior, tais como: Divinópolis, Itamarandiba e Jaíba.

Já em relação aos Sistemas de Esgotamento Sanitário, destacam-se os investimentos destinados ao Programa de Despoluição da Bacia da Lagoa de Pampulha, às obras de ampliação dos Sistemas de Esgotamento Sanitário de Belo Horizonte/Contagem (meta 2014) e de ampliação da vazão da Estação de Tratamento de Esgotos do Ribeirão Arrudas - ETE Arrudas; às obras para construção de Estações de Tratamento de Esgotos em Barbacena, Betim (ETE Central), Justinoópolis em Ribeirão das Neves, Ibitiré, Nova Serrana, Pará de Minas, Patos de Minas, Santa Luzia (sede), Santo Antônio do Monte e Teófilo Otoni; na implantação dos Sistemas de Esgotamento Sanitário de Carmo do Paranaíba, Contagem/ Nova Contagem, Lagoa Santa e Vespasiano, na ampliação dos Sistemas de Esgotamento Sanitário de Esmeraldas, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Pouso Alegre, Santa Rita do Sapucaí e ainda no Programa de Eficiência Energética a partir da utilização do BIOGÁS gerado nas próprias estações de tratamento de esgotos, em Belo Horizonte.

2.3 - Principais Programas e Ações Desenvolvidos em 2012

Dentre os diversos programas e ações desenvolvidos pela COPASA MG durante o ano de 2012, destacaram-se:

- Início de Operação dos Sistemas de Esgotamento Sanitário das cidades de Divinópolis e Além Paraíba, beneficiando mais de 242 mil pessoas;
- Implantação/Ampliação de Sistemas de Esgotamento Sanitário nas cidades de Barbacena, Cataguases, Santo Antônio do Monte, Santos Dumont e Resplendor;
- Conclusão das obras das ETEs de Teófilo Otoni, Turmalina, Mata Verde, Catuti e Lagoa dos Patos;
- Tratamento dos Odores e Cogeração de Energia Elétrica e Ultrassonificação de Lodos da ETE Arrudas em Belo Horizonte;
- Construção de uma Subestação Elétrica de 18 MVA na elevatória de água tratada EAT-5 do Sistema Serra Azul, visando a migração da tensão de alimentação de 13,8 kV para 138 kV;
- Aumento de reservação no Reservatório R13 - Ceu Azul, com acréscimo de 13 milhões de litros d'água, beneficiando uma população de aproximadamente 600 mil pessoas;
- Convênio com a Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, sobre "reuso agrícola de águas residuais", da ETE Janaúba (esgoto tratado), no cultivo da bananeira Prata Anã e do algodão", exploradas no norte de Minas Gerais.

2.4 - Cooperação Técnica

A COPASA MG desenvolve diversas atividades de cooperação técnica com municípios, companhias de saneamento e com o setor privado, no Brasil e no exterior. Tais atividades, nas modalidades de visita técnica, assistência técnica ou de consultoria, englobam: análises de água; definição de poços artesianos; manutenção de hidrômetros; perfuração, montagem e manutenção de poços artesianos; projetos e obras de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário; assistência comunitária; educação sanitária e ambiental; fornecimento de água por meio de caminhão-pipa; instalação de estações meteorológicas automáticas; publicações técnicas, entre outras. Entre os trabalhos realizados em 2012 ou ainda em andamento, destacam-se:

2.4.1 - Colsen International

Na modalidade de visita técnica o processo de cooperação técnica envolvendo a Colsen International se deu a partir de demanda dessa empresa de consultoria e projetos sediada na Holanda, com o objetivo de verificar a eficiência operacional da maior Estação de Tratamento de Esgotos construída no mundo, adotando o reator anaeróbio de manta de lodo e fluxo ascendente - UASB (sigla em inglês de upflow anaerobic sludge blanket reactor) como processo para o tratamento primário dos efluentes domésticos. Em contrapartida pela realização da visita técnica, foi oferecido aos técnicos da COPASA MG um seminário abordando a geração de energia por meio da digestão termofílica do lodo e remoção de nutrientes para a produção de fertilizantes. Este evento contou com a participação de 40 técnicos da COPASA MG.

2.4.2 - PCH Santa Fé

Com problemas de floração de cianobactérias na represa da Pequena Central Hidrelétrica Santa Fé, localizada em Três Rios - RJ, a subsidiária da Petrobrás, responsável pela operação da represa, solicitou da COPASA MG um parecer técnico sobre as condições da água sob o ponto de vista hidrobiológico. Foi firmado um contrato de prestação de serviço e a COPASA MG realizou uma avaliação criteriosa dos dados históricos de qualidade de água do lago, seguida pela coleta de diversas amostras que foram analisadas para subsidiar a avaliação técnica e emissão do parecer solicitado. O laudo técnico elaborado será a base para a correta operação do lago, levando em consideração os fatores ambientais e as condições operacionais.

2.4.3 - Consórcio Candonga e Consórcio Hidrelétrica Aimorés

Entidade formada pela VALE S/A e a Novelis, empresa com forte atuação em diversos países, inclusive no Brasil, o Consórcio Candonga é responsável pela operação de sistemas de abastecimento de água em diversas localidades de pequeno porte impactadas pelas ações industriais dessas duas empresas. Visando solucionar problemas técnicos nesses sistemas, a COPASA MG foi contratada pelo consórcio e atuou com sua expertise na busca das melhores soluções relativas às fontes de produção e realização de obra dos sistemas locais. Já no caso do Consórcio Hidrelétrica Aimorés - CHA, formado pela CEMIG e VALE S/A com atribuições semelhantes, a contratação da COPASA MG foi motivada pelo fato da empresa gozar de confiabilidade, sob o ponto de vista técnico e de responsabilidade social. Os problemas enfrentados pelo CHA na operação e gestão do sistema eram permeados pela dificuldade de relacionamento com as lideranças municipais locais. A participação da COPASA MG, notadamente no caso de Itueta - MG, apontando soluções técnicas viáveis e sustentáveis, levou a comunidade a aceitar o sistema implantado e a assumir sua parte nas rotinas de manutenção e operação do sistema.

2.5 - Subsidiárias

2.5.1 - COPASA Serviços de Irrigação S/A

Iniciou suas atividades de forma efetiva na Etapa II do Perímetro Irrigado de Jaíba, em março de 2008. Desde então, foram realizados investimentos no montante de R\$7,5 milhões com recursos do Tesouro do Estado, por meio de Convênio de Cooperação. Esses recursos foram destinados a adequação da infraestrutura operacional e aquisição de veículos e equipamentos.

Com o término do Convênio em junho de 2012 a COPASA Serviços de Irrigação S/A foi contratada pelo Governo de Minas Gerais em caráter emergencial, para continuar prestando os serviços.

2.5.2 - COPASA Águas Minerais de Minas S/A

A subsidiária da COPASA MG foi criada pelo Governo de Minas com o objetivo de promover o desenvolvimento de uma das principais riquezas turísticas do Estado - as estâncias hidrominerais que, devido às propriedades terapêuticas que as águas possuem, atraem muitos turistas.

A subsidiária COPASA Águas Minerais de Minas é responsável pela produção, distribuição e comercialização das águas minerais das fontes das cidades de Cambuçu, Cambuçu e Lambari, no Circuito das Águas de Minas Gerais, além de Araxá, conhecidas historicamente por suas fontes termais. Suas águas são provenientes de fontes naturais, centenárias, conferindo pureza, suavidade e sofisticação aos produtos comercializados.

A Cambuçu foi a primeira água mineral a voltar ao mercado. Considerada uma água gourmet por excelência, por ter uma capacidade natural intrínseca de ampliar a percepção dos sabores. É o produto ideal para se degustar durante as refeições, e para o preparo de receitas especiais e refinadas. A água mineral Cambuçu está disponível, desde 2008, nos melhores bares e restaurantes da Região Sudeste do País.

Considerada uma das melhores águas do mundo, a água mineral Cambuçu retornou ao mercado em julho de 2011, após a fábrica passar por um grande processo de reestruturação. A Cambuçu é uma água mineral premium que nasce de uma fonte naturalmente gasosa. Voltada especialmente para pessoas que apreciam o melhor, apura os paladares mais exigentes, sendo ideal para ser combinada com pratos e vinhos sofisticados, sobremesas, chás e café.

A Araxá retornou ao mercado no início de agosto de 2012, depois de concluída a reforma da fábrica e a adequação para atendimento às determinações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e do DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral. É um produto que possui, em seus sais minerais, propriedades químicas naturais que possibilitam uma hidratação muito eficiente e desintoxicação do organismo.

A Lambari atualmente está em reforma e adequação do seu "mix" para atendimento às determinações dos órgãos mencionados no parágrafo anterior. É uma água energética por natureza, que acelera o processo digestivo. É uma água adequada para a prática de esportes radicais e para quem quer viver com mais saúde desde a juventude.

A COPASA Águas Minerais de Minas é uma empresa que prima por sua conduta ética, preservação ambiental e cumpre os limites de exploração das vazões de suas fontes, conforme determinado pelo DNPM.

2.5.3 - COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A - COPANOR

A COPANOR é a concessionária para a prestação de serviços sustentáveis de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto com tarifa reduzida em 463 localidades com baixo IDH e com população entre 200 e 5.000 habitantes na região das bacias dos rios Jequitinhonha, Mucuri, de Minas Gerais, Buranhém, Itanhém e Jucuruçu, todas situadas na região nordeste do estado de Minas Gerais.

Em 2012 a COPANOR implantou sistemas de abastecimento de água tratada em 37 localidades e sistemas de esgotamento sanitário em 25 localidades, totalizando 175 localidades com água tratada, beneficiando 240 mil pessoas e 42 localidades com esgotamento sanitário, beneficiando 72 mil pessoas.

Com os investimentos financiados a partir de recursos oriundos do Governo do Estado de Minas Gerais, repassados por meio de convênio firmado com a Secretaria de Estado

da Saúde, em 2012 foram empenhados R\$100 milhões, os quais foram empregados na perfuração de poços, no desenvolvimento de projetos, na aquisição de materiais, equipamentos e áreas, além de 118 obras em execução, e 62 entregues no ano.

Para 2013/14, estão sendo equacionados e assegurados recursos da ordem de R\$200 milhões do Tesouro do Estado de Minas Gerais, e outros R\$150 milhões oriundos do BNDES/PROINVESTE.

3. Desempenho Operacional

3.1 - Dados de Atendimento

A população atendida com abastecimento de água no consolidado da Companhia, considerando a Controladora e a COPANOR, aumentou em 452 mil pessoas, um incremento percentual de 3,3%, atingindo cerca 14,1 milhões de habitantes ao final de 2012.

Esse desempenho resulta do crescimento da Controladora e da COPANOR no número de ligações, que representou um acréscimo de 144 mil novas ligações de água.

CONSOLIDADO ATENDIMENTO COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA			
Item	Unidades	2012	2011
Municípios com concessão ⁽¹⁾	Unidade	625	620
Municípios com Operação ⁽²⁾	Unidades	612	606
População Atendida	Mil Habitantes	14.066	13.614
Ligações Faturadas	Mil Unidades	3.779	3.735
Extensão de Rede	Km	44.864	43.906
Volume de Água Faturado	1.000 m ³ /ano	667.325	649.706

⁽¹⁾ Total de municípios onde a empresa detém concessão em sedes ou vilas ou povoados ou outros.

⁽²⁾ Total de municípios onde a empresa opera concessão em sedes ou vilas ou povoados ou outros.

Nos serviços de esgotamento sanitário o número total de municípios, considerando-se os operados pela COPASA MG e pela subsidiária COPANOR passou de 176 em 2011 para 200 no ano de 2012, beneficiando uma população de 8,8 milhões de habitantes, com incremento de 515 mil pessoas atendidas.

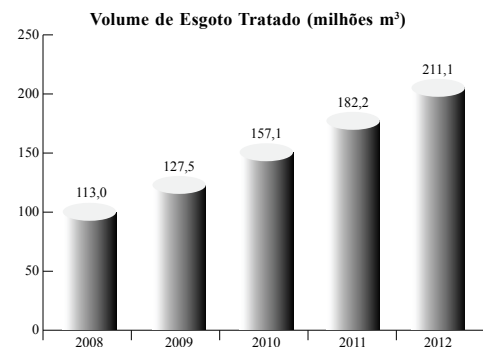
Esse atendimento é realizado por meio de 2,3 milhões de ligações prediais de esgoto, representando um aumento de 147 mil ligações, ou 7,0%, em relação ao ano de 2011. Dessas, cerca de 82 mil referem-se ao início de operação em novas localidades. A rede coletora foi expandida em 1.988 km, totalizando mais de 20,0 mil km.

CONSOLIDADO ATENDIMENTO COM ESGOTAMENTO SANITÁRIO			
Item	Unidades	2012	2011
Município com concessão ⁽¹⁾	Unidade	277	225
Municípios com Operação ⁽²⁾	Unidade	200	176
Ligações Faturadas	Mil Unidades	2.258	2.111
População Atendida	Mil Habitantes	8.785	8.270
Extensão de Rede	Km	20.093	18.105
Volume de Esgoto Faturado	1.000 m ³ /ano	428.220	402.552
Volume de Esgoto Tratado	1.000 m ³ /ano	211.092	182.211

⁽¹⁾ Total de municípios onde a empresa detém concessão em sedes ou vilas ou povoados ou outros.

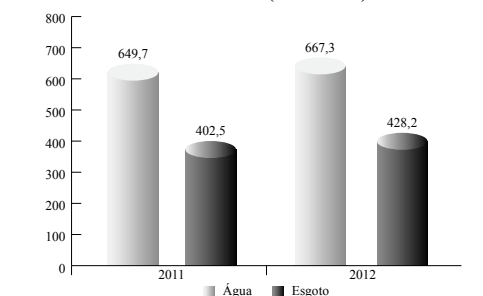
⁽²⁾ Total de municípios onde a empresa opera concessão em sedes ou vilas ou povoados ou outros.

O volume de esgoto tratado pela Companhia atingiu 211,1 bilhões de litros, com elevação percentual de 16% em relação ao ano anterior, tendo sido iniciada a operação de 14 novas Estações de Tratamento de Esgotos - ETE's em diversas cidades do Estado, dentre as quais destacamos Pouso Alegre, Teófilo Otoni, Araxá, Pará de Minas, Almenara e Cláudio.



Em 2012, a expansão da Companhia elevou o volume faturado de água em 17,6 bilhões de litros e em 25,7 bilhões de litros o volume faturado de esgoto. A ampliação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário nas localidades que já eram operadas e o início de faturamento de sistemas de água e esgoto em novas localidades, tais como as sedes municipais de Wenceslau Brás, Divinópolis, Além Paraíba, Inhapim e Guaxupé, contribuíram para esse crescimento.

Volume faturado (milhões m³)



Ressaltamos, também, o resultado alcançado em termos da produtividade do quadro de pessoal, que é medido pela relação empregados/1.000 ligações totais (água + esgoto) que passou de 2,04 empregados/1.000 ligações em 2011, para 1,96 em 2012.

O quadro a seguir apresenta, para o período indicado, o desempenho de alguns indicadores operacionais/comerciais:

CONSOLIDADO INDICADORES DE DESEMPENHO COMERCIAL/OPERACIONAL			
Item	Unidades	2012	2011
1 - Empregados	Unidade	11.827	11.717
2 - Empregados/Ligações (A+E).....	Emp./mil ligações	1,96	2,04
3 - Volume Faturado ÁGUA	1.000 m ³ /ano	667.325	649.706
3 - Volume Faturado ESGOTO	1.000 m ³ /ano	428.220	402.552
TOTAL	1.000 m ³ /ano	1.095.545	1.052.258
4 - Volume de Água produzido	1.000 m ³ /ano	948.816	912.281
5 - Índice de Hidrometração			

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A gestão da COPASA MG e seus principais processos têm padrão de qualidade reconhecido internacionalmente. O Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) do Laboratório Central, situado em Belo Horizonte, possui Certificação ISO 9001:2008, auditada pela British Standards Institution (BSI). Esta certificação ISO 9001:2000 foi obtida no ano 2000 e vem sendo revalidada, semestralmente. Além dessa certificação, em dezembro de 2011, foi feita uma auditoria pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, cujo objetivo foi o de verificar a aderência dos procedimentos, tanto os de Sistema de Gestão como os Técnicos, adotados pelo Laboratório Central com os requisitos estabelecidos pela norma ABNT NBR ISO/IEC 17025:2005. Esta avaliação faz parte do processo contínuo de manutenção da acreditação inicial obtida pelo Laboratório junto ao referido instituto, em 28 de janeiro de 2010, que concedeu ao mesmo o Certificado de Acreditação nº CRL 0474, que constitui a expressão formal do reconhecimento da sua competência técnica para realizar ensaios em amostras de águas e esgotos, buscando atender também à Deliberação Normativa nº 167 de 29 de junho de 2011 do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM.

Conforme estabelece a Portaria nº 2.914, do Ministério da Saúde, desde março de 2006, os clientes da COPASA MG estão recebendo informações sobre a qualidade da água que estão consumindo. Nas contas de água são informados os principais parâmetros: cloro, cor, flúor, coliformes totais, turbidez e Escherichia coli, no sítio da Companhia na Internet são divulgadas informações sobre parâmetros básicos de controle de qualidade da água de cada uma das localidades onde operamos o serviço público de abastecimento de água. Nesse site, está disponibilizado o Relatório de Qualidade de Água, de periodicidade anual que contém mais informações sobre qualidade da água, situações sobre proteção dos mananciais, descrição dos tipos de tratamento empregados com as devidas explicações e informações gerais sobre a localidade.

A toda essa qualificação soma-se mais um benefício, que é a prevenção da cárie dentária, com a adição do flúor no processo de tratamento em todos os sistemas de abastecimento de água da Empresa, sempre respeitando aos padrões exigidos pela legislação brasileira.

3.3 - Controle de Qualidade do Esgoto

Da mesma forma que no controle da qualidade da água, a rede laboratorial da COPASA MG está estruturada para realizar o controle das unidades de tratamento de esgoto, que vem aumentando significativamente nos últimos anos. Todas as estações construídas são dotadas de laboratórios para o controle das análises diárias de rotina. As análises que requerem procedimentos mais complexos são realizadas nos laboratórios regionais.

Para a avaliação da qualidade do esgoto, são realizadas análises visando o controle dos processos de tratamento e ainda a verificação da eficiência dessas unidades, em atendimento à legislação ambiental em vigor (Resoluções CONAMA 357, de 17 de março de 2005 e 430, de 13 de maio de 2011 além da Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERH-MG Nº1, de 05 de maio de 2008).

Para o atendimento à legislação, o programa de monitoramento de efluentes líquidos, águas superficiais e águas subterrâneas associadas à estação de tratamento de esgoto são estabelecidos segundo os critérios Nota Técnica 002/2005 – DIMOG/DISAN, permitindo assim a verificação dos impactos ambientais e efetividade das ações de controle adotadas.

4. Desempenho Financeiro da Controladora

4.1 - Receitas

A receita operacional líquida de água e esgoto da controladora atingiu R\$2,8 bilhões em 2012, um crescimento de 10,3% sobre os R\$2,5 bilhões registrados em 2011. Essa elevação pode ser explicada pelo incremento da prestação de serviços, resultado do esforço da COPASA MG em aumentar a cobertura dos serviços no Estado; em virtude do reajuste tarifário de 4,34% que entrou em vigor a partir de 14 de maio de 2012; e devido à mudança do percentual de cobrança da tarifa de esgoto, em função do início de operação das Estações de Tratamento de Esgotos – ETEs, em diversos municípios ao longo do ano.

Abaixo quadro comparativo da receita operacional líquida de água e esgoto em 2012 e 2011:

RS mil	2012	2011	Var. (%)
Receita Líquida – Água	1.858.366	1.783.983	4,17%
Receita Líquida – Esgoto	909.999	725.627	25,41%
Receita Líquida Total	2.768.365	2.509.610	10,31%

A evolução das receitas de água e esgoto aconteceu de forma distinta no período em análise. O aumento dos percentuais de cobrança da tarifa de esgoto de 45% para 50% da tarifa de água nas localidades onde ainda não é realizado o tratamento, e de 75% para 90% quando o esgoto é tratado, contrabalançado pela redução da tarifa de água, resultou em expressivo crescimento da receita de esgoto comparativamente àquela obtida com os serviços de água. Essas alterações foram definidas pela Agência Reguladora dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Minas Gerais – ARSAE MG.

4.2 - Custos e Despesas

O somatório dos custos dos serviços prestados, das despesas administrativas e das despesas comerciais, totalizou R\$2,0 bilhões no exercício de 2012, contra R\$1,75 bilhão registrados no exercício de 2011. Se as depreciações e amortizações forem desconsideradas, a elevação dos custos e despesas foi de 12,7%. A tabela a seguir mostra, de forma detalhada, os custos da Companhia em 2012 e 2011:

RS mil	2012	2011	Var. (%)
Custos dos Serviços Prestados + Despesas Comerciais e Administrativas	2.005.527	1.754.301	14,32%
Pessoal	904.002	821.946	9,98%
Depreciações e amortizações	372.318	304.497	22,27%
Energia elétrica	241.057	221.999	8,58%
Serviços de terceiros	295.892	236.673	25,02%
Material	105.436	99.105	6,39%
Custos operacionais diversos	41.364	33.907	21,99%
Repasse tarifário a municípios	68.120	63.073	8,00%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	67.019	43.972	52,41%
Créditos tributários	(89.681)	(70.871)	26,54%

RS mil	2012	2011	Var. (%)
Custos dos Serviços Prestados + Despesas Comerciais e Administrativas (sem depreciações/amortizações)	1.633.209	1.449.804	12,65%

Os itens que mais contribuíram para a elevação dos custos da COPASA MG no ano de 2012, em comparação com 2011, foram:

- **Pessoal:** elevação de 10,0%, devido, principalmente, ao Acordo Coletivo da categoria assinado em outubro de 2012 e retroativo a 1º de maio de 2012, que é a data base da Companhia;
- **Depreciações e amortizações:** elevação de 22,3% em decorrência do início de depreciação/amortização de ativos com incorporação de bens patrimoniais e obras encerradas ao longo do período comparativo;
- **Energia elétrica:** aumento de 8,6% devido à elevação, em abril de 2012, da tarifa média de energia elétrica para os clientes de média e alta tensão em 9,0%, associados ao incremento no consumo decorrente do crescimento da Companhia;
- **Serviços de terceiros:** aumento de 25,0%, devido à correção dos valores dos contratos de manutenção até então vigentes; pela contratação de novos serviços, principalmente em função da entrada em operação de novos sistemas; bem como em decorrência de gastos regulatórios;
- **Créditos tributários:** elevação de 26,5%, em decorrência da incorporação de bens patrimoniais e do encerramento de obras, que, portanto, passaram a ser depreciadas/amortizadas.

4.3 - Receita e Custos de Construção

Em 2012, a Companhia registrou receita de construção no valor de R\$731,6 milhões (R\$701,3 milhões em 2011). Por outro lado, os custos de construção foram de R\$716,5 milhões (R\$687,3 milhões em 2011), perfazendo assim uma receita de construção líquida de R\$15,1 milhões contra R\$14,0 milhões no ano anterior, conforme quadro abaixo:

RS mil	2012	2011	Var. (%)
Receita de Construção	731.576	701.256	4,32%
Custo de Construção	(716.496)	(687.301)	4,25%
Receita de Construção Líquida	15.080	13.955	8,06%

4.4 - Outras Receitas (Despesas) Operacionais

As Outras Receitas Operacionais apresentaram elevação de 55,4% em função, principalmente, de reversão de provisão não dedutível. Quanto às Outras Despesas Operacionais, a elevação ocorreu devido, principalmente, a maiores provisões para processos judiciais.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais (RS mil)	2012	2011	Var. (%)
Outras Receitas Operacionais	23.630	18.191	55,43%
Receita de serviços técnicos	5.289	2.046	
Reversão de provisão não dedutível	57.678	28.045	
Recuperação de contas baixadas	35.733	30.420	
Outras receitas	23.630	18.191	
Total de Outras Receitas Operacionais	122.330	78.702	55,43%
Outras Despesas Operacionais	(89.628)	(63.386)	41,40%
Perdas eventuais ou extraordinárias	(70.400)	(52.503)	
Outras despesas	(19.228)	(10.883)	
Total de Outras Despesas Operacionais	(89.628)	(63.386)	41,40%
Total das Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas	32.702	15.316	113,52%

4.5 - EBITDA

O EBITDA de 2012, calculado de acordo com a Resolução CVM 527/2012, apresentou crescimento de 9,0%, passando de R\$1,05 bilhão para R\$1,15 bilhão. No entanto, se desconsiderarmos as receitas e despesas de construção, obteremos um acréscimo de 9,0% no EBITDA ajustado, conforme quadro abaixo:

Cálculo do EBITDA (*)	2012	2011	Var. (%)
Lucro Líquido do exercício	486.928	470.437	3,51%
(+) Tributos sobre o lucro	160.106	178.434	-10,27%
(+) Receita financeira líquida	122.653	88.854	38,04%
(+) Depreciações e amortizações	372.318	304.497	22,27%
(+) Resultado não operacional das subsidiárias	3.993	9.302	-57,07%
(=) EBITDA	1.145.998	1.051.524	8,98%
(=) Margem EBITDA	31,4%	31,8%	
EBITDA ajustado (excluindo-se o resultado de construção)	1.130.918	1.037.569	9,00%
Margem EBITDA ajustado	38,8%	39,8%	

* O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, calculada observando a Instrução CVM 527/2012, consistindo no lucro líquido acrescido dos tributos sobre o lucro, receita financeira líquida, depreciações e amortizações e do resultado não operacional das subsidiárias. A margem EBITDA é calculada sobre a receita total (receita líquida de água e esgoto, receita de construção, adicionados das outras receitas operacionais e das receitas das subsidiárias). Já o EBITDA ajustado é calculado desconsiderando-se as

receitas/custos de construção. As receitas de construção, embora não apresentem efeito caixa imediato, geram implicações no exercício em que são reconhecidas, tendo em vista que seu resultado faz parte da base de cálculo para o pagamento dos JCPs/dividendos e para a participação dos empregados nos lucros.

4.6 - Receitas (Despesas) Financeiras

RS mil	2012	2011	Var. (%)
Receitas Financeiras			
Variações monetárias e cambiais	51.646	27.519	
Juros	21.697	25.541	
Ganho real em aplicações financeiras	40.657	27.078	
Capitalização de ativos financeiros/outras	20.717	16.195	
Total de receitas financeiras	134.717	96.333	39,85%
Despesas Financeiras			
Variações monetárias e cambiais	(55.603)	(32.870)	
Juros sobre financiamentos	(194.447)	(147.958)	
Diversas	(7.320)	(4.359)	
Total de despesas financeiras	(257.370)	(185.187)	38,98%
Resultado Financeiro Líquido	(122.653)	(88.854)	38,04%

A elevação das receitas de variações monetárias e cambiais ocorreu, principalmente, em decorrência da contabilização de R\$23,1 milhões, referente à correção dos recursos contratados junto ao BNDES - 4ª Emissão de debêntures, emitida em julho de 2010. Os valores contratados são atualizados pelas taxas pactuadas no financiamento, entre a data da contratação e da efetiva liberação dos recursos, à medida que os investimentos são executados.

Por outro lado, tal valor foi reconhecido como despesas monetárias e cambiais, elevando com isso as despesas financeiras de 2012. Assim, o impacto no resultado foi neutro.

Houve, ainda, aumento das receitas financeiras nos itens Juros e Ganho real em aplicações financeiras no ano de 2012, em relação a 2011, devido, principalmente, ao rendimento de aplicação, em títulos de curto prazo, dos recursos disponíveis em caixa.

Quanto ao incremento nas despesas com juros sobre financiamentos, tal fato reflete o aumento do endividamento da Companhia.

4.7 - Lucro Líquido e Rentabilidade

O lucro líquido da Controladora apurado em 2012 foi de R\$486,9 milhões, o que significou uma rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido de 9,8%.

RS Mil	2012	2011
Lucro Líquido	486.928	470.437
Lucro (Prejuízo) por Ação	4,08	4,09

4.8 Remuneração aos acionistas

Em observância à Política de Dividendos aprovada pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGO/E realizada em 28 de abril de 2009, o Conselho de Administração da Companhia deliberou, para o exercício de 2012, distribuir os dividendos na forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) no percentual de 35% do lucro líquido, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Esse percentual está acima do mínimo legal e estatutário.

Tais distribuições têm acontecido sob a forma de JCP, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária, conforme previsto em seu Estatuto Social. Na realização da Assembleia Geral de Acionistas são ratificadas as distribuições referentes ao exercício. No quadro abaixo, as declarações de JCPs referente ao exercício de 2012.

Referência	Data da RCA	Data do Crédito	Valor bruto (RS milhões)	Valor bruto por ação (RS/ação)	Data do pagamento
1T12	16/03/2012	21/03/2012	37,8	0,33	15/05/2012
2T12	18/06/2012	21/06/2012	37,2	0,31	17/08/2012
3T12	14/09/2012	21/09/2012	37,9	0,32	13/11/2012
4T12	22/02/2013	01/03/2013	46,5	0,40	A ser definida na AGO
Total de 2012			159,4	1,36	
Total de 2011			153,1	1,33	

Para os próximos exercícios, conforme definida na Política de Dividendos, caberá ao Conselho de Administração a definição, até o encerramento do primeiro trimestre de cada um dos exercícios, do percentual a ser distribuído aos acionistas. Tal definição acontecerá após a avaliação dos resultados da Companhia, suas perspectivas de investimento e o desempenho do Programa de Expansão de Mercado.

O percentual a ser proposto será de no máximo 50% de lucro líquido com distribuições trimestrais e pagamentos em até 60 (sessenta) dias após sua distribuição.

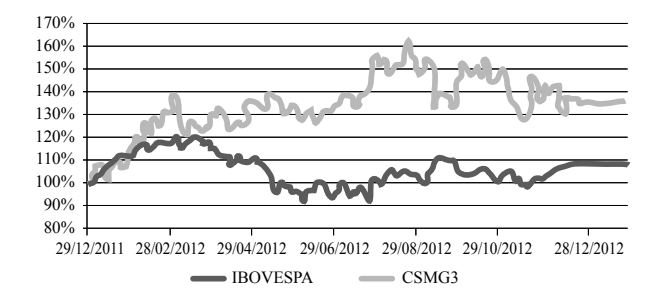
5. Estrutura Acionária e Desempenho das Ações

A COPASA MG tem suas ações negociadas na BM&FBOVESPA sob o código CSMG3 e está listada no Novo Mercado de Governança Corporativa, desde a Oferta Pública Inicial de Ações - IPO realizada em 2006.

No ano de 2012, conforme Comunicados ao Mercado emitidos em 31 de maio, 28 de setembro e 30 de outubro, foram convertidas 1.095.928 debêntures em 4.383.670 ações, correspondendo a R\$137.486.673,28. As ações resultantes dessas conversões possuem as mesmas características e direitos das demais ações em circulação; e referentes ao exercício de 2012, recebem Juros sobre o Capital Próprio/dividendos pro rata temporis, conforme definido na Escritura da 2ª Emissão da Companhia. Já a partir do ano de 2013, os direitos são integrais.

Com essas conversões, o capital social da Companhia foi para R\$ 2,77 bilhões representados por 119.684.430 ações ordinárias. Desse total, 51,1% pertencem ao Governo do Estado de Minas Gerais, 48,6% estão em circulação (free float) e o restante, 0,3%, encontra-se em tesouraria.

Em 2012, a cotação das ações, ajustada pelos Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos, apresentou uma elevação de 35%, sendo que, no mesmo período, o Ibovespa apresentou acréscimo de 7,4%. Em 31 de dezembro de 2012, o valor de mercado da Companhia atingiu R\$ 5,24 bilhões.



No exercício de 2012, as ações da COPASA MG estiveram presentes em 100% dos pregões, e o volume médio diário de negociação foi de R\$13,1 milhões, com uma média de 1.560 negócios por dia. As ações da COPASA MG fazem parte de importantes índices da BM&FBOVESPA, cabendo-se destacar o índice IBrX-Brasil (que lista as 100 ações mais líquidas da bolsa), o Índice de ações com Tag Along Diferenciado - ITAG, o Índice de Governança Corporativa Diferenciado - IGC, o Índice Small Caps - SMLL e o Índice de Governança Corporativa Trade - IGCT.

Além disso, a COPASA MG foi novamente selecionada para integrar, em 2013, a carteira teórica do Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE da BM&FBOVESPA. A carteira agrega empresas que possuem forte compromisso com a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental.

6. Governança Corporativa e Relações com Investidores

A COPASA MG, quando da realização de seu IPO (Oferta Pública Inicial) em fevereiro de 2006, aderiu ao nível mais elevado de governança corporativa da BM&FBOVESPA, o Novo Mercado, que é um segmento de listagem destinado à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometem, de forma voluntária, com a adoção de práticas de governança corporativa adicionais em relação ao que é exigido pela legislação.

Com relação aos direitos dos acionistas da Companhia, assegurados pela condição de participante do Novo Mercado, destacam-se:

- Direito ao voto, pois a COPASA MG possui apenas ações ordinárias;
- Free float (ações em circulação) de no mínimo 25%, sendo que a Companhia possui, em 31 de dezembro de 2012, 48,6% das ações em circulação;
- Concessão aos acionistas minoritários de tag along de 100%;
- Atuação com um Conselho de Administração composto de, no mínimo, 20% de conselheiros independentes, sendo que a COPASA MG possui 66,7% de conselheiros independentes;
- Resolução de toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, por meio da Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBOVESPA, conforme cláusula compromissória constante de seu Estatuto Social.

Com referência à política de Relações com Investidores - RI, a Companhia busca fornecer subsídios que sejam suficientes para a tomada de decisão em investir nas ações da COPASA MG, por meio de divulgação de informações com transparência, tempestividade e qualidade, visando assim, a redução da assimetria de informações.

Para isso, a Companhia divulga em seu site de RI, www.copasa.com.br/ri, as informações relativas às demonstrações financeiras, operacionais e suas respectivas análises, bem como as informações corporativas e societárias, entre outras, disponibilizadas e atualizadas sistematicamente nas versões Português e Inglês. Os investidores, analistas e mercado em geral têm à sua disposição o e-mail ri@copasa.com.br e o telefone 31 3250-2015, por meio do qual podem encaminhar sugestões, dúvidas e questionamentos, que são esclarecidos no menor prazo possível.

São também elaborados e colocados à disposição do mercado relatórios sobre o desempenho da COPASA MG. Entre os relatórios mais importantes, podem ser citados o Release Operacional, que contém informações sobre o desempenho operacional e é divulgado mensalmente, e o Release de Resultados, que apresenta de forma detalhada os resultados trimestrais. Além disso, são realizadas conferências trimestrais para a divulgação dos resultados.

A COPASA MG participou de vários eventos nacionais e internacionais em 2012. Dentre eles, destacam-se as reuniões no âmbito da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais - APIMEC, para a apresentação e discussão aberta sobre o desempenho e os resultados da COPASA MG, que aconteceram em Belo Horizonte, Brasília, Juiz de Fora, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Uberlândia, além de diversos seminários. Outro destaque foi a realização do COPASA Day, em que analistas de mercado tiveram a oportunidade de conhecer de perto as atividades da Companhia, por meio de palestras e visitas a unidades operacionais.

A Companhia também, ao longo do ano, recebeu expressivo número de visitas de investidores e analistas dos mercados de capitais nacional e internacional. Participou, ainda, de conferências, seminários e reuniões, e realizou non deal road shows nos principais

centros financeiros do Brasil e da América do Norte. Esteve presente, também, na Expo Money realizada em Belo Horizonte.

Como resultado dessa forma proativa de comunicação com o mercado, a COPASA MG contava, em dezembro de 2012, com 16 instituições elaborando relatórios com recomendações sobre a Companhia.

Em 2012, a Companhia foi novamente agraciada com o Troféu Transparência, premiação que classifica e identifica as empresas que se destacam em aspectos relativos à qualidade, clareza, concisão e transparência das demonstrações financeiras. A premiação corrobora o esforço e o compromisso da Companhia com as melhores práticas de divulgação de informações.

7. Prospecção e Inovação Tecnológica

A COPASA MG, na área de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, dentre várias atividades importantes que executa, ressalta a prospecção e inovação tecnológica que visa, primordialmente, mediante celebração de convênios de cooperação técnica, a realização de testes voltados para comprovar a qualidade e operacionalidade dos produtos testados, tendo sempre como foco a racionalização de processos e métodos praticados pela empresa em prol da constante melhoria dos serviços prestados, nas diversas vertentes do saneamento básico.

Dentre as diversas soluções tecnológicas, testadas e validadas, podemos citar alguns exemplos como a escavadeira compactada Bob Cat que abre as valas, para a colocação de tubos em vias movimentadas e onde existem problemas para a construção de redes como becos e vielas, facilitando a manutenção e cobertura de redes. O Seba Kmt que é a evolução de um processo tecnológico instalado nas redes da empresa, para a medição do volume aduzido e medido, que possibilita aferir melhor o controle das perdas de água. Também o P.S soluções, um monitoramento on-line de parâmetros elétricos em elevatórias, é outro exemplo de solução que contribui para a redução de vários fatores de custos, pois propicia uma manutenção preditiva mais eficiente e redução dos tempos e custos de deslocamento das equipes de manutenção e operação.

No Sistema de Atendimento Integrado - SATI é importante destacar os resultados obtidos com a rapidez no atendimento às demandas de ligações de água e esgotos e manutenções em geral nas respectivas redes, por conta de ferramenta, veículos e tecnologias apropriadas presentes nessas atividades, contribuindo para a redução de custos, satisfação dos clientes e ratificação da qualidade dos serviços prestados. Outras importantes ações, nesse sentido, estão relacionadas às atividades eletromecânicas. Nesse setor, o dimensionamento de equipes e equipamentos para racionalização das atividades está inserido no SIGMA, que é o Sistema de Gerenciamento de Manutenção Eletromecânica da COPASA MG.

Em relação a automação e rádio comunicação, foram desenvolvidas diversas atividades para atendimento a demandas de serviços, na capital e interior, ampliando e modernizando o sistema de radiocomunicação sendo que, no setor de automação, foi elaborado um termo de referência para a contratação de empresa que desenvolverá o Plano Diretor de Automação da Companhia.

No desenvolvimento das atividades de marcas e patentes tivemos um fato relevante que foi a concessão de direitos de industrialização de artefatos patenteados por processos licitatórios. A COPASA MG possui atualmente, vinte e uma cartas patentes (entre marcas e modelos de utilidade), quarenta marcas e oito softwares, inclusive o sistema de leitura e faturamento em tempo real com impressão simultânea de fatura, depositados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI. A empresa é, também, titular de direitos sobre processos de registro de marcas no INPI, incluindo o registro da marca COPASA, além de possuir diversos inventos em processo de análise no Instituto.

Destacamos, finalmente, as atividades desenvolvidas pelo setor de normalização técnica evidenciando, dentre outras, a participação nas discussões do Grupo de Trabalho da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, referentes a tubos de ferro fundido dúctil; revisão e homologação da Norma Técnica relativa ao lançamento de efluentes não domésticos no sistema de esgotamento sanitário da COPASA MG, pela Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - ARSAE MG e o apoio para elaboração da Norma da ABNT, referente a poços de visita.

8. Responsabilidade Social

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Para garantir a qualidade e a quantidade de água dos mananciais utilizados para abastecimento público, a COPASA MG possui mais de 24 mil hectares de áreas preservadas. Além disso, promove também ações de educação ambiental para a formação de cidadãos mais conscientes, investindo em projetos e ações com foco na preservação dos mananciais do Estado de Minas Gerais e na prática da sustentabilidade ambiental.

Política Ambiental

A Política de Gestão Ambiental da COPASA MG, "Contribuir para a preservação do meio ambiente", está inserida no Planejamento Estratégico da Empresa com vigência para o período de 2010 a 2014, e estabelece as seguintes diretrizes:

1. contribuir para a preservação e recuperação da qualidade dos recursos naturais afetos ao negócio da Empresa;
2. tratar esgotos coletados e resíduos gerados nos sistemas operados;
3. contribuir para a promoção da conscientização ambiental individual e coletiva com ações de educação sanitária e ambiental;
4. avaliar o desempenho ambiental dos sistemas produtivos, buscando o aprimoramento contínuo de processos com vista à prevenção da poluição e da degradação ambiental;
5. atuar proativamente junto aos órgãos colegiados responsáveis pela gestão ambiental e de recursos hídricos;
6. buscar a sustentabilidade socioambiental dos sistemas.

Licenciamento Ambiental

Em Minas Gerais, as atribuições para regularização ambiental são exercidas pelo Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), por intermédio das Unidades Regionais Colegiadas (URCs), das Superintendências Regionais de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Suprams), da Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM), do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) e o Instituto Estadual de Florestas (IEF). Desde 2011, qualquer novo projeto a ser aprovado pela Diretoria, deve antes passar pelo crivo da área ambiental da Empresa de forma que haja o devido estudo ambiental e as devidas licenças dos órgãos ambientais.

Captação de Água

Em suas principais atividades de captação de água, a COPASA MG possui outorga para utilizar mananciais superficiais (rios, lagos ou represas) ou subterrâneos (água subterrânea). Essas outorgas são concedidas pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), no caso de mananciais de domínio estadual, e pela ANA, para os mananciais de domínio federal.

A COPASA MG é proprietária ou possui direito de uso da terra das áreas de captação dos seus sistemas de produção de água. Em 31 de dezembro de 2012, a situação da COPASA MG em relação ao direito de uso das águas era a seguinte:

Outorgas estaduais e federais	Quantidade	Volume outorgado para utilização
Captações Superficiais.....	639	51,11 m³/s
Captações Subterrâneas.....	1.198	11,21m³/s
Total Outorgado.....	1.837	62,32 m³/s

Obs: em 31 de dezembro de 2012 existiam 276 pontos de captação cujas outorgas já haviam sido solicitadas ou estavam em fase de estudos preliminares na Empresa.

Pagamento pelo Uso dos Recursos Hídricos

A cobrança pelo uso de recursos hídricos é um instrumento econômico de gestão das águas previsto na Política Nacional de Recursos Hídricos e na Política Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais. A cobrança refere-se ao uso dos recursos hídricos que estiverem sujeitos a outorga, e tem como objetivo estimular o uso racional da água e gerar recursos financeiros para investimentos na recuperação e preservação dos mananciais das bacias.

Em 2012, a Companhia pagou a importância de R\$6,9 milhões referente à cobrança pelo uso dos recursos hídricos na esfera estadual (R\$5,8 milhões) para as bacias dos rios Piracicaba, Jundiá, Araguari, Velhas, Caratinga, Piranga, Suaçu, Grande, Santo Antônio e Manhuaçu e na esfera federal (R\$1,1 milhão), para as bacias dos rios Doce, Paraíba do Sul, São Francisco, PCJ (Piracicaba, Capivari e Jundiá).

Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas

Os Comitês de Bacias Hidrográficas são órgãos deliberativos e normativos, em suas áreas territoriais de atuação, que têm por finalidade promover, no âmbito da gestão de recursos hídricos, a viabilidade técnica e econômico-financeira de programa de investimento e a consolidação das políticas de estruturação urbana e regional, visando ao desenvolvimento sustentável da bacia.

A COPASA MG possui representantes em 34 dos 36 Comitês Estaduais (CBHs) existentes em Minas Gerais e em 4 Comitês Federais de Bacias Hidrográficas e vem desenvolvendo trabalhos no sentido de ser representada em todos eles. Sua atuação é pautada pelo objetivo de garantir ações que promovam a recuperação e a preservação dos recursos hídricos do Estado, assegurando à Companhia as condições necessárias que permitam garantir à população de suas áreas de concessão o acesso à água de boa qualidade a preços acessíveis.

Educação Ambiental

Entre as estratégias empresariais mais importantes da COPASA MG, a educação ambiental visa motivar e ensinar as pessoas a cuidar, preservar, respeitar e proteger o meio ambiente.

• Centro de Educação Ambiental (CEAM) - Barreiro

O Centro de Educação Ambiental do Barreiro (CEAM - Barreiro) está situado em uma área de Proteção Especial para fins de Preservação Ambiental (Decreto Estadual nº 22.091 de 08 de junho de 1982), possuindo 880 hectares, onde também está localizado

um manancial, responsável por reforçar o abastecimento para a população daquela região.

O CEAM - Barreiro atua como fonte de informação e sensibilização junto às comunidades sobre a importância da preservação ambiental para garantia dos mananciais de abastecimento. As ações socioambientais desenvolvidas buscam a conscientização dos visitantes para a preservação da área, por meio da participação em oficinas ambientais e atividades lúdicas, com a utilização de uma trilha interpretativa que percorre parte do leito do rio e parte da mata que circunda a área.

Em 2012, cerca de 5.000 pessoas, entre alunos e professores de 87 instituições de ensino e representantes da sociedade visitaram o CEAM - Barreiro.

• Programa de Proteção de Mananciais

Desenvolvido a partir de 1989, o programa é voltado para a recuperação, proteção e preservação das sub-bacias dos mananciais utilizados pela COPASA MG, de forma a garantir a vida útil dos mesmos e a continuidade de captação de água para abastecimento público e a proteção ambiental. As ações do programa desenvolvidas, implementadas e monitoradas pela COPASA MG, são apresentadas aos proprietários rurais, buscando, não apenas a aprovação para realização, mas o compromisso dos mesmos para com a continuidade das atividades, visando o sucesso do programa.

Com o intuito de ampliar as ações, também são realizadas oficinas de educação ambiental e outras atividades educacionais e sensibilizadoras, solidificando ainda mais as ações executadas.

Em 2012, o Programa beneficiou propriedades rurais em 39 municípios.

• Reservas Ambientais

A COPASA MG mantém atualmente 15 reservas ambientais em todo o Estado, totalizando 24.297 hectares de áreas preservadas. Essas reservas sofrem vigilância patrimonial 24 horas/dia, com o intuito de evitar riscos aos mananciais ali existentes, a presença de invasores (pescadores, caçadores), os riscos de incêndio e a degradação da flora e fauna nativa.

• Monitoramento de Recursos Hídricos

A COPASA MG monitora seus 1.551 mananciais superficiais e subterrâneos, nas cidades operadas pela Empresa em todo o Estado de Minas Gerais. Os dados coletados são armazenados em bancos de dados específicos e disponibilizados para consulta para a determinação das características geohidrológicas e hidroclimáticas das diversas regiões mineiras.

8.4 - Saneamento Rural

A COPASA MG participa das ações do Governo Estadual no atendimento às pequenas localidades carentes de infraestrutura sanitária, implementando diversos programas sociais em sedes municipais, comunidades rurais, escolas estaduais e postos de fiscalização da Secretaria do Estado da Fazenda, efetivados por convênios e/ou contratos.

Estes programas visam à melhoria da qualidade de vida e da saúde das populações onde a COPASA MG não detém a concessão dos serviços, por meio da implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e de tratamento de resíduos sólidos.

Dentre os vários programas e convênios, destacam-se:

- 1) Programa "Água nas Escolas": o objetivo é a implantação, ampliação e melhorias de Sistemas de Abastecimento de Água em 414 escolas estaduais, além de análise e acompanhamento da qualidade de água fornecida por Sistemas de Abastecimento de Água públicos em 3.555 escolas estaduais, com ênfase nos trabalhos de educação sanitária. Está sendo realizado conforme convênio COPASA/SE/SEDURU, celebrado em 2009, com recursos do Governo do Estado, no valor de R\$16,9 milhões.

As ações mais significativas realizadas em 2012 foram: elaboração de 172 projetos de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água, locação e perfuração de 5 poços profundos, conclusão de 276 sistemas e 112 obras em andamento; 3.514 coletas e análises de água; 158 intervenções sociais com 155 visitas técnicas às escolas com obras em andamento e 3 palestras extras.

- 2) Programa "PROÁGUA Nacional": esse programa visa garantir a melhoria e a implantação da oferta de água de boa qualidade para o Norte de Minas Gerais, com promoção do uso racional desse recurso, de tal modo que sua escassez relativa não continue a constituir impedimento ao desenvolvimento sustentável da região.

Em Minas Gerais, o PROÁGUA/Nacional, com investimento de R\$29,4 milhões, é coordenado pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM com apoio técnico da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG.

As ações implementadas em 2012 foram: Implantação e/ou ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água e Módulos Sanitários com fossas absorventes em Januariá/sede e 16 localidades, Januária/sede e 15 localidades, Mato Verde/sede e 11 localidades, Rio Pardo de Minas/sede e 20 localidades. Todas estas obras encontram-se em andamento.

- 3) Convênio "SEDURU/COPASA/MUNICÍPIO de Caldas": o objetivo é a implantação da Estação de Tratamento de Água na localidade de Santana de Caldas, município de Caldas, no valor de R\$220.000,00; obra em andamento.
- 4) Convênio "SEDURU/COPASA/MUNICÍPIO de Brazópolis": visando a implantação da Estação de Tratamento de Água na localidade de Luminosa, município de Brazópolis, no valor de R\$220.000,00; obra em andamento.
- 5) Convênio "SEDURU/COPASA/MUNICÍPIO de Bonfim": Elaboração de projetos para ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água dos distritos de Fundão Frio e Água Limpa, município de Bonfim, no valor de R\$136.560,00.
- 6) Convênio "FUNASA/SEDURU/COPASA": Elaboração de projetos para implantação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água em 18 localidades e de Sistemas de Esgotamento Sanitário em 17 localidades, no valor de R\$12.125.000,00.

BALANÇO SOCIAL ANUAL / 2012

(Não auditado)

1 - Base de Cálculo	2012 Valor (mil reais)			2011 Valor (mil reais)		
	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Receita líquida de água e esgoto (RL) ¹	2.768.365			2.509.610		
Receita líquida total ²	3.499.941			3.210.866		
Resultado operacional (RO).....	647.034			648.871		
Folha de pagamento bruta (FPB).....	904.002			821.946		
2 - Indicadores Sociais Internos						
Alimentação.....	103.702	11,47%	3,75%	92.199	11,22%	3,67%
Encargos sociais compulsórios.....	202.586	22,41%	7,32%	186.205	22,65%	7,42%
Previdência privada.....	33.683	3,73%	1,22%	33.655	4,09%	1,34%
Saúde.....	42.408	4,69%	1,53%	41.440	5,04%	1,65%
Segurança e saúde no trabalho.....	5.839	0,65%	0,21%	5.572	0,68%	0,22%
Educação.....	2.538	0,28%	0,09%	2.325	0,28%	0,09%
Cultura.....	124	0,02%	0,01%	630	0,08%	0,03%
Capacitação e desenvolvimento profissional.....	1.805	0,20%	0,07%	1.097	0,13%	0,04%
Creches ou auxílio-creche.....	787	0,09%	0,03%	703	0,09%	0,03%
Participação nos lucros ou resultados.....	27.613	3,05%	1,00%	28.317	3,45%	1,13%
Outros ³	10.457	1,16%	0,38%	8.947	1,09%	0,36%
Total - Indicadores sociais internos	431.542	47,74%	15,59%	401.090	48,80%	15,98%
3 - Indicadores Sociais Externos						
Educação.....	1.120	0,17%	0,04%	920	0,14%	0,04%
Cultura.....	3.314	0,51%	0,12%	3.932	0,61%	0,16%
Saúde e saneamento ⁴	214.789	33,20%	7,76%	152.913	23,57%	6,09%
Esporte.....	883	0,14%	0,03%	1.063	0,16%	0,04%
Combate à fome e segurança alimentar ⁵	433	0,07%	0,02%	178	0,03%	0,01%
Outros ⁶	773	0,12%	0,03%	875	0,13%	0,03%
Total das contribuições para a sociedade.....	221.312	34,21%	7,99%	159.881	24,64%	6,37%
Tributos (excluídos encargos sociais).....	374.541	57,89%	13,53%	335.601	51,72%	13,37%
Total - Indicadores sociais externos	595.853	92,09%	21,52%	495.482	76,36%	19,74%
4 - Indicadores Ambientais						
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa ⁷	356.345	55,07%	12,87%	171.735	26,47%	6,84%
Investimentos em programas e/ou projetos externos ⁸	9.642	1,49%	0,35%	6.336	0,98%	0,25%
Total dos investimentos em meio ambiente	365.987	56,56%	13,22%	178.071	27,44%	7,10%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:.....			(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			
5 - Indicadores do Corpo Funcional						
Número de empregados ao final do período.....	11.611			11.535		
Número de admissões durante o período.....	378			479		
Número de empregados terceirizados.....	725			686		
Número de estagiários.....	101			94		
Número de empregados acima de 45 anos.....	5.259			5.053		
Número de mulheres que trabalham na empresa.....	1.179			1.184		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres.....	20,54%			19,64%		
Número de negros que trabalham na empresa.....	4.826			4.698		
% de cargos de chefia ocupados por negros.....	13,40%			13,84%		
Número de pessoas com deficiência ou necessidades especiais.....	459			395		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa.....	32,05			ND		
Número total de acidentes de trabalho.....	353			342		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:.....	() direção (X) direção e gerências () todos os empregados () direção e gerências (X) todos os empregados (X) todos + Cipa			() direção (X) direção e gerências () todos os empregados () direção e gerências (X) todos os empregados (X) todos + Cipa		
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:.....	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva e segue a OIT () não se envolverá (X) seguirá as normas da OIT () incentivará e seguirá a OIT			() direção () direção e gerências (X) todos os empregados () direção () direção e gerências (X) todos os empregados (X) todos os empregados		
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos trabalhadores, a empresa:.....	() não se envolve () direção () direção e gerências (X) todos os empregados () direção () direção e gerências (X) todos os empregados () direção () direção e gerências (X) todos os empregados			() não se envolverá () direção () direção e gerências (X) todos os empregados () direção () direção e gerências (X) todos os empregados () direção () direção e gerências (X) todos os empregados		
A previdência privada contempla:.....	() não se considera () não se considera () não se considera () não se envolverá (X) apoiará (X) apoiará			() não se envolverá () direção () direção e gerências (X) todos os empregados () direção () direção e gerências (X) todos os empregados () direção () direção e gerências (X) todos os empregados		
A participação nos lucros ou resultados contempla:.....	() não se considera () não se considera () não se considera () não se envolverá (X) apoiará (X) apoiará			() não se envolverá () direção () direção e gerências (X) todos os empregados () direção () direção e gerências (X) todos os empregados () direção () direção e gerências (X) todos os empregados		
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:.....	() não se considera () não se considera () não se considera () não se envolverá (X) apoiará (X) apoiará			() não se envolverá () direção () direção e gerências (X) todos os empregados () direção () direção e gerências (X) todos os empregados () direção () direção e gerências (X) todos os empregados		
Quanto à participação de empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:.....	() não se considera () não se considera () não se considera () não se envolverá (X) apoiará (X) apoiará			() não se envolverá () direção () direção e gerências (X) todos os empregados () direção () direção e gerências (X) todos os empregados () direção () direção e gerências (X) todos os empregados		
Número total de reclamações e críticas de consumidores:.....	na empresa: 878.398 na empresa: 100% na empresa: 100%			na empresa: 828.804 na empresa: 100% na empresa: 100%		
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:.....	na empresa: 878.398 na empresa: 100% na empresa: 100%			na empresa: 828.804 na empresa: 100% na empresa: 100%		
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):.....	Em 2012: 2.053.304			Em 2011: 1.876.807		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):.....	26,08% governo 7,76% acionistas	37,84% colaboradores 12,36% terceiros	15,95% retido	27,39% governo 8,16% acionistas	37,77% colaboradores 9,77% terceiros	16,91% retido
7 - Outras Informações						
CNPJ 17.281.106/0001-03, setor: saneamento.						
Esclarecimentos sobre as informações declaradas: Divisão de Responsabilidade Social, telefone 55 31 3250.1560, e-mail dvrs@copasa.com.br						
Esta empresa não utiliza mão de obra infantil ou trabalho escravo e não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.						
Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.						
1 - No Balanço Social de 2012, está sendo considerado o valor da Receita Líquida proveniente das atividades principais da Companhia, ou seja, serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário para o cálculo dos indicadores, não sendo considerado o valor das Receitas de Construção advindas da conversão para o IFRS.						
2 - Receita líquida de água e esgoto + receita de construção.						
3 - Gastos com benefícios para os empregados (seguros, vale-transporte para empregados, auxílio-funeral); Programa de Preparação para a Aposentadoria; Programa de Planejamento Financeiro Familiar; confraternização do Dia Internacional da Mulher, do Trabalhador e de fim de ano; solenidade para os empregados que completaram 25 anos de serviços prestados à Copasa e comemoração do Dia das Crianças.						
4 - O aumento do valor deve-se aos novos critérios de enquadramento na Tarifa Social, estabelecidos pela Resolução Normativa 020/2012 da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (ARSAE MG), que ampliaram o número de famílias beneficiadas.						
5 - O aumento do valor deve-se ao apoio, por meio de incentivo fiscal, a um programa que distribui para entidades de assistência social complemento alimentar desidratado, produzido a partir de excedentes de legumes, cereais e frutas.						
6 - Patrocínio a eventos e projetos diversos, tais como: Ação Global, Dia das Crianças, comemoração de datas cívicas; eventos religiosos; Parada do Orgulho LGBT; Programa Fica Vivo; Projeto Providência; tratamento de impactos na comunidade ao entorno.						
7 - O aumento do valor deve-se à intensidade dos investimentos nos serviços de tratamento de esgoto; ações para aprimorar a eficiência energética; ações voltadas para a redução das perdas reais de água.						
8 - O aumento do valor deve-se à inclusão do custo com pessoal no montante do Programa de Proteção de Mananciais.						

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011			2012	2011	2012	2011
CIRCULANTE											
Caixa e equivalentes de caixa	06	496.425	241.536	497.701	242.371	Emprestimos e financiamentos	12	228.981	371.225	228.981	371.225
Contas a receber de clientes	07	578.853	471.797	583.513	475.726	Debêntures	12	134.024	172.457	134.024	172.457
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	07	20.135	-	20.135	-	Fornecedores	11	157.397	108.068	172.440	111.494
Estoques		33.121	29.074	35.187	31.965	Impostos, taxas e contribuições	11	47.293	49.801	47.774	50.122
Impostos a compensar		21.171	36.236	21.913	37.009	Parcelamento de impostos	11	35.676	41.239	35.676	41.239
Convênio de cooperação técnica	16	-	5.085	-	5.817	Provisão para férias	11	84.653	76.587	85.172	76.949
Bancos e aplicações de depósito		47.480	9.161	67.715	11.671	Participação dos empregados nos lucros	14	27.968	28.317	27.968	28.317
Créditos diversos		22.991	21.741	23.066	21.762	Convênio de cooperação técnica	16	31.851	-	39.734	-
						Plano de previdência complementar	17	24.602	12.119	24.602	12.119
						Juros sobre o capital próprio	18	46.469	26.921	46.469	26.921
						Energia elétrica	11	6.618	24.670	6.618	24.670
						Obrigações diversas	11	13.652	56.528	13.868	56.742
Total do ativo circulante		1.220.176	814.630	1.249.230	826.321	Total do passivo circulante		839.184	967.962	863.640	972.255
NÃO CIRCULANTE											
Realizável a longo prazo:						Emprestimos e financiamentos	12	1.152.892	1.248.370	1.152.892	1.248.370
Contas a receber de clientes	07	220.000	220.060	220.000	220.060	Debêntures	12	1.543.481	1.017.907	1.543.481	1.017.907
Caução em garantia de financiamentos	07	132.961	131.778	132.961	131.778	Parcelamento de impostos	11	220.000	220.000	220.000	220.000
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	161.554	165.661	147.879	149.304	Provisão tributária	13	16.456	44.619	16.456	44.619
Créditos com controladas	07/24	20.197	76.048	-	-	Provisão para demandas judiciais	13	63.932	43.956	64.318	46.447
Aplicação financeira vinculada	07	188.661	328.891	188.661	328.891	Plano de previdência complementar	17	142.493	145.235	142.493	145.235
Ativos financeiros - contratos de concessão	05	388.031	321.179	390.757	325.493	Obrigações diversas	11	50.708	84.415	34.593	38.811
Créditos diversos	07	39.907	16.534	40.218	17.241	Total do passivo não circulante		3.189.962	2.804.562	3.174.233	2.761.449
		1.151.311	1.260.151	1.120.476	1.172.767	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Investimentos	08	45.643	22.063	22.060	22.060	Capital social realizado	18	2.773.985	2.636.499	2.773.985	2.636.499
Intangível	09	6.400.225	6.015.805	6.437.748	6.060.461	Reservas de capital	18	-	3.782	-	3.782
Imobilizado	10	175.333	161.552	198.623	185.699	Reservas de lucro	18	2.198.133	1.870.586	2.198.133	1.870.586
						Ações em tesouraria	18	(8.576)	(9.190)	(8.576)	(9.190)
						Outros resultados abrangentes	18	-	26.272	-	31.927
Total do ativo não circulante		7.772.512	7.459.571	7.778.907	7.440.987	Total do patrimônio líquido		4.963.542	4.501.677	4.990.264	4.533.604
TOTAL DO ATIVO		8.992.688	8.274.201	9.028.137	8.267.308	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.992.688	8.274.201	9.028.137	8.267.308

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (Em milhares de reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros			Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
	Capital social	Debet. convers.	Total	Legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros			
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	2.636.460	3.782	3.782	146.587	10.868	1.395.821	1.553.276	-	4.184.328
Ingresso proveniente de debêntures conversíveis	39	-	-	-	-	-	-	-	39
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	470.437	470.437
Distribuição proposta:									
Reserva legal	-	-	-	23.522	-	-	23.522	-	(23.522)
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	9.409	-	9.409	-	(9.409)
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	284.379	284.379	-	(284.379)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(153.127)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	2.636.499	3.782	3.782	170.109	20.277	1.680.200	1.870.586	(9.190)	4.501.677
Conversão de debêntures	-	-	-	-	-	133.704	-	-	133.704
Ingresso proveniente de debêntures conversíveis	137.486	(137.486)	(137.486)	-	-	-	-	-	-
Aquisição intangível	-	-	-	-	-	-	614	-	614
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	486.928	486.928
Distribuição proposta:									
Reserva legal	-	-	-	24.346	-	-	24.346	-	(24.346)
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	7.208	-	7.208	-	(7.208)
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	295.993	295.993	-	(295.993)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(159.381)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	2.773.985	-	-	194.455	27.485	1.976.193	2.198.133	(8.576)	4.963.542

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (Em milhares de reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros			Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
	Capital social	Debet. convers.	Total	Legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros				
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	2.636.460	3.782	3.782	146.587	10.868	1.395.821	1.553.276	-	37.857	4.222.185
Ingresso proveniente de debêntures conversíveis	39	-	-	-	-	-	-	-	-	39
Amortização correção monetária ativos 96/97	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.981)	(8.981)
IR e CS diferidos ativos 96/97	-	-	-	-	-	-	-	-	3.051	3.051
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	470.437	-	470.437
Distribuição proposta:										
Reserva legal	-	-	-	23.522	-	-	23.522	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	9.409	-	9.409	-	-	-
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	284.379	284.379	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(153.127)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	2.636.499	3.782	3.782	170.109	20.277	1.680.200	1.870.586	(9.190)	31.927	4.533.604
Conversão de debêntures	-	-	-	-	-	133.704	-	-	-	133.704
Ingresso proveniente de debêntures conversíveis	137.486	(137.486)	(137.486)	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição intangível	-	-	-	-	-	-	614	-	-	614
Amortização correção monetária ativos 96/97	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.887)	(7.887)
IR e CS diferidos ativos 96/97	-	-	-	-	-	-	-	-	2.682	2.682
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	486.928	-	486.928
Distribuição proposta:										
Reserva legal	-	-	-	24.346	-	-	24.346	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	7.208	-	7.208	-	-	-
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	295.993	295.993	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(159.381)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	2.773.985	-	-	194.455	27.485	1.976.193	2.198.133	(8.576)	26.722	4.990.264

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
RECEITAS					
Serviços de água		1.858.366	1.783.983	1.874.992	1.796.979
Serviços de esgoto		909.999	725.627	909.999	725.627
Receitas de construção	05	731.576	701.256	731.576	701.256
Receitas de venda de produtos		-	-	2.460	-
TOTAL DAS RECEITAS LÍQUIDAS	20	3.499.941	3.210.866	3.519.027	3.224.932
Custos de serviços prestados	21	(1.424.664)	(1.216.463)	(1.451.400)	(1.236.117)
Custos de construção	05/21	(716.496)	(687.301)	(716.496)	(687.301)
Lucro líquido do exercício		(2.141.160)	(1.903.764)	(2.167.896)	(1.923.418)
LUCRO BRUTO		1.358.781	1.307.102	1.351.131	1.301.514
Despesas com vendas	21	(211.860)	(175.358)	(215.308)	(179.630)
Despesas administrativas	21	(369.003)	(362.481)	(376.589)	(370.991)
Outras receitas operacionais	20	122.330	78.702	127.521	81.770
Outras despesas operacionais	21	(89.628)	(63.386)	(96.039)	(68.518)
Participação dos empregados no lucro	21	(27.613)	(28.317)	(27.613)	(28.317)
Resultado de equivalência patrimonial	08/21	(13.320)	(18.537)	-	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		769.687	737.725	763.103	735.828
Receitas financeiras	23	134.717	96.333	133.756	89.537
Despesas financeiras	23	(257.370)	(185.187)	(257.459)	(185.429)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		647.034	648.871	639.400	639.936
Imposto de renda e contribuição social corrente	15	(155.999)	(152.114)	(156.252)	(152.160)
Imposto de renda e contribuição social diferido	15	(4.107)	(26.320)	(1.425)	(23.269)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(160.106)	(178.434)	(157.677)	(175.429)
Quantidade de ações em circulação no fim do exercício		486.928	470.437	481.723	464.507
Lucro por ação		119.327,193	114.930,584	119.327,193	114.930,584
Básico - lucro do exercício atribuível a acionistas					
detentores de ações ordinárias da controladora (Nota 18)		4,08	4,09	4,04	4,04
Diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas					
detentores de ações ordinárias da controladora (Nota 18)		4,08	4,01	4,04	3,96

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de Reais - exceto quando indicado de outra forma)

das águas pluviais urbanas em localidades da região de planejamento do Norte de Minas e das Bacias Hidrográficas dos Rios Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus, Buranhém, Itanhém e Juruçu.

➤ Copasa Serviços de Irrigação S/A, criada pela Lei Estadual nº. 16.698, de 17 de abril de 2007, tem por objetivo administrar, executar e explorar os serviços do sistema de irrigação do Projeto Jaíba e realizar a sua manutenção, para o que poderá utilizar recursos e pessoal próprio ou de terceirizados. A Subsidiária, sempre que vantajoso em termos econômicos poderá contratar, mediante regular processo de licitação, a execução das obras e serviços necessários à operação do sistema, bem como adquirir produtos, equipamentos e materiais que se façam necessários ao desempenho de suas atividades.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia atua em 882 localidades no Estado de Minas Gerais (875 em dezembro de 2011), em operações de abastecimento de água e/ou operações de esgotamento sanitário, totalizando cerca de 4.499.455 economias atendidas (4.338.678 em dezembro de 2011). Merece destaque as vinte maiores concessões de água e esgoto das quais a Companhia é detentora:

Concessões de água			Concessões de esgotamento sanitário	
Localidade	Nº de Economias	Vencimento	Localidade	Vencimento
Belo Horizonte	954.169	2034	Belo Horizonte	2034
Contagem	223.975	2073	Contagem	2073
Betim	130.894	2042	Montes Claros	2028
Montes Claros	125.459	2028	Betim	2042
Ribeirão das Neves	91.020	2034	Ipatinga	2022
Divinópolis	87.962	2041	Divinópolis	2041
Ipatinga	80.502	2022	Ribeirão das Neves	2034
Santa Luzia	67.480	2023	Santa Luzia	2013
Patos de Minas	52.961	2038	Patos de Minas	2038
Ibirité	50.514	2034	Pouso Alegre	2046
Pouso Alegre	48.933	2046	Varginha	2013
Varginha	48.222	2013	Conselheiro Lafaiete ⁽²⁾	2010
Conselheiro Lafaiete ⁽²⁾	47.353	2010	Ibirité	2034
Teófilo Otoni	40.736	2034	Lavras	2034
Sabará ⁽¹⁾	40.475	2042	Araxá	2032
Lavras	38.912	2034	Teófilo Otoni	2034
Araxá	37.751	2032	Itajubá	2034
Ubá	34.443	2014	Alfenas	2033
Itajubá	34.351	2034	Pará de Minas ⁽²⁾	2009
Coronel Fabriciano	33.323	2033	Coronel Fabriciano	2033

⁽¹⁾ A assinatura da renovação do contrato de concessão de prestação de água e esgoto da prestação de serviços de esgotamento sanitário do Município de Sabará foi efetuada em 28 de dezembro de 2012. O faturamento de água em 2012 em Sabará foi de R\$19.727 (R\$18.054 em 2011), ou 0,62% (0,61% em 2011) do faturamento da Companhia.

⁽²⁾ O contrato de concessão com o Município de Conselheiro Lafaiete encerrou-se em 23 de julho de 2010, e com o Município de Pará de Minas encerrou-se em 11 de outubro de 2009. O faturamento de água e esgoto em 2012 de Conselheiro Lafaiete foi de R\$28.076 e em Pará de Minas de R\$30.374 (R\$27.211 e R\$26.289 em 2011), ou 0,88% e 0,95% (0,92% e 0,89% em 2011) do faturamento da Companhia, respectivamente. A Companhia está enviando esforços para renovar estas concessões.

02. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

A diretoria executiva da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 da controladora e consolidadas em 20 de fevereiro de 2013.

As demonstrações financeiras da controladora e consolidadas estão apresentadas em milhares de Reais (R\$ 000), exceto quando indicado de outra forma.

(a) Base de preparação

As demonstrações financeiras, da controladora e do consolidado, foram elaboradas com base no custo histórico.

As demonstrações financeiras da controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais do relatório financeiro emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às demonstrações da controladora preconizam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial e não permitem a contabilização da correção monetária dos itens dos ativos intangível e imobilizado para os exercícios de 1996 e 1997, e diferem das práticas aplicadas às demonstrações consolidadas preparadas de acordo com o IFRS, cuja avaliação de investimentos é feita pelo custo ou pelo valor justo (Nota 08), e pela contabilização, requerida pelo IAS, da correção monetária dos itens dos ativos intangível e imobilizado para os exercícios de 1996 e 1997 (Nota 02 "c").

(b) Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cujas participações percentuais na data do balanço estão assim resumidas:

Controladas:	% de participação no capital	
	Total	Votante
Copasa Águas Minerais de Minas S/A.....	100	100
Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A – COPANOR	100	100
Copasa Serviços de Irrigação S/A.....	100	100

Controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto ou qualquer outra condição que se permita exercer o controle. Atualmente todas as controladas são subsidiárias integrais da Controladora. Essas controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa. As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas para o mesmo período de divulgação da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupos, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupos, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação relativa sobre uma subsidiária que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação de capital.

(c) Correção monetária consolidada

Todos os itens dos ativos intangível e imobilizado do consolidado são apresentados pelos seus custos históricos corrigidos monetariamente, com base em índices oficiais, menos depreciação, até 31 de dezembro de 1997, data em que a economia brasileira deixou de ser considerada hiperinflacionária. Os ajustes contábeis decorrentes dessa correção monetária impactaram o patrimônio líquido consolidado e o lucro líquido consolidado, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos em R\$26.722 e R\$5.205, respectivamente, em 31 de dezembro de 2012 (R\$31.927 e R\$5.930, respectivamente, em 2011).

(d) Novos pronunciamentos do IFRS

1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2012

As políticas contábeis adotadas em 2012 são consistentes com as adotadas nas Demonstrações Financeiras do ano anterior, exceto pelas seguintes revisões ao IFRS em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012:

IAS 12 - Impostos de Renda (Revisão) - Impostos Diferidos - Recuperação de Ativos Subjacentes

A revisão esclarece a determinação de cálculo de impostos diferidos sobre propriedade para investimentos mensurados a valor justo. Introduz a presunção refutável de que o imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo modelo de valor justo no IAS 40 (CPC 31) deve ser definido com base no fato de que seu valor contábil será recuperado por meio da venda. Adicionalmente, introduz a exigência de que o imposto diferido sobre ativos não sujeitos à depreciação que são mensurados usando o modelo de reavaliação da IAS 16 (CPC 27) sempre sejam mensurados com base na venda do ativo. Esta revisão terá vigência para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2012. Esta revisão não gerou um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações da Companhia.

IFRS 1 - Adoção Inicial das IFRS (Revisão) - Hiperinflação e Remoção de Datas Fixas para Primeira Adoção (Revisão)

O IASB forneceu orientações sobre como uma entidade deve retomar a apresentação de Demonstrações Financeiras com base nas IFRS quando sua moeda funcional deixa de estar sujeita à hiperinflação. A revisão terá vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2011. Esta revisão não gerou nenhum impacto sobre a Companhia.

IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Divulgação - Exigências Maiores para Divulgação de Desreconhecimentos

A revisão exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos, mas não desreconhecidos para permitir que o usuário das Demonstrações Financeiras da Companhia entenda a relação entre os ativos que não foram desreconhecidos e os passivos correspondentes. Adicionalmente, a revisão exige a divulgação sobre o envolvimento contínuo da entidade com os ativos desreconhecidos, para permitir que os usuários avaliem a natureza do envolvimento e os riscos relacionados. A norma revisada terá vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2011. A Companhia não possui ativos com essas características, portanto não houve impacto sobre suas demonstrações financeiras.

As alterações acima não foram aprovadas pelo CPC no Brasil, de forma que não são aplicáveis no país.

2. Pronunciamentos do IFRS que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2012

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das Demonstrações Financeiras da Companhia. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor:

IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes

As revisões do IAS 1 alteraram o agrupamento dos itens apresentados em outros resultados abrangentes. Itens que poderiam ser reclassificados (ou "reciclados") ao resultado em certo período no futuro (por exemplo, ganhos líquidos em operações de hedge de investimentos líquidos, diferenças de variação cambial na tradução de operações no exterior, movimentos líquidos de hedge de fluxos de caixa ou ganhos na venda de ativos classificados como disponíveis para venda) deveriam ser apresentados separadamente dos itens que nunca serão reclassificados (por exemplo, ganhos ou perdas atuariais em planos de benefício definido). As revisões afetam somente a apresentação e não há impactos na posição financeira ou de desempenho da Companhia. Estas revisões passam a vigorar para exercícios fiscais iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2013, e serão aplicadas nas demonstrações financeiras da Companhia quando se tornarem efetivas.

IAS 19 - Benefícios aos Empregados (Emenda)

O IASB emitiu várias emendas ao IAS 19, sendo que tais emendas englobam desde alterações fundamentais, como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano, até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação. A Companhia identificou a necessidade de reconhecimento complementar do passivo atuarial no valor de R\$203 milhões, decorrente de ganhos (perdas) atuariais não reconhecidas até 31 de dezembro de 2012 e que deverão ser reconhecidas a partir de 1º de janeiro de 2013, em face de não aplicação da regra do "corredor" estabelecida pela IAS 19 a partir da referida data, de acordo com o disposto na Nota 17.

IAS 28 - Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011)

Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 se converte no IAS 28 - Investimentos em Associadas e Joint Ventures, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em joint ventures, além do investimento em associadas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. Esta revisão não irá gerar nenhum impacto sobre a Companhia.

IAS 32 - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros - Revisões da IAS 32

Estas revisões explicam o significado de "atualmente tem o direito legal de compensação". As revisões também esclarecem a adoção dos critérios de compensação da IAS 32 para os sistemas de liquidação (como os sistemas de câmaras de liquidação) que aplicam mecanismos brutos de liquidação que não são simultâneos. Estas revisões não deverão ter um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações da Companhia, com vigência para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

IFRS 1 - Empréstimos do Governo - Revisões da IFRS 1

Estas revisões estabelecem a primeira aplicação das exigências da IAS 20 - Contabilização de Subvenção e Assitências Governamentais, prospectivamente a empréstimos governamentais existentes na data de transição para as IFRS. As entidades podem optar por aplicar as exigências da IFRS 9 (ou IAS 39, conforme o caso) e IAS 20 a empréstimos do governo retrospectivamente, se a informação necessária para isso tinha sido obtida no momento da contabilização inicial desse empréstimo. A exceção dispensaria as entidades que estejam adotando a norma pela primeira vez da mensuração retrospectiva de empréstimos do governo com uma taxa de juros inferior à do mercado. A revisão terá vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A revisão não terá impacto sobre a Companhia.

IFRS 7 - Divulgações - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros - Revisões da IFRS 7

Estas revisões exigem que uma entidade divulgue informações sobre os direitos de compensação e acordos relacionados (por exemplo, acordos de garantia). As divulgações fornecem informações úteis aos usuários para avaliar o efeito de acordos de compensação sobre a posição financeira de uma entidade. As novas divulgações são necessárias para todos os instrumentos financeiros reconhecidos que são compensados de acordo com a IAS 32 - Instrumentos Financeiros - Apresentação. As divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros reconhecidos que estão sujeitos a um contrato principal de compensação ou acordo semelhante, independentemente de serem ou não compensados de acordo com a IAS 32. A revisão entrará em vigor para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração

A norma IFRS 9, conforme emitida, reflete a primeira fase dos trabalhos do IASB referentes à substituição da norma IAS 39 e aplica-se à classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros, tal como definido no IAS 39. A norma inicialmente vigorou para períodos anuais iniciados a partir de 1º de Janeiro de 2013. Contudo, a norma Alterações à IFRS 9 – Data Efetiva da IFRS 9 e Divulgações para Transição, emitida em dezembro de 2011, alterou a data efetiva obrigatória para 1º de Janeiro de 2015. Em fases posteriores, o IASB abordará a contabilidade de instrumentos de hedge e a redução ao valor recuperável de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração de ativos financeiros da Companhia, mas não causará impacto na classificação e mensuração de passivos financeiros. A Companhia quantificará o efeito em conjunto com as outras fases, quando for emitida a norma final, compreendendo todas as fases.

IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (IAS 27 - Demonstrações Financeiras Separadas)

A norma IFRS 10 substitui a parte do IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas, que trata da contabilização das demonstrações financeiras consolidadas. Também aborda as questões suscitadas na SIC - 12 - Consolidação - Entidades de Propósito Específico. O IFRS 10 estabelece um modelo único de controle que se aplica a todas as entidades, inclusive entidades de propósito específico. As mudanças introduzidas pelo IFRS 10 exigirão que a Administração exerça julgamento significativo para determinar quais entidades são controladas e, portanto, obrigadas a serem consolidadas por uma controladora, comparativamente aos requisitos que estavam no IAS 27. Com base nas análises preliminares realizadas, não há expectativa de que a IFRS 10 tenha impacto sobre os investimentos atualmente mantidos pela Companhia. Esta norma entra em vigor para períodos anuais iniciados a partir de 1º de Janeiro de 2013.

IFRS 11 - Empreendimentos Conjuntos

O IFRS 11 substitui o IAS 31 - Interesses em Empreendimentos Conjuntos e a SIC - 13 - Entidades Controladas em Conjunto - Contribuições Não Monetárias por Empreendedores. O IFRS 11 elimina a opção de contabilização de entidades controladas em conjunto (ECC) com base na consolidação proporcional. Em vez disso, as ECC que se enquadrarem na definição de empreendimento conjunto (joint venture) deverão ser contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial. A aplicação desta nova norma não terá impacto sobre a posição patrimonial e financeira da Companhia.

IFRS 12 - Divulgação de Participações em Outras Entidades

A IFRS 12 inclui todas as divulgações anteriormente incluídas na IAS 27 relacionadas às Demonstrações Financeiras Consolidadas, bem como todas as divulgações que foram previamente incluídas na IAS 31 e IAS 28. Estas divulgações são relacionadas às participações de uma entidade em controladas, empreendimentos conjuntos, associadas e entidades estruturadas. Uma série de novas divulgações também é necessária, mas não haverá impacto sobre a posição financeira ou o desempenho da Companhia. Esta norma terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo

A IFRS 13 estabelece uma única fonte de orientação nas IFRS para todas as mensurações do valor justo. A IFRS 13 não muda a determinação de quando uma entidade é obrigada a utilizar o valor justo, mas fornece orientação sobre como mensurar o valor justo de acordo com as IFRS, quando o valor justo é exigido ou permitido. Esta norma terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

IFRIC 20 - Custos de Remoção de Resíduos na Fase de Produção de uma Mina de Superfície

Esta interpretação é aplicável aos custos de remoção dos resíduos (stripping costs) incorridos na atividade de mineração de superfície, durante a fase de produção da mina. A interpretação aborda a contabilização do benefício da atividade de remoção de resíduos. A interpretação terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013. A nova interpretação não terá um impacto sobre a Companhia.

Melhorias Anuais - maio 2012

As melhorias apresentadas abaixo não terão impacto sobre a Companhia:

IFRS 1 - Adoção Inicial das IFRS

Esta melhoria explica que uma entidade que deixou de adotar as IFRS no passado e optou por, ou foi obrigada a adotar as IFRS, poderá readotar a IFRS 1. Se a IFRS 1 não for readotada, a entidade deverá representar retrospectivamente suas Demonstrações Financeiras como se nunca tivesse deixado de adotar as IFRS.

IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras

Esta melhoria esclarece a diferença entre a informação comparativa adicional voluntária e a informação comparativa mínima necessária. Geralmente, a informação comparativa mínima necessária refere-se ao período anterior.

IAS 16 - Imobilizado

Esta melhoria explica que as principais peças de reposição e equipamentos de prestação de serviços que satisfazem a definição de imobilizado não fazem parte dos estoques.

IAS 32 - Instrumentos Financeiros - Apresentação

Esta melhoria esclarece que os impostos de renda decorrentes de distribuições a acionistas são contabilizados em conformidade com a IAS 12 - Impostos de Renda.

IAS 34 - Demonstrações Financeiras Intermediárias

A revisão apresenta um alinhamento das exigências de divulgação para ativos totais do segmento com os passivos totais do segmento nas Demonstrações Financeiras intermediárias. Este esclarecimento também garante que as divulgações intermediárias estejam alinhadas com as divulgações anuais. Estas melhorias terão vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

(e) Reclassificações nas demonstrações financeiras de 2011

Para efeito de comparabilidade com o exercício de 2012, alguns dados divulgados em 2011 foram reclassificados, sem alterar, no entanto, os resultados finais, conforme descrito abaixo:

Na Demonstração de Fluxos de Caixa o valor de juros capitalizados passou a ser redutor do item "adições em intangível e imobilizado" no grupo "atividades de investimento" e deixou de compor o item "juros sobre empréstimos" no grupo "ajuste ao lucro". O valor do item "imposto de renda e contribuição social diferidos" deixou a grupo de "ajustes ao lucro" e passou a fazer parte do grupo "atividades operacionais", na linha de "impostos, taxas e contribuições". Os itens "ativo financeiro mantido até o vencimento" e "aplicação financeira vinculada" deixaram de compor o grupo "atividades operacionais", e passaram a compor os itens "aplicações e resgates de ativos financeiros mantidos até o vencimento e aplicação financeira vinculada", no grupo "atividades de investimento", com reflexo no item "rendimento ativos financeiros e aplicação financeira vinculada" no grupo "ajuste ao lucro", onde o item "juros capitalizados sobre caução do BNY" passou a compor o saldo do item "rendimento e juros sobre caução em garantia de financiamentos". O item "recursos oriundos de debêntures conversíveis" do grupo "atividades de investimentos", passou a ser redutor do item "pagamento de principal de empréstimos" no grupo "atividades de financiamento".

03. Sumário das Principais Práticas Contábeis

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(b) Ativos financeiros

(i) Classificação

Os ativos financeiros são classificados sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram ad-

quiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis:

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de fechamento do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, ativos financeiros mantidos até o vencimento, depósitos em garantias, contas a receber de clientes e demais contas a receber.

(ii) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação, para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo através do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade.

(c) Contas a receber

(i) De clientes

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas de provisão para perda do valor recuperável. Uma provisão para perda do valor recuperável das contas a receber de clientes é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores recebíveis de acordo com os prazos originais das contas a receber. Dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar com pedido de falência ou concordata e falta de pagamento ou inadimplência (devido há mais de 180 dias) são considerados indicadores de que as contas a receber podem não ser recuperáveis.

A provisão para perda é calculada com base na análise dos créditos e registrada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir perdas nas contas a receber, de acordo com os seguintes critérios:

Créditos de valores até R\$5, vencidos há mais de 180 dias:

Tais créditos, exceto os relativos ao Governo do Estado de Minas Gerais e à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, são considerados como perdas assim que atingem 180 dias de atraso, sendo diretamente baixados contra o resultado, na rubrica despesas comerciais.

Créditos de valores acima de R\$5, vencidos há mais de 180 dias:

É constituída provisão para perda ao valor recuperável para todos os créditos, exceto para os relativos ao Governo do Estado de Minas Gerais e à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, vencidos entre 180 e 360 dias, a crédito da rubrica provisão para devedores duvidosos e a débito do resultado.

Assim que o crédito ultrapassa 360 dias de atraso, o mesmo é baixado da rubrica de contas a receber contra a conta de provisão para devedores duvidosos.

Outros créditos a receber de órgãos do Governo Municipal e Federal: Os créditos a receber de órgãos dos Poderes Federal e Municipal, decorrentes de convênios, contratos e outras operações, vencidos há mais de 360 dias, são integralmente provisionados.

Valores a receber do Governo de Minas Gerais e da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH):

A Companhia não constitui provisão para perda dos valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais em razão de inexistência de histórico de inadimplência. Os créditos junto à PBH não pagos até a data do repasse tarifário ao Fundo Municipal de Água e Esgoto são descontados integralmente do valor a ser repassado, não sendo necessária a provisão para perdas.

Provisão complementar:

A Administração também constitui provisão complementar para outros créditos a vencer e vencidos há menos de 180 dias, para clientes que possuem fatura(s) inserida(s) no provisão para devedores duvidosos.

(ii) Do poder concedente das concessões

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Estas contas a receber são classificadas entre curto e longo prazo considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

(d) Moedas e Conversão em moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a entidade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras da controladora e consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

(e) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do custo médio. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas comerciais variáveis aplicáveis. Provisões para perdas de estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

(f) Investimentos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de Reais - exceto quando indicado de outra forma)

ativos ao qual pertence por maior do que seu valor recuperável estimado (conforme item (i) desta nota).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em "Outros ganhos/perdas, líquidos" na demonstração do resultado.

- (i) Perda do valor recuperável de ativos não financeiros
- A Companhia avalia, a cada encerramento do exercício social, se há indício de perdas no valor recuperável de seus ativos. Caso haja esse indício, ou quando este teste anual da perda no valor recuperável de um ativo é requerido, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo corresponde ao valor justo de um ativo ou da unidade geradora de caixa (CGU), menos os custos de venda, ou o seu valor em uso baseado no modelo do fluxo de caixa descontado, dos dois, o menor, sendo determinado individualmente para cada ativo, a menos que o ativo não gere entradas de fluxo de caixa que sejam independentes daqueles de outros ativos ou grupos de ativos. Quando o valor contábil de um ativo ou CGU ultrapassar o seu valor recuperável, considera-se ter havido perda no valor recuperável do ativo, sendo ajustado ao seu valor recuperável. Na estimativa do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações de mercado atuais do valor temporal do dinheiro e riscos específicos inerentes ao ativo. Um modelo adequado de avaliação é utilizado para determinar o valor justo menos custo de venda. Esses cálculos são confirmados por múltiplos de avaliação e outros indicadores de valor justo disponíveis.
- Perdas no valor recuperável de operações presentes e futuras são reconhecidas na demonstração do resultado nas categorias de despesa consistentes com a função do ativo afetado.
- Para ativos que excluem ágio, uma avaliação é feita a cada encerramento do exercício social sobre a existência de qualquer indício de que as perdas ao valor recuperável anteriormente reconhecidas não mais existam ou possam ter sofrido redução. Se existir esse indício, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda de valor recuperável anteriormente reconhecida é estornada apenas se tiver ocorrido uma mudança nas premissas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo, desde que a última perda de valor recuperável foi reconhecida. O estorno é limitado de forma que o valor contábil do ativo não ultrapasse o seu valor recuperável, nem o valor contábil que seria determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda de valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esse estorno é reconhecido na demonstração do resultado.

- (j) Passivos financeiros
- Os passivos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia assume uma obrigação prevista em disposição contratual de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis às suas aquisições ou emissões. Os passivos financeiros da Companhia são mensurados pelo custo amortizado. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures.

(i) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são compromissos vencíveis em um prazo médio de 30 (dias), sendo, em razão disso, reconhecido como sendo de valor justo.

(ii) Empréstimos e financiamentos e debêntures

Os empréstimos são reconhecidos, de início, pelo valor justo, líquido dos custos das transações incorridas. Os empréstimos são subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado.

O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso da taxa de juros de mercado para o mesmo título de dívida caso este não fosse conversível, obtida junto à instituição financeira que o concedeu. Esse valor é registrado como passivo com base no custo amortizado, até que esta obrigação seja extinta na conversão ou no vencimento dos títulos de dívida. Este é reconhecido e incluído no patrimônio líquido, líquido dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social. O valor contábil da opção de conversão não é reavaliado em exercícios subsequentes.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

(iii) Apresentação pelo líquido

Passivos e ativos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos no balanço patrimonial se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(k) Provisões

As provisões tributárias e para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor possa ser estimado com razoável segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, provisões são descontadas a valor presente utilizando-se a taxa de juros antes do imposto corrente que reflita, quando for o caso, os riscos específicos inerentes à obrigação. Quando o desconto for utilizado, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como uma despesa financeira.

(l) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre capital próprio a pagar a acionistas são tratados como dividendos, debitados em lucros acumulados.

Conforme determina a legislação fiscal, os juros a pagar a acionistas são calculados nos termos da Lei nº 9.249/95 e são registrados no resultado, na rubrica despesas financeiras. Para fins de publicação das demonstrações financeiras, esses juros sobre o capital próprio são revertidos da rubrica de despesas financeiras e apresentados a débito de lucros acumulados.

(m) Tributação

A tributação sobre a renda compreende o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto e na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

(i) Imposto de renda corrente

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base na legislação tributária promulgada, ou substancialmente promulgada, na data do balanço, da controladora e suas controladas que geram lucro real. A Administração avalia, periodicamente, a posição assumida em declarações de impostos com relação a situações nas quais a regulamentação fiscal aplicável está sujeita a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

(ii) Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço considerando as diferenças entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Onde o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo tributário;
- A respeito das diferenças tributárias temporárias relacionadas com investimentos em subsidiárias, onde o tempo da reversão da diferença temporária pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que é provável que lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados exceto quando:

- O imposto diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é considerado uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo tributário;
- A respeito das diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em subsidiárias, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que é provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável estará disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil apurado dos ativos tributários diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que toda ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Ativos tributários diferidos ajustados são reavaliados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se tornam prováveis que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas serem aplicáveis no ano em que se estima que o ativo seja realizado ou que o passivo seja liquidado, baseado nas alíquotas de imposto (e legislação tributária) promulgadas na data do balanço.

(iii) Impostos sobre vendas

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições e pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos	Alíquota %
PIS/PASEP – Programa de integração social	1,65
COFINS – Contribuição para financiamento para segurança social	7,60
ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (*)	7,00 a 18,00

(*) Não incide sobre serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos.

Esses tributos são apresentados como deduções da receita na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos serviços prestados na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado.

(n) Benefícios a empregados

(i) Obrigações de aposentadoria

A Companhia implantou em 29 de outubro de 2010 uma nova estratégia previdencial, a qual definiu o fechamento do Plano de Benefício Definido para novas adesões na

qual data e a criação do Plano de Benefício Saldado e do novo Plano de Contribuição Definida. Essa estratégia resultou em uma redução dos riscos para a Companhia e para os empregados, decorrente das migrações realizadas entre os planos.

O Plano de Benefício Saldado é constituído pelo direito acumulado de cada participante calculado na data de implantação da nova estratégia. Esse plano receberá apenas as contribuições para a cobertura de despesas administrativas e apesar de estudos não apontarem possibilidade de insuficiência financeira, em razão dos superávits gerados pelos ativos do plano, face a diferença ocorrida entre o valor da correção dos benefícios calculado pela variação do INPC e os rendimentos dos ativos calculados por taxas de mercado, as eventuais insuficiências serão cobertas por contribuições extraordinárias da patrocinadora e dos participantes de forma paritária.

O Plano de Contribuição Definida funciona como uma poupança individual para a aposentadoria, recebendo contribuições do participante e da patrocinadora que são depositadas em conta individual de cada participante. Todas as contribuições recebidas são aplicadas no mercado financeiro. Além disso, durante a permanência na Companhia, o participante pode programar a formação dessa poupança de acordo com a sua disponibilidade financeira. A contribuição da patrocinadora será igual a contribuição do participante, que por sua vez é correspondente à aplicação de um percentual de 3% a 10%, conforme opção do participante, sobre o seu salário efetivo.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos acima referenciados é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros consistentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. O valor dos ativos do plano é mensurado com base no valor justo.

Ganhos e perdas atuariais são reconhecidos como receita ou despesa quando os ganhos ou perdas atuariais acumulados líquidos não reconhecidos para cada plano no final do período base anterior ultrapassarem 10% da obrigação ou o valor justo dos ativos dos planos naquela data, dos dois, o maior. Os ganhos ou perdas foram calculados até 31 de dezembro de 2012 e reconhecidos ao longo do tempo de serviço médio de trabalho remanescente esperado dos funcionários que participam dos planos. Os ganhos ou perdas calculados a partir de 01 de janeiro de 2013 passaram a incorporar o saldo do passivo atuarial a ser reconhecido, devendo, para tanto, ser registrados como "outros resultados abrangentes", na conta de "ajustes de avaliações patrimoniais", dentro do patrimônio líquido, devido a eliminação do seu diferimento determinado pelo IAS19.

(ii) Participação nos lucros

A Companhia provisiona a participação de empregados no resultado, em função de metas operacionais e financeiras divulgadas aos seus colaboradores. Tais valores são registrados nas rubricas participação sobre lucros a pagar aos empregados, no passivo circulante, e participação nos lucros e resultados/empregados, no resultado. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

(o) Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo e de que serão auferidas. As mesmas são registradas como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

(p) Capital social

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando a Companhia compra ações do capital de sua emissão (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou recomitadas. Quando essas ações são, subsequentemente, recomitadas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e líquido dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no capital atribuível aos acionistas da Companhia.

(q) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela comercialização de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(i) Prestação de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e de serviços de irrigação não faturadas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

(ii) Contratos de construção

Um grupo de contratos de construção é tratado como um contrato de construção único quando: i) o grupo de contratos foi negociado como um pacote único; ii) os contratos estiverem tão diretamente inter-relacionados que sejam, com efeito, parte do projeto único com margem de lucro global, e iii) os contratos são executados simultaneamente ou em sequência contínua.

A receita de construção é composta por contratos na modalidade custo mais margem (cost plus), onde a receita é reconhecida por referência aos custos incorridos dos contratos, adicionado de uma margem. Esta margem adicional é relativa ao trabalho executado pela Companhia sobre os contratos de construção, que é adicionada aos custos de construção incorridos, gerando o total que é reconhecido como receita de construção, de acordo com o CPC 17 e IAS 11 - Contratos de Construção.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custos dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem. Essa receita é atribuída com base na taxa do custo ponderado médio de capital – WACC nominal, de forma integral aos custos incorridos na administração de contratos de obras, e pelo resultado da margem de retorno de investimentos e a margem transferida aos fornecedores de serviços e materiais.

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

(iii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda do valor recuperável é identificada em relação a uma aplicação financeira ou uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil ao seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao ativo, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original da aplicação financeira ou das contas a receber.

(iv) Venda de produtos

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável, a Companhia não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta, os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito a transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador.

(r) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base na legislação societária brasileira e no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que é aprovado pelos órgãos competentes ou pago, o que ocorrer primeiro.

O valor que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrado como passivo na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para a sua emissão, é registrada na rubrica "Dividendo adicional proposto" no patrimônio líquido.

(s) Contratos de concessão

A Companhia possui contratos de concessão pública de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Os contratos de concessão são firmados com os municípios, com intervenção do Estado de Minas Gerais. Os contratos de concessão foram reconhecidos conforme requerimentos da ICPC 01.

Os contratos de concessão representam um direito de cobrar os usuários dos serviços públicos, via tarifação controlada pela Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – ARSAE-MG, pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessão. A Companhia reconhece como um ativo intangível este direito de cobrar dos usuários durante período de concessão, sendo o valor amortizado conforme divulgado no item (g) desta nota. Adicionalmente, a Companhia possui em todos os seus contratos, exceto o Município de Ipatinga, um direito incondicional de receber caixa ao final da concessão como forma de indenização pela devolução dos ativos ao poder concedente. Nestes casos, a Companhia reconheceu um ativo financeiro, descontado a valor presente, considerando a melhor estimativa de recebimento ao final da concessão, conforme divulgado no item (c) desta Nota.

(t) Custos dos empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição ou construção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimo são registrados em despesa no período em que ocorrem. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

Conforme permitido pela ICPC 01, a Companhia capitaliza os custos dos empréstimos referentes aos ativos intangíveis relacionados aos serviços de construção relacionados aos contratos de concessão de serviços públicos.

(u) Partes relacionadas

A Companhia reconhece como parte relacionada, além das relações de negócios mantidas com as suas Subsidiárias Integrais, as transações financeiras mantidas com o pessoal chave da Administração, com o seu Acionista majoritário e com as Empresas ou Órgãos a ele ligados, direta ou indiretamente, desde que haja com essas Empresas ou Órgãos relações contratuais formalizadas que gerem transações financeiras.

(v) Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da referida demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

04. Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas

A preparação das informações financeiras do exercício da controladora e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Os principais assuntos sujeitos a julgamento e estimativas podem ser assim descritos:

(i) Reconhecimento de receita de construção

A receita de construção é composta por contratos na modalidade custo mais margem (cost plus), onde a receita é reconhecida por referência aos custos incorridos dos contratos, adicionado de uma margem. Esta margem adicional é relativa ao trabalho executado pela Companhia sobre os contratos de construção, que é adicionada aos custos de construção incorridos, gerando o total que é reconhecido como receita de construção, de acordo com o CPC 17 e IAS 11 - Contratos de Construção. Se a proporção dos serviços realizados em relação ao total dos serviços contratados apresentasse uma diferença acima de 10% em relação às estimativas da Administração, a receita reconhecida no exercício aumentaria em R\$203.424. Caso a diferença fosse inferior a 10% em relação às estimativas da Administração, a receita reconhecida no exercício sofreria queda de R\$33.424.

(ii) Benefícios de planos de pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam determinadas premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de juros de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas poderão afetar o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de juros de desconto apropriada ao final de cada exercício, que deveria ser usada para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera que a taxa de desconto no Brasil, para fins de atendimento ao disposto nas normas contábeis, deve ser obtida com base nos retornos oferecidos pelos títulos do governo (NTN-B) na data-base da avaliação atuarial, sem ajustes em função de fatores de risco Brasil ou expectativas futuras de oscilações na rentabilidade destes títulos.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 17.

(iii) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros.

Dado o amplo espectro de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes.

Impostos diferidos ativo são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e valores estimados de lucros tributáveis futuros, juntamente com futuras estratégias de planejamento fiscal.

Para maiores detalhes sobre impostos diferidos, vide Nota 15.

(iv) Perda do valor recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda de valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos incrementais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos 5 (cinco) anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

(v) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na Nota 13.

05. Contratos de Concessão de Serviços Públicos

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui Contratos de Concessão e/ou Contratos de Programa para a prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário com 882 localidades do Estado de Minas Gerais. Os Contratos de Concessão e/ou os Contratos de Programa são firmados com cada município, por períodos que variam entre 30 anos e 99 anos, sendo todos os contratos bastante similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente.

As tarifas para os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário são reguladas pela Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (ARSAE-MG). Estas tarifas devem garantir a sustentabilidade econômica e financeira da prestação dos serviços, como explicito na Lei Federal nº. 11.445/07, cabendo, portanto, à ARSAE-MG determiná-las através de revisões periódicas, bem como proceder aos seus respectivos reajustes anuais que tem por objetivo o realinhamento de preços das tarifas, em face à inflação. A cobrança pelos serviços ocorre diretamente dos usuários, tendo como base o volume de água e esgoto faturados multiplicado pela tarifa autorizada.

Os prazos das principais concessões bem como as principais alterações ocorridas nos contratos de concessão ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 estão descritas na Nota 01.

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2012, R\$388.031 como contas a receber do poder concedente (municípios), referente ao recebimento esperado ao final das concessões (R\$321.179 em 31 de dezembro de 2011) por ativos não depreciados no período da concessão. Estes valores foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, tendo sido descontados pelas taxas médias ponderadas de custo de capital – WACC, atrelados aos respectivos saldos da Companhia de contas a receber. Os valores dos ativos intangíveis foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão e o valor contábil dos ativos financeiros reconhecidos.

Os resultados dos serviços de construção realizados pela Companhia no exercício estão demonstrados abaixo:

	Controladora/Consolidado 31/12/2012	31/12/2011
Receitas de construção	731.576	701.256
Custos de construção	(716.496)	(687.301)

06. Caixa e Equivalentes de Caixa

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora 31/12/2012	31/12/2011
Recursos em caixa e bancos	47.202	34.632
Certificados de depósitos bancários de curto prazo	449.223	206.904
Total	496.425	241.536

	Consolidado 31/12/2012	31/12/2011
Recursos em caixa e bancos	48.478	35.174
Certificados de depósitos bancários de curto prazo	449.223	207.197
Total	497.701	242.371

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
 (Em milhares de Reais - exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia mantém aplicados os recursos próprios provenientes de sua atividade, em Certificados de Depósito Bancário - CDBs, que são títulos de renda fixa, cuja remuneração é baseada, substancialmente, na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, que no exercício de 2012, foi de 75% a 110,5% (75% a 113% no exercício de 2011). As receitas financeiras no exercício de 2012 totalizaram R\$40.657 (R\$27.077 no exercício de 2011), sendo R\$40.522 (R\$20.559 em 2011) relativo às aplicações financeiras com resgate inferior a 90 dias e R\$135 (R\$5.324 em 2011) às aplicações financeiras com resgate superior a 90 dias, além de R\$18.053 relativo à caução das debêntures (R\$1.194 em 2011).

Nos exercícios de 2012 e de 2011, a Companhia classificou seus títulos e valores mobiliários como caixa e equivalentes de caixa, por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato com prazo original de vencimento inferior a 90 dias e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

(b) Movimentação das aplicações financeiras

	Controladora	
	2012	2011
Em 1º de janeiro	206.904	35.475
Novas aplicações.....	3.053.398	1.879.004
Rendimentos.....	40.522	20.559
Resgates.....	(2.851.601)	(1.728.134)
Em 31 de dezembro	449.223	206.904

	Consolidado	
	2012	2011
Em 1º de janeiro	207.197	36.143
Novas aplicações.....	3.053.398	1.882.610
Rendimentos.....	40.529	20.610
Resgates.....	(2.851.901)	(1.732.166)
Em 31 de dezembro	449.223	207.197

Os ativos financeiros incluem somente valores em Reais, não havendo aplicações em moeda estrangeira.

Nenhum desses ativos financeiros está vencido e não foram identificadas perdas dos seus valores recuperáveis.

07. Contas a Receber de Clientes e Demais Contas a Receber

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
A vencer.....	133.864	74.096	138.138	75.530
Vencidos até 30 dias.....	80.824	66.010	80.824	66.395
Vencidos de 31 até 60 dias.....	32.385	30.040	32.385	30.266
Vencidos de 61 até 90 dias.....	18.622	15.753	18.622	15.915
Vencidos de 91 até 180 dias.....	31.323	25.322	31.323	25.683
Vencidos acima de 180 dias.....	34.088	55.484	34.088	57.060
Valores faturados.....	331.106	266.705	335.380	270.849
Valores a faturar.....	267.264	231.238	268.043	232.537
Contas a receber de clientes.....	598.370	497.943	603.423	503.386
(-) Provisão para perdas de contas a receber de clientes.....	(19.517)	(26.146)	(19.910)	(27.660)
	578.853	471.797	583.513	475.726
Contas a receber de longo prazo.....	220.000	220.060	220.000	220.060
Contas a receber de clientes, líquidas.....	798.853	691.857	803.513	695.786
Ativos financeiros mantidos até o vencimento (a).....	20.135	-	20.135	-
Cauções em garantias de empréstimos e debêntures (b).....	132.961	131.778	132.961	131.778
Créditos com controladas (c).....	20.197	76.048	-	-
Aplicação financeira vinculada (d).....	33.137	35.973	33.137	35.973
Aplicação financeira vinculada (e).....	155.524	292.918	155.524	292.918
Outros.....	39.907	16.534	40.218	17.241
Total.....	1.200.714	1.245.108	1.185.488	1.173.696
Ativo não circulante.....	(601.726)	(773.311)	(581.840)	(697.970)
Ativo circulante.....	598.988	471.797	603.648	475.726

Em 31 de dezembro de 2012, do total das contas a receber de clientes, R\$621.128 estavam adimplentes (R\$525.394 em dezembro de 2011).

Em 31 de dezembro de 2012, as contas a receber de clientes no valor de R\$149.736 (R\$123.484 em dezembro de 2011) encontram-se vencidas, mas não possuem provisão para perdas. Essas contas referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico de inadimplência recente. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	31/12/2012	31/12/2011
Até três meses.....	122.057	104.636
De três a seis meses.....	24.069	18.221
Estado de Minas Gerais.....	3.610	627
Total.....	149.736	123.484

Em 31 de dezembro de 2012, as contas a receber de clientes no total de R\$19.517 (R\$26.146 em dezembro de 2011) estavam vencidas e consideradas irre recuperáveis. As contas a receber individualmente irre recuperáveis referem-se principalmente a clientes prestadores de serviço na área da saúde, para os quais é vedada, legalmente, a interrupção dos serviços de fornecimento de água tratada e coleta de esgotamento sanitário. Segundo avaliação da Administração, uma parcela dessas contas a receber pode ser recuperada. Os vencimentos dessas contas a receber são como seguem:

	31/12/2012	31/12/2011
A vencer.....	874	728
Vencidos até 30 dias.....	948	905
Vencidos de 31 a 60 dias.....	1.037	930
Vencidos de 61 a 90 dias.....	933	975
Vencidos de 91 a 180 dias.....	2.916	3.053
Vencidos de 181 a 360 dias.....	5.533	5.219
Vencidos acima de 360 dias.....	7.276	14.336
Total.....	19.517	26.146

As contas a receber de clientes e demais contas a receber da Companhia são mantidas apenas em Reais, não havendo contas a receber em moeda estrangeira.

A movimentação na provisão para perdas de contas a receber de clientes da Companhia foi a seguinte:

	2012	
	Controladora	Consolidado
Em 1º de janeiro	26.146	27.660
Provisão para perdas de contas a receber.....	57.420	58.714
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis.....	(64.049)	(66.464)
Em 31 de dezembro	19.517	19.910

A provisão para perdas do valor recuperável do "contas a receber" foi registrada no resultado do exercício como "despesas comerciais". Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

As outras classes de contas a receber de clientes e demais contas a receber não contêm ativos com perda do valor recuperável.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação deste relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia mantém receitas tarifárias como garantia em financiamentos (Nota 19).

- a) Refere-se a aplicações financeiras negociadas com prazo de resgate superior a 90 dias;
- b) As cauções em garantia de empréstimos e debêntures estão detalhadas no item "b" da Nota 12;
- c) Refere-se a contratos de mútuo e a despesas com salários e encargos de funcionários cedidos pela COPASA MG às suas subsidiárias e que estão sendo reembolsados de acordo com o previsto contratualmente, sendo R\$19.121 referente à Copanor e R\$1.076 referente à Copasa Serviços de Irrigação (R\$17.139 e R\$1.368 em 31 de dezembro de 2011, respectivamente, além de R\$57.541 referente às Águas Minerais). Em 2012, o saldo de mútuos referente às Águas Minerais foi convertido em AFAC, conforme Nota 08;
- d) Refere-se a recursos financeiros da Agência Nacional de Águas - ANA, em poder da COPASA MG, no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES, a ser transferido na forma de pagamento pelo esgotamento sanitário tratado da estação de tratamento de esgoto do Ribeirão do Onça - ETE Onça, no Município de Belo Horizonte, da estação de tratamento de esgoto - ETE Betim Central, no Município de Betim, e da estação de tratamento de esgoto Ibitiré, no município de Ibitiré, quando do cumprimento das metas de volume de esgoto tratado e de abatimento de cargas poluidoras. Devido ao cumprimento parcial das metas, a Companhia também mantém esses recursos em seu exigível a longo prazo, em conta de depósito para obras (Nota 11). O contrato referente à ETE Onça foi encerrado com a liberação, em maio e setembro de 2012, das parcelas referentes ao cumprimento da terceira e última etapa, nos valores de R\$4.990 e R\$5.005, respectivamente. Os recursos referentes à estação de tratamento de esgoto Ibitiré, no valor de R\$4.612 foram liberados em 17 de janeiro de 2012.
- e) Os recursos provenientes da integralização da 5ª emissão de debêntures (Nota 12 letra "c") foram depositados em favor da COPASA MG em conta de liquidação mantida pela Caixa Econômica Federal. A liberação de recursos da conta de liquidação para a conta de livre movimentação será efetuada de acordo com o cronograma físico financeiro de cada projeto, mediante solicitação expressa da COPASA MG, e dependerá de prévia comprovação ao Agente Fiduciário do cumprimento das condições de liberação previstas na referida escritura. Os valores disponíveis na conta de liquidação que ainda não foram destinados para o desenvolvimento dos projetos, estão investidos no "fundo de investimento caixa corporativo II referenciado DI longo prazo", administrados pela Caixa Econômica Federal, cujo rendimento em 2012 foi de R\$18.053 (R\$5.324 em 2011).

08. Investimentos

Em sociedades controladas avaliadas pelo método da equivalência patrimonial

	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011
Águas Minerais.....	23.581	1
Copanor.....	1	1
Serviços de Irrigação.....	1	1
Total de equivalência patrimonial.....	23.583	3
Em sociedades avaliadas pelo método de custo.....		
Foz de Jeceaba.....	21.800	21.800
Outros.....	260	260
Total de método de custo.....	22.060	22.060
Total de investimentos.....	45.643	22.063

Em sociedades avaliadas pelo método de custo

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Foz de Jeceaba.....	21.800	21.800
Outros.....	260	260
Total de investimentos.....	22.060	22.060

As principais informações sobre as controladas são como segue:

Subsidiárias	Patrimônio líquido	AFAC	Capital social	Prejuízo acumulado	Número de ações	Participação Copasa (%)
31/12/2012						
Águas Minerais.....	23.581	86.634	13.929	(76.982)	13.929	100
Copanor.....	(15.931)	-	1	(15.932)	1	100
Serviços de Irrigação.....	(185)	-	1	(186)	1	100
31/12/2011						
Águas Minerais.....	(31.046)	20.244	13.929	(65.219)	13.929	100
Copanor.....	(13.665)	-	1	(13.666)	1	100
Serviços de Irrigação.....	(893)	-	1	(894)	1	100

A movimentação dos investimentos em controladas é a seguinte:

	31/12/2011	AFAC	Equivalência patrimonial	31/12/2012
Águas Minerais.....	(31.046)	66.389	(11.762)	23.581
Copanor.....	(13.665)	-	(2.266)	(15.931)
Serviços de Irrigação.....	(893)	-	708	(185)
Total.....	(45.604)	66.389	(13.320)	7.465
Investimentos.....		3		23.583
Provisão para perdas em investimentos.....	(45.607)			(16.118)

Em 31 de dezembro de 2012, as subsidiárias Copanor e Serviços de Irrigação apresentam patrimônio líquido negativo de R\$16.118 (R\$14.560 em dezembro de 2011), para o qual a Companhia constituiu provisão para perdas, registrada no "passivo não circulante", na rubrica "obrigações diversas".

Em 08 de fevereiro de 2012, a Diretoria Executiva da COPASA MG aprovou um novo plano de negócios da Copasa Águas Minerais de Minas elaborado em dezembro de 2011, e a conversão do saldo devedor dos contratos de mútuos, existente em 31 de dezembro de 2011, no valor de R\$57.541, em adiantamento para futuro aumento de capital, registrado no patrimônio líquido, por se tratar de incorporação líquida e certa, a ser efetivada após formalização da aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no 1º trimestre de 2013. As demonstrações contábeis da Copasa Águas Minerais de Minas, base para a equivalência patrimonial e consolidação da Companhia, foram preparadas no pressuposto de sua continuidade, e não incluem ajustes relativos à realização e classificação de seus ativos nem a valorização de seus passivos, que poderiam ser requeridos na impossibilidade dessa subsidiária continuar operando.

A Copasa Águas Minerais de Minas, cujas operações iniciaram-se em setembro de 2008, vem apresentando prejuízos em razão do alto volume de investimentos aplicados em recursos de adequações de projetos fabris e industriais, na modernização dos equipamentos de envasamento, na adequação do "mix" de produtos às demandas do mercado, além de reformas nas quatro fábricas para atendimento às exigências dos órgãos reguladores.

A absorção dos prejuízos começará a ser integralmente efetivada a partir do aumento da capacidade de utilização da vazão outorgada para a exploração das fontes de águas minerais de Caxambu, Cambuquira, Lambari e Araxá, em 42% e 58,65% a partir dos anos de 2015 e 2016, respectivamente.

Em 20 de dezembro de 2012, foi assinado Termo de Repactuação de Dívida entre a COPASA MG e a Copanor. Este termo teve origem, na Copanor, no Comunicado de Resolução do Conselho nº. 029/12 e no Comunicado de Resolução da Diretoria nº. 099/12, ambos de 10 de dezembro de 2012, e na COPASA MG no Comunicado de Resolução da Diretoria nº. 1011/12, de 18 de dezembro de 2012. Assim, os contratos de mútuo com a subsidiária Copanor passaram a ter as seguintes condições:

- a) Redução da taxa de juros de 101% para 90% do CDI;
- b) Prazo de amortização de 324 (trezentos e vinte e quatro) meses conforme descrito abaixo:
- (i) O período de carência será de 12 (doze) meses e os juros remuneratórios serão pagos em parcela única, ao final deste prazo.
- (ii) O período de amortização será de 312 (trezentos e doze) meses, com pagamentos de 52 parcelas semestrais, a primeira vencendo em 20 de junho de 2014 e a última em 20 de dezembro de 2039.
- c) Foi constituída conta reserva de titularidade da Copanor, sob o nº 6.210-3, na agência 3308 do Banco do Brasil S/A, não movimentável pela subsidiária, de forma a garantir o pagamento do serviço da dívida.

Os empréstimos de mútuo entre a COPASA MG e a subsidiária Copanor foram efetuados considerando assunções de novas concessões de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário pela referida subsidiária, que a permitiriam gerar recursos suficientes à amortização de tais débitos. A não concretização de parte das transferências de novas concessões, associada a problemas no equacionamento do cronograma físico-financeiro de obras, comprometeram o início de operação de algumas concessões e, por consequência, a geração de caixa da Copanor, levando à formalização do referido termo de repactuação de dívida. A redução na taxa de juros foi fundamentada nas remunerações sobre os montantes individuais, referentes aos contratos de mútuos, que a COPASA MG obteria junto ao mercado financeiro. A carência aplicada para o início da amortização da dívida está de acordo com o que é praticado pelos agentes financeiros para a COPASA MG.

Em cumprimento ao Decreto do Governo do Estado de Minas Gerais nº. 46.080 de 12 de novembro de 2012, a Diretoria Executiva da COPASA Serviços de Irrigação - CSI considerou cumpridas as atribuições que lhe foram atribuídas pela Lei Estadual nº. 16.698 de 17 de abril de 2007. Desta forma estão em curso as ações necessárias à transferência da gestão do Projeto Jaíba II para o Distrito de Irrigação do Jaíba - DIJ, as quais deverão estar concluídas até 02 de março de 2013, quando vencerá o contrato de prestação de serviços nº. 460/12 firmado com a RURALMINAS em 03 de setembro de 2012.

09. Intangível

Custo	Controladora						
	Sistemas de água	Esgotamento sanitário	Direitos de uso	Sistemas de uso comum (a)	Outros	Em formação	Total
Saldo contábil em 31/12/2011.....	4.392.128	2.890.364	288.810	-	(178.237)	1.927.472	9.320.537
Adições.....	64.810	35.300	17.008	741	(1.578)	662.903	779.184
Baixas.....	(48.174)	(54.138)	(2)	(463)	69.898	(5.506)	(38.385)
Transferências (b).....	(318.588)	306.423	3.500	599.430	181.224	(812.740)	(40.751)
Saldo contábil em 31/12/2012.....	4.090.176	3.177.949	309.316	599.708	71.307	1.772.129	10.020.585
Amortização							
Saldo contábil em 31/12/2011.....	(2.480.380)	(769.739)	(88.316)	-	33.703	-	(3.304.732)
Adições.....	(172.081)	(149.472)	(16.061)	(13.021)	10.179	-	(340.456)
Baixas.....	5.829	5.209	-	88	16.874	-	28.000
Transferências (b).....	449.214	48.733	(236)	(429.769)	(71.114)	-	(3.172)
Saldo contábil em 31/12/2012.....	(2.197.418)	(865.269)	(104.613)	(442.702)	(10.358)	-	(3.620.360)
Saldo líquido 31/12/2012.....	1.892.758	2.312.680	204.703	157.006	60.949	1.772.129	6.400.225
Saldo líquido 31/12/2011.....	1.911.748	2.120.625	200.494	-	(144.534)	1.927.472	6.015.805

A amortização do exercício, apropriada ao resultado, foi de R\$320.908 (R\$265.655 em 2011) como custo dos serviços prestados, de R\$3.666 (R\$4.021 em 2011) como despesas comerciais e de R\$19.054 (R\$11.944 em 2011) como despesas administrativas.

- (a) Considerando que os sistemas de uso comum possuem taxas de vida útil econômica específicas, esses ativos passam a ser controlados em grupo específico denominado "sistemas de uso comum", a partir do exercício de 2012.
- (b) Estes valores se referem a movimentações entre intangível e imobilizado.

Custo	Consolidado						
	Sistemas de água	Esgotamento sanitário	Direitos de uso	Sistemas de uso comum (a)	Outros	Em formação	Total
Saldo contábil em 31/12/2011.....	4.746.979	2.924.834	293.703	-	(179.633)	1.927.472	9.713.355
Adições.....	66.488	41.687	14.341	4.414	(7.555)	662.903	782.278
Baixas.....	(50.982)	(54.141)	(2)	(1.356)	69.850	(5.506)	(42.137)
Transferências (b).....	(271.709)	235.418	3.499	619.009	184.836	(812.740)	(41.687)
Saldo contábil em 31/12/2012.....	4.						

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
 (Em milhares de Reais - exceto quando indicado de outra forma)

Custo	Consolidado					
	Terrenos e construções	Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros	Obras em andamento	Total
Saldo contábil em 31/12/2011	121.372	260.944	106.172	912	1.722	491.122
Adições	708	603	536	82	743	2.672
Baixas	(301)	(1.317)	(933)	(86)	(174)	(2.811)
Transferências (a)	13.638	21.768	6.862	(581)	-	41.687
Saldo contábil em 31/12/2012	135.417	281.998	112.637	327	2.291	532.670
Depreciação						
Saldo contábil em 31/12/2011	(68.166)	(138.436)	(98.327)	(494)	-	(305.423)
Adições	(3.475)	(26.243)	(3.575)	(201)	-	(33.494)
Baixas	103	1.083	364	91	-	1.641
Transferências (a)	(537)	3.645	(217)	338	-	3.229
Saldo contábil em 31/12/2012	(72.075)	(159.951)	(101.755)	(266)	-	(334.047)
Saldo líquido 31/12/2012	63.342	122.047	10.882	61	2.291	198.623
Saldo líquido 31/12/2011	53.206	122.508	7.845	418	1.722	185.699

A depreciação do exercício, apropriada ao resultado, foi de R\$28.281 (R\$24.897 em 2011) como custo dos serviços prestados, de R\$322 (R\$376 em 2011) como despesas comerciais e de R\$1.662 (R\$1.091 em 2011) como despesas administrativas.

(a) Estes valores se referem a movimentações entre intangível e imobilizado.

11. Fornecedores e Outras Obrigações

	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011
Contas a pagar aos fornecedores	157.397	108.068
Impostos, taxas e contribuições	47.293	49.801
Parcelamento de impostos (a)	255.676	261.299
Provisão para férias	84.653	76.587
Energia elétrica (b)	6.618	24.670
Depósito para obras (c)	34.590	27.875
Provisão para perdas com investimentos (Nota 08)	16.118	45.607
Obrigações diversas	13.652	67.491
Total	615.997	661.398
Passivo não circulante	(270.708)	(304.475)
Passivo circulante	345.289	356.923

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Contas a pagar aos fornecedores	172.440	111.494
Impostos, taxas e contribuições	47.774	50.122
Parcelamento de impostos (a)	255.676	261.299
Provisão para férias	85.172	76.949
Energia elétrica (b)	6.932	24.670
Depósito para obras (c)	34.593	27.878
Obrigações diversas	13.868	67.675
Total	616.453	620.887
Passivo não circulante	(254.593)	(258.871)
Passivo circulante	361.862	361.216

A parcela não circulante é composta principalmente pelo parcelamento de impostos.

a) Parcelamento de impostos

	Controladora/Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Parcelamento de impostos (*)	-	10.533
Parcelamento de ISS (**) (Nota 25)	255.676	250.766
Total	255.676	261.299
Parcela circulante	(35.676)	(41.239)
Parcela não circulante	220.000	220.060

(*) Em 27 de novembro de 2009, em conformidade com a Medida Provisória nº. 470, de 2009, a Companhia efetivou o pedido de parcelamento de débito relativo ao crédito-prêmio do IPI utilizado anteriormente na compensação de tributos federais no valor de R\$54.492, em doze parcelas. Em setembro de 2010, a Companhia efetivou novo pedido de parcelamento, no valor de R\$28.086, em vinte e quatro parcelas, em complemento ao pedido anterior, com vencimento em setembro de 2012.

(**) Refere-se a termo de compensação no qual os débitos tributários e não tributários devidos pela COPASA MG serão compensados com os créditos relativos a faturas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, devidos pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. As dívidas recíprocas estão sendo pagas em 120 parcelas mensais e consecutivas, com juros de 1% e atualização monetária anual pelo IPCA-E. Em 31 de dezembro de 2012, restam 86 parcelas e o vencimento do contrato ocorrerá em fevereiro de 2020.

b) Energia elétrica

Refere-se a parcelamento de dívida, encerrado em setembro de 2012, oriunda de faturas vencidas, conforme Termo de Acordo e Reconhecimento de Dívida formalizado junto à Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG em 04 de outubro de 2004, no qual a Companhia reconheceu a dívida de R\$78.495, que foi negociada em 96 parcelas mensais e sucessivas, atualizadas pelo IGP-M e acrescidas de juros de 0,5% ao mês. Em 31 de dezembro de 2012 o circulante registra apenas o valor das faturas mensais, no valor de R\$6.618 (R\$5.442 em 2011).

c) Depósito para obras

Em dezembro de 2003, a Companhia recebeu repasse de recursos provenientes do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES, no valor de R\$12.636, realizados pela Agência Nacional de Águas - ANA, como contrapartida da participação do Governo Federal na construção da estação de tratamento de esgoto do Ribeirão do Onça, em Belo Horizonte. Em 2012 o cronograma estabelecido foi totalmente cumprido, os relatórios trimestrais enviados à ANA e os recursos liberados. Em 31 de dezembro de 2012 não existe nenhum valor aplicado relativo a este repasse (R\$9.551 em 2011) - Nota 07.

Em dezembro de 2007, a Companhia recebeu em conta vinculada o valor de R\$18.720 relativos a novo repasse de recursos realizado pela Agência Nacional de Águas - ANA, como contrapartida da participação do Governo Federal na construção da estação de tratamento de esgoto sanitário de Betim Central, em Betim. Conforme previsto na cláusula 6ª do contrato 039/2007 assinado em 11 de dezembro de 2007, a liberação do pagamento pelo esgoto tratado será efetuada à Companhia em doze parcelas trimestrais e sucessivas após a certificação das metas de abatimento de cargas poluidoras a ser emitida pela referida agência. A Companhia iniciou o processo de certificação do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES em 1º de julho de 2009 e, em 15 de outubro de 2009 encaminhou relatório para a aprovação da ANA, que fez questionamentos e considerações técnicas, agendando reunião para 29 de janeiro de 2010 para esclarecimentos e continuidade do cronograma previsto. Em 2011 e 2012, continuaram as tratativas acerca de ajustes técnicos do relatório que, atualmente, encontra-se em análise, em sua versão final, pela ANA. Recebida a aprovação para a primeira medição, a Companhia terá disponibilizado o equivalente a 1/12 avos dos recursos existentes em conta vinculada. Dessa forma, a cada três meses a Companhia deverá emitir relatório de cumprimento de metas e enviá-lo para aprovação da ANA, até completar as doze medições previstas em contrato. Ressalte-se, entretanto, a possibilidade de renegociar com a agência datas de realização de novas medições, devido a não conclusão de empreendimento que influíu no cumprimento de metas. O valor aplicado atualizado até 31 de dezembro de 2012, relativo a este repasse, é de R\$28.224 (R\$26.422 em 2011) - Nota 07.

Em 17 de janeiro de 2012, a Companhia recebeu em conta vinculada o valor de R\$4.612 relativos a novo repasse de recursos realizado pela Agência Nacional de Águas - ANA, como contrapartida da participação do Governo Federal na construção da estação de tratamento de esgoto sanitário de Ibirité. Conforme previsto na cláusula 6ª do contrato 099/2011, assinado em 21 de dezembro de 2011, a liberação do pagamento pelo esgoto tratado será efetuada à Companhia em doze parcelas trimestrais e sucessivas após a certificação das metas de abatimento de cargas poluidoras a ser emitida pela referida agência. O prazo de vigência contratual é 31 de dezembro de 2018. O valor aplicado atualizado até 31 de dezembro de 2012, relativo a este repasse, é de R\$4.913 (em 2011 não havia esta aplicação) - Nota 07.

Em 15 de dezembro de 2012, a Companhia assinou contrato no valor de R\$8.114 visando o repasse de recursos pela Agência Nacional de Águas - ANA, como contrapartida da participação do Governo Federal na construção da estação de tratamento de esgoto sanitário de Patos de Minas. Conforme previsto na cláusula 6ª do contrato 099/2012, a liberação do pagamento pelo esgoto tratado será efetuada à Companhia em doze parcelas trimestrais e sucessivas após a certificação das metas de abatimento de cargas poluidoras a ser emitida pela referida agência. O prazo de vigência contratual é 31 de dezembro de 2018.

12. Empréstimos e Debêntures

	Controladora/Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Circulante		
Governo Estadual/BDMG	4.929	4.717
Caixa Econômica Federal	122.336	114.916
Tesouro Nacional	38.801	36.875
BNDES - BNE	59.255	54.074
Notas Promissórias - Citibank	-	155.924
União Federal - bônus	3.656	4.719
KfW	4	4
Empréstimos bancários e financiamentos	228.981	371.225
Debêntures simples	134.017	102.715
Debêntures conversíveis	7	69.742
Debêntures	134.024	172.457
Total circulante	363.005	543.682
Não circulante		
Governo Estadual/BDMG	3.726	7.756
Caixa Econômica Federal	554.152	613.804
Tesouro Nacional	3.311	41.806
BNDES - BNE	532.976	533.973
União Federal - bônus	52.506	51.031
KfW	6.221	-
Empréstimos bancários e financiamentos	1.152.892	1.248.370
Debêntures simples	1.543.481	952.614
Debêntures conversíveis	-	65.293
Debêntures	1.543.481	1.017.907
Total não circulante	2.696.373	2.266.277
Total circulante e não circulante	3.059.378	2.809.959

Os valores contábeis em comparação com seus respectivos valores justos estimados são os seguintes:

	Valores			
	Contábil 31/12/2012	Justo 31/12/2012	Contábil 31/12/2011	Justo 31/12/2011
Empréstimos bancários e financiamentos	1.381.873	1.454.429	1.619.595	1.719.016
Debêntures simples	1.677.498	1.650.652	1.055.329	1.012.141
Debêntures conversíveis	7	7	135.035	134.532
Total	3.059.378	3.105.088	2.809.959	2.865.689

Os valores de mercado passivos são calculados através da projeção do saldo devedor, atualizado pela taxa contratual, pelo período de meses restantes para pagamento. O valor encontrado retroage ao período atual, utilizando-se as taxas de mercado abaixo:

Linhas	Taxa contratual	Período meses	Taxa de mercado	Observações
Governo Estadual/BDMG	9,03%	27	7,33%	Taxa CEF por não existir similar
CEF/FGTS	9,59%	142	7,33%	Cotação da taxa da CEF em dez/12
Tesouro Nacional	5,38%	13	7,33%	Taxa CEF por não existir similar
BNDES/BNE	7,08%	109	6,55%	Cotação da taxa do BNDES/BNE em dez/12
União Federal	4,58%	136	7,33%	Taxa CEF por não existir similar
Debêntures simples	7,96%	101	8,43%	Cotação taxa do BNDES/BND em dez/12
Debêntures conversíveis	7,80%	6	7,30%	Cotação taxa do BNDES/BNA em dez/12
KfW	2,07%	131	2,07%	KfW em dez/12

a) Empréstimos bancários e financiamentos

Em 16 de julho de 2012, a Companhia amortizou o contrato de coordenação, colocação e distribuição pública de Notas Promissórias Comerciais, em regime de garantia firme, da 1ª emissão da COPASA MG, assinado em 18 de julho de 2011, com o Citibank, no montante de R\$148.000, dividido em 37 Notas Promissórias, em série única de R\$4.000 cada uma, com prazo de vencimento de 360 dias, e que fizeram jus ao pagamento de juros remuneratórios, na data do vencimento, incidentes sobre seu valor nominal unitário, correspondentes à variação acumulada de 105,2% da taxa média diária de juros dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo".

Os recursos captados por esta modalidade foram utilizados pela emissora no complemento de seu Programa de Investimentos e como capital de giro.

Em 29 de novembro de 2011, a Companhia e a Agência Oficial Alemã Kreditanstalt Fur Wiederaufbau - KfW assinaram contrato de empréstimo no valor de EUR 100.000.000,00 (cem milhões de euros). A remuneração será composta por juros à taxa fixa de 2,07% a.a., taxa de compromisso não reembolsável de 0,25% a.a. calculada sobre os valores não desembolsados e taxa administrativa, em parcela única, de 0,5% sobre o total do empréstimo.

Este empréstimo tem carência de principal de 36 (trinta e seis meses). A amortização se dará em 08 (oito) parcelas semestrais, iguais e consecutivas no valor de EUR5.555.000,00 (cinco milhões quinhentos e cinquenta e cinco mil euros), com vencimento entre 20 de dezembro de 2014 e 20 de setembro de 2018, e 10 (dez) parcelas semestrais, iguais e consecutivas no valor de EUR5.556.000,00 (cinco milhões quinhentos e cinquenta e seis mil euros), com vencimento entre 20 de dezembro de 2018 e 20 de setembro de 2023, data do vencimento final deste empréstimo.

Os recursos deste empréstimo serão utilizados no Programa de Despoluição da Bacia do Paraopeba, que inclui a ampliação e construção de sistemas de esgoto e usinas de tratamento de esgotos, tratamento e eliminação de lodo, mobilização, sensibilização e educação sanitária da população, proteção de mananciais e serviços de consultoria.

Os empréstimos e financiamentos bancários têm vencimento até 2035 e cupons médios de 8,04% ao ano (8,84% ao ano em 31 de dezembro de 2011). Além disso, as linhas de financiamento apresentam seus respectivos saldos devedores atrelados a índices específicos, conforme descrito abaixo:

Linhas de financiamento	Índices
Governo Estadual/BDMG	IGP-M
Caixa Econômica Federal	TR
Tesouro Nacional	TR
BNDES - BNE	Excedente a 6% da TJLP
União Federal - bônus	Dólar
KfW	Euro
Debêntures	Vide letra "c" dessa Nota 12

As parcelas de longo prazo vencem como segue:

Ano de vencimento	31/12/2012	31/12/2011
2013	-	212.188
2014	188.477	175.683
2015	153.067	141.171
2016	117.590	106.814
2017	81.494	72.858
2018	82.500	73.766
2019 até 2035	529.764	465.890
Total	1.152.892	1.248.370

Os valores contábeis dos empréstimos da Companhia em moeda estrangeira totalizam R\$62.387 (R\$55.750 em 2011), sendo R\$56.162 em dólares e R\$6.225 em euros (em 2011 somente dólares).

b) Garantias dos empréstimos bancários e financiamentos

Em relação aos financiamentos, a Companhia oferece as seguintes garantias:

Contratos em moeda estrangeira

União Federal - bônus:

São garantidos até o saldo do contrato pelo aval do Governo do Estado de Minas Gerais e pelas receitas tarifárias da Companhia, até o limite suficiente para o pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento. Para o Discount Bond e o Par Bond existe garantia acessória na qual a Companhia mantém conta reserva no Banco do Brasil no montante de R\$40.527, atualizado até 31 de dezembro de 2012 (R\$35.192 em 2011), mediante aplicação da média dos preços dos Bônus de Cupom Zero do Tesouro dos Estados Unidos da América, registrado na rubrica caução de garantia de financiamentos.

Kreditanstalt Fur Wiederaufbau - KfW:

São garantidos até o saldo do contrato pelo aval do Governo do Estado de Minas Gerais e pelas receitas tarifárias da Companhia, até o limite suficiente para o pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento, pelo contrato de garantia em separado, celebrado entre a KfW e a República Federativa do Brasil, e pelo crédito de pagamento garantido pela República Federal da Alemanha. Como garantia acessória a Companhia manterá conta reserva na Caixa Econômica Federal, cujo saldo mínimo corresponderá a 1 (uma) vez o serviço da dívida vincendo. O saldo desta conta, registrada na rubrica caução de garantia de financiamentos, em 31 de dezembro de 2012, é de R\$349 (em 31 de dezembro de 2011 não havia esta caução).

Contratos em moeda nacional

Financiamentos com cessão fiduciária de crédito e de vinculação de créditos:

- Visando aperfeiçoar e ampliar os sistemas operados, a Companhia havia obtido recursos, entre 1995 e 2001, junto a diversos órgãos financiadores, e, em 29 de outubro de 2002, estes contratos foram englobados no Termo de Vinculação de Receitas assinado entre a Companhia, a Caixa Econômica Federal, designada como operadora, e o Unibanco, como agente financeiro, e através do qual foram liberados novos recursos provenientes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS. Em 04 de julho de 2006 foram celebrados novos contratos de cessão fiduciária e de vinculação de créditos para liberação de novos recursos do FGTS, no âmbito do Programa Saneamento Para Todos, que substituiu os programas existentes anteriormente, com o Bradesco e o Itaú também passando a atuar como agentes financeiros dos recursos. Como garantia a Companhia oferece:
 - Cessão fiduciária de parcela dos direitos de créditos decorrentes da prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, prestados pela COPASA MG aos seus consumidores privados, em montante equivalente aos valores mínimos de R\$17.000 e R\$15.300 ao mês, cumulativos, corrigidos pelo IPCA divulgado pela FIPE;
 - Cessão fiduciária de parcela dos direitos da cedente contra a Caixa Econômica Federal, relativos ao fundo de liquidez, composto pelos recursos depositados na conta vinculada e na conta reserva, que deve corresponder a 3 (três) vezes o valor das parcelas vincendas, cujo saldo em 31 de dezembro de 2012 registrado na rubrica caução de garantia de financiamentos é de R\$25.448 (R\$25.862 em 31 de dezembro de 2011).

- Os contratos de empréstimos e financiamentos celebrados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, destinados a otimização e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas áreas de concessão, estão garantidos pela cessão fiduciária de parcela dos direitos de créditos decorrentes da prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, em montante equivalente aos valores mínimos de R\$3.000 e R\$23.000 ao mês, corrigidos anualmente pelo IPCA do IBGE, e por depósitos em conta reserva cujo saldo mínimo corresponderá a 3 (três) vezes o valor das parcelas vincendas. O saldo desta conta, registrada na rubrica caução de garantia de financiamentos, em 31 de dezembro de 2012, é de R\$24.171 (R\$26.527 em 31 de dezembro de 2011).

- Os contratos de empréstimos e financiamentos celebrados junto à Caixa Econômica Federal, dentro dos programas CAIXA PAC - 2009 e 2010 destinados à ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas áreas de

concessão, estão garantidos pelo penhor dos direitos emergentes da concessão, caucionando os direitos creditórios referentes à arrecadação da receita tarifária obtida nos municípios onde as obras serão realizadas, no valor de 3 (três) vezes o encargo mensal, creditado em conta contratual, e por depósitos em conta reserva cujo saldo mínimo corresponderá a 1 (uma) vez o valor das parcelas vincendas. O saldo desta conta, registrada na rubrica caução de garantia de financiamentos, em 31 de dezembro de 2012, é de R\$1.186 (R\$555 em 31 de dezembro de 2011).

Outros financiamentos:

- Os contratos de empréstimos e financiamentos celebrados junto à Caixa Econômica Federal, destinados à execução de obras e serviços de expansão de redes e ligações prediais, estão garantidos por depósitos em conta de caução cujo saldo mínimo corresponde a 1 (uma) vez o valor do encargo mensal, para o contrato assinado em 09 de dezembro de 2003, e a 3 (três) vezes o valor do encargo mensal, para o contrato assinado em 30 de junho de 2004, calculados com base na última cobrança disponível para estes contratos. O saldo desta conta, registrada na rubrica caução de garantia de financiamentos, em 31 de dezembro de 2012, é de R\$10.107 (R\$9.918 em 2011).
- Os financiamentos relativos ao Governo Estadual/BDMG e ao Tesouro Nacional são garantidos por aval do Governo do Estado de Minas Gerais e pelas receitas tarifárias da Companhia.

c) Debêntures simples e conversíveis

Subscrições/séries	Data da subscrição	Controladora/Consolidado			
		31/12/2012	Não circulante	31/12/2011	Não circulante
Debêntures não conversíveis					
Subscrição 1ª. Emissão					
1ª e 2ª	30/06/2004	7.775	4.511	7.815	12.245
3ª e 4ª	09/11/2004	7.775	4.5		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de Reais - exceto quando indicado de outra forma)

Vencimento final	15 de fevereiro de 2017 para a 1ª série e 15 de fevereiro de 2019 para a 2ª série
Remuneração	100% da taxa DI over extragrupo capitalizada de um spread de 0,94% a.a. para a 1ª série, e IPCA mais juros remuneratórios correspondentes a 100% da remuneração das Notas do Tesouro Nacional-série B, para a 2ª série
Garantia	Quirografia

Os recursos dessa emissão estão sendo utilizados no programa de investimentos no período compreendido entre os anos de 2012 e 2014, em parceria com os municípios com os quais a Companhia tem a concessão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como no alongamento do perfil da dívida.

Debêntures conversíveis

Subscrição 2ª emissão:

Em 16 de julho de 2007 a Companhia assinou Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, no valor de R\$141.024, com os seguintes termos e condições:

Data de emissão	01 de junho de 2007
Quantidade de debêntures	1.130.000
Valor nominal unitário em reais	R\$124,80
Carência do principal	59 meses
Amortização	1º de junho de 2012 e 1º de junho de 2013
Remuneração	TJLP + 2,3% a.a.
Garantia	Flutuante

O valor justo do componente financeiro registrado no passivo foi calculado usando-se a taxa de juros de mercado para um título de dívida não conversível equivalente. O valor residual, representando o valor da opção de conversão de capital, está incluído no patrimônio líquido em reservas de lucros (Nota 18).

Foi assegurado aos acionistas da Companhia o direito de preferência para a subscrição das debêntures na proporção do número de ações de emissão da COPASA MG que possuíam no dia 30 de julho de 2007, sendo que para subscriver 01 (uma) debênture, seria necessário que o acionista possuísse 102 (cento e duas) ações da COPASA MG. O prazo para exercer o direito de preferência era de 30 dias contados a partir do dia 30 de julho de 2007, data da publicação do Aviso aos Acionistas, vencido, portanto, no dia 28 de agosto de 2007. As ações da COPASA MG (CSMG3) foram negociadas *ex direito* de subscrição de debêntures desde o dia 31 de julho de 2007.

O período para opção pela conversão é de 02 de junho de 2008 a 31 de maio de 2012, quando cada debênture pode ser convertida em quatro ações ordinárias de nossa emissão, e entre 01 de junho de 2012 e 31 de maio de 2013, quando cada debênture poderá ser convertida em duas ações ordinárias de nossa emissão, ao preço de R\$31,20 por ação, atualizado conforme os termos da escritura. Até 31 de dezembro de 2012 já foram efetuadas as seguintes conversões:

Data	Quantidade	
	Debêntures convertidas	Ações ordinárias
04/08/2008	188	752
06/03/2009	5.396	21.584
12/03/2009	973	3.892
01/04/2009	20.595	82.380
18/06/2009	2.039	8.156
02/07/2009	4.208	16.832
21/07/2009	240	960
29/11/2011	314	1.256
31/05/2012	1.095.907	4.383.628
28/09/2012	9	18
30/10/2012	12	24
Total	1.129.881	4.519.482

O título de dívida conversível reconhecido no balanço patrimonial é calculado como segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Componente do passivo no início do período	135.035	134.242
Despesa financeira	8.848	11.683
Juros pagos	(6.389)	(10.890)
Conversão da dívida	(137.487)	-
Componente do passivo ao final do período	7	135.035

O valor justo do componente do passivo do título de dívida conversível, cujo saldo remanescente é representado por 119 (cento e dezenove) debêntures, totaliza R\$7 em 31 de dezembro de 2012. O valor justo é calculado utilizando-se os fluxos de caixa descontados a uma taxa baseada na taxa do instrumento semelhante sem a opção de conversão de 2,8% a.a. além da TJLP.

Os recursos provenientes da 2ª emissão de debêntures foram utilizados no Plano de Investimentos da Companhia para o período 2007/2010 sendo destinados à modernização, ampliação e implantação de estações de tratamento de água e de esgotamento sanitário, otimização das operações, com melhoria no controle de redução de perdas e para estudos e projetos de abastecimento de água e serviços de esgotamento sanitário, bem como investimentos em novas concessões e desenvolvimento institucional.

d) Cláusulas contratuais restritivas - *Covenants*

A Companhia possui em seus contratos de empréstimos e debêntures cláusulas restritivas que obrigam o cumprimento de garantias especiais, conforme descrito abaixo:

(a) *Covenants de contratos sindicalizados:*

Índice	Limite
Exigível total/patrimônio líquido	Igual ou menor que 1,0
EBITDA/serviço da dívida	Igual ou maior que 1,55
Ligação de água e esgoto/nº. funcionários	Igual ou maior que 350

(b) *Covenants de contratos com a CEF* - os contratos assinados originalmente com o Unibanco, com recursos do FGTS, foram posteriormente transferidos para a gestão da CEF, conforme descrito no item 2 "Contrato de cessão fiduciária de crédito e de vinculação de créditos", acima descrito.

Índice	Limite
Exigível total/patrimônio líquido	Igual ou menor que 1,0
EBITDA/serviço da dívida	Igual ou maior que 1,7
Liquidez corrente (ajustado)	Superior a 0,9
Ligação de água e esgoto/nº. funcionários	Maior que 365

(c) *Covenants de contratos com o BNDES-BNA/BND/BNE:*

Índice	Limite
Dívida líquida/EBITDA	Igual ou inferior a 3,0
EBITDA/ROL	Igual ou superior a 36%
EBITDA/serviço da dívida	Igual ou superior a 1,5

(d) *Covenants de contratos com o BNDES/debêntures:*

Índice	Limite
EBITDA/serviço da dívida	Igual ou maior que 1,5
Margem EBITDA	Igual ou maior que 33%
Grau de endividamento	Igual ou menor que 70%

(e) *Covenants do contrato com o KfW*

Índice	Limite
Passivo total/patrimônio líquido	Igual ou menor que 1,0
EBITDA/amortização da dívida	Igual ou maior que 1,5

(f) *Covenants de contratos com a CEF/BB/HSBC, 5ª e 6ª emissões de debêntures:*

Índice	Limite
Dívida líquida/Patrimônio Líquido	Igual ou menor que 1,0
EBITDA/Serviço da dívida	Igual ou maior que 1,5
Exigível Total/Patrimônio Líquido	Igual ou menor que 1,0
Dívida Líquida/EBITDA	Igual ou menor que 3,0
EBITDA/ROL	Igual ou maior que 36%

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não havia violado nenhuma das cláusulas restritivas relativas aos empréstimos e debêntures acima descritos.

13. Provisões Tributárias e para Demandas Judiciais

As provisões são registradas pela Companhia com base na expectativa da Administração com relação ao provável desembolso de caixa. As provisões são registradas como passivo circulante ou não circulante em função da expectativa de quando estes desembolsos de caixa irão ocorrer.

	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011
Crédito presumido PIS/COFINS	-	28.163
Crédito prêmio IPI	16.456	16.456
Provisões tributárias	16.456	44.619
Provisão para demandas judiciais	63.932	43.956
Total	80.388	88.575

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Crédito presumido PIS/COFINS	-	28.163
Crédito prêmio IPI	16.456	16.456
Provisões tributárias	16.456	44.619
Provisão para demandas judiciais	64.318	46.447
Total	80.774	91.066

O critério adotado pela Companhia, depois de ouvida a Procuradoria Jurídica, é o de constituir provisão para as ações cíveis, trabalhistas, tributárias e para as obrigações legais consideradas como perdas prováveis.

A movimentação das provisões pode ser assim demonstrada:

	Controladora					
	Para demandas judiciais			Tributárias		
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Depósitos judiciais / vinculados	PIS/COFINS e IPI	Total
31 de dezembro de 2011	29.473	14.616	2.081	(2.214)	44.619	88.575
Adições	24.330	19.373	128	(239)	421	44.013
Reversões	(14.478)	(4.581)	-	199	(28.584)	(47.444)
Utilizações	(2.630)	(2.126)	-	-	-	(4.756)
31 de dezembro de 2012	36.695	27.282	2.209	(2.254)	16.456	80.388

	Consolidado					
	Provisões			Tributárias		
	Para demandas judiciais	Depósitos judiciais / vinculados	PIS/COFINS e IPI	Total		
31 de dezembro de 2011	29.473	17.619	2.081	(2.726)	44.619	91.066
Adições	24.330	21.284	128	(1.326)	421	44.837
Reversões	(14.478)	(7.588)	-	199	(28.584)	(50.451)
Utilizações	(2.630)	(2.126)	-	78	-	(4.678)
31 de dezembro de 2012	36.695	29.189	2.209	(3.775)	16.456	80.774

As utilizações referem-se a provisões liquidadas ou a processos encerrados onde a Companhia não obteve êxito e que foram classificados como a conta a pagar.

Os valores representam uma provisão para certas ações judiciais movidas contra a Companhia, sendo os encargos da provisão reconhecidos no resultado em "outras despesas operacionais". Na opinião dos assessores legais, após análise jurídica apropriada, o resultado dessas ações judiciais provavelmente não originará nenhuma perda significativa além dos valores provisionados em 31 de dezembro de 2012.

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem processos de natureza cível, trabalhista e tributária.

a) Provisões

Provisões cíveis

As provisões cíveis relacionam-se a processos de indenização por danos morais e materiais ou pedidos de reembolso relativo a pagamentos a maior ou em duplicidade. A COPASA MG estima a provisão com base nos valores faturados passíveis de questionamento e em decisões judiciais recentes.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ação cível pública questionando o reajuste tarifário aplicado no Município de Belo Horizonte em 2003. A ação questiona o fato de o reajuste ter sido aplicado sobre as contas emitidas a partir do reajuste tarifário e não sobre o período de consumo, e propõe a impugnação do mesmo. A decisão final ampara parcialmente o pedido inicial, condenando-nos a restituir aos consumidores a parcela paga referente ao período de consumo anterior à data de vigência do reajuste. A perita apresentou os valores, mas o processo se encontra com vista para o Ministério Público. O valor está em fase de liquidação de sentença, e está estimado, em 31 de dezembro de 2012, em R\$341(R\$324 em 31 de dezembro de 2011).

A Associação Verde Gaia de Proteção Ambiental vem ajuizando ações cíveis públicas contra a COPASA MG, questionando o descumprimento da obrigação constante do artigo 2º da Lei Estadual nº. 12.503/97, relativo à obrigação das empresas concessionárias de serviços de abastecimento de água a investir 0,5% de sua receita operacional na proteção e preservação ambiental da bacia hidrográfica explorada. No decorrer desses processos no Poder Judiciário surgiram decisões de 1ª e 2ª instâncias favoráveis à autora, de modo que a maioria dos processos passou a ser classificado como perda provável. Como o valor a ser pago pela Companhia com a provável perda dessas ações será o percentual de 0,5% apurado sobre a receita operacional de água do respectivo município de cada ação, e não o valor da causa, em 31 de dezembro de 2012 o valor provisionado referente a 48 ações é de R\$6.120 (R\$5.777 em 31 de dezembro de 2011).

Luciene Ricardo da Silva e outras ajuizaram ação de indenização por danos materiais e morais, tendo em vista deslizamento de terra que soterrou a propriedade das autoras, deslizamento esse ocasionado por rompimento dos canais de água ligados a um antigo reservatório de água reativado clandestinamente. Em setembro de 2011, na fase de reservatório de provas, a Companhia requereu a prova pericial e a oitiva de testemunhas, e em dezembro de 2011 o Juiz determinou a citação da AGF Brasil S/A para apresentar resposta à denunciação à lide. Em julho de 2012 o Juiz deu vista à autora e o processo encontra-se concluso para despacho, com valor provisionado em 31 de dezembro de 2012 de R\$2.590 (R\$2.454 em 31 de dezembro de 2011).

Em 18 de outubro de 2011, Viviana Alves de Oliveira Sales e outros ajuizaram ação de indenização por danos morais e materiais, perante a Vara de Feitos da Fazenda da Comarca de Varginha - MG, em virtude dos prejuízos ocasionados em seu imóvel, supostamente relacionados com vazamento de água, ocorrido na rede pública de abastecimento, no município de Varginha. A partir de setembro de 2012, o processo entrou na fase de exame de laudos periciais. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$1.463 (R\$1.386 em 31 de dezembro de 2011).

Provisões trabalhistas

As ações nas quais a Companhia tem responsabilidade direta, em sua maioria, estão relacionadas a danos morais e materiais em razão de doença ocupacional ou acidente de trabalho, horas extras, horas "in itinere", adicionais de insalubridade e periculosidade, sobreaviso, diferenças salariais decorrentes de isonomia de função e questionamentos de desbolsa por justa causa. A Companhia provisiona todas as ações trabalhistas classificadas como risco de perda provável, o que representa aproximadamente 55,42% do valor de risco estimado de todas as ações trabalhistas.

A Companhia figura também na condição de litisconsorte passivo com responsabilidade subsidiária, sendo a responsabilidade principal de empregadas contratadas para a prestação de serviços de obras de manutenção e construção. Nestes casos, quando acolhido o pedido inicial, as referidas empregadas normalmente arcam com o ônus da condenação. Contudo, levando-se em consideração a existência de empregadas com dificuldades financeiras e, consequentemente, caracterizadas como inadimplentes em potencial a Companhia poderá ser compelida judicialmente a satisfazer o débito trabalhista. Assim essas ações foram consideradas como perda provável, e a Companhia constituiu provisão de recursos para eventuais condenações, cujo valor em 31 de dezembro de 2012 é de R\$2.054 (R\$2.594 em 31 de dezembro de 2011).

Adicionalmente, a Companhia também é parte em vinte e sete processos administrativos originados de inspeção feita pela Delegacia Regional do Trabalho, que autou a Companhia, destacando aquele de maior valor pecuniário, que decorre da ausência de reflexos de horas extras no repouso semanal remunerado, no qual a Fiscalização do Trabalho entendeu que isso implica em significativa subtração de salário. Em razão disso, foram lavrados autos de infração com multa incidente a cada empregado que se encontra nessa situação. Essa multa teve repercussão nos depósitos de FGTS e multa fundiária. Os advogados estimam as chances de perda destes processos como provável e, portanto, foi provisionado em 31 de dezembro de 2012 o valor de R\$4.731 (R\$4.408 em 31 de dezembro de 2011).

Ação trabalhista, conexa à ação cível pública, em curso na 24ª vara do trabalho de Belo Horizonte, pela qual o SINDAGUA e o Ministério Público do Trabalho alegam ato discriminatório em decorrência da política de desligamento e do programa motivacional adotado pela Companhia. Nesse processo a COPASA MG obteve êxito em 1ª instância, decisão reformada em 2ª instância, estando atualmente pendente de decisão judicial pelo Tribunal Superior do Trabalho. Ainda assim estimamos a perda dessa ação como provável, provisionando em 31 de dezembro de 2012 o valor de R\$1.456 (R\$1.342 em 31 de dezembro de 2011).

Ação cível pública apresentada pelo Ministério Público do Trabalho, questionando a contratação de empregado por prazo determinado, praticada pela Companhia, a qual ainda está na fase de instrução processual, em trâmite na 5ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG, mas, ainda assim, foi classificada como de perda provável, sendo provisionado, em 31 de dezembro de 2012, o valor de R\$520 (em 31 de dezembro de 2011 não havia valor provisionado).

Reclamação trabalhista apresentada pelo SINDAGUA, reivindicando o pagamento de diferença da participação nos lucros da empresa aos empregados referente ao exercício de 2010. Essa ação, que tramita na 2ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG, já teve julgamento em 1ª e 2ª instâncias, sendo declarado procedente o pedido, estando, atualmente, pendente de decisão pelo Tribunal Superior do Trabalho, em face de recurso de revista apresentado pela COPASA MG, com interposição de agravo de instrumento. O processo está classificado como de perda provável, sendo provisionado, em 31 de dezembro de 2012, com o valor de R\$10.508 (R\$53 em 31 de dezembro de 2011).

Provisões tributárias

A Companhia é parte em processo tributário que se refere a créditos presumidos de PIS/PASEP e COFINS nas contribuições realizadas no período de janeiro de 2004 a agosto de 2007. A Companhia entende que a legislação vigente é omissa quanto à definição da determinação dos créditos sobre insumos utilizados na prestação dos serviços do seu objeto social. Em função da conclusão do estudo efetuado por consultores externos independentes, que refinou a estimativa da base de cálculo dos referidos tributos, a Administração decidiu constituir provisão considerando a melhor estimativa de desembolsos futuros para liquidação deste passivo até que fosse definida a base legal de tais créditos. No entanto, devido à prescrição do débito, em março e dezembro de 2012 houve baixa de R\$17.712 e R\$10.872, relativa ao exercício de 2006 e de 2007, respectivamente (provisão de R\$28.163 em 2011).

Em 2010, a Companhia procedeu à exclusão das parcelas pagas do crédito-prêmio de IPI referenciado na Nota 11 da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social. Dessa forma, foi constituída provisão de R\$16.456, referente ao efeito tributário dessa exclusão, até que seja pacificada a base legal de apropriação desse crédito.

b) Passivos contingentes

A COPASA MG discute em juízo outras ações para as quais tem expectativa de perda possível. Para essas ações não foi constituída provisão para eventuais perdas, tendo em vista que a Companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para a defesa na esfera judicial.

Os processos judiciais em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais a Companhia é parte passiva, estão assim distribuídos:

Natureza	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011
Cível (**)	477.222	402.021
Tributária (***)	37.957	55.623
Total	515.179	457.644

(*) Referem-se a ações ajuizadas por clientes, Ministérios Públicos Estadual e da União, Municípios, associações, etc., que pleiteiam a tutela jurisdicional no que diz respeito a assuntos diversos, excetuadas as demandas de natureza tributária e trabalhista, estando distribuídas em diversas instâncias, varas judiciais e juizados especiais, e podem ser divididas em:

Ações individuais

A Companhia e suas controladas são parte em um número significativo de ações individuais indenizatórias em razão de supressão de fornecimento de água e danos causados por obras. Tais ações foram propostas no curso normal de nossos negócios e envolvem danos morais e materiais, tais como indenizações por danos a imóveis e automóveis e acidentes causados durante a exploração de nossas atividades, dentre outras matérias. A Administração não acredita que tais ações judiciais causarão, isoladamente ou em conjunto, efeito material adverso sobre os resultados operacionais, condição financeira ou perspectivas de negócios da Companhia e de suas controladas.

Ações coletivas

A Companhia é parte em ações cíveis públicas e ações populares que pleiteiam a anulação, suspensão ou impugnação de 19 de nossos contratos de concessão, firmados com os municípios de Almenara, Barbacena, Campina Verde, Caratinga, Cataguases, Divinópolis, Frutal, Guidoval, Itajubá, Lavras, Leopoldina, Luz, Mateus Leme, Nanuque, Patos de Minas, Ribeirão das Neves, São Gotardo, Serra da Saudade e Três Corações. Com exceção de Caratinga e São Gotardo, as demais ações foram classificadas com possibilidade de perda possível ou remota, e, em razão disso, não foram constituídas provisões. Ressalte-se ainda a existência de precedente favorável à Companhia, proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais em caso análogo, bem como pareceres de renomados juristas sobre o assunto também favoráveis ao nosso posicionamento, ou seja, à legalidade dos contratos de concessão celebrados.

Ações ambientais

A Companhia é parte em diversas ações cíveis públicas e ações populares envolvendo questões ambientais, em decorrência do curso normal de suas atividades. Essas demandas judiciais são, em grande parte, relacionadas à recuperação de supostos danos ambientais, construção de estações de tratamento de esgoto e investimentos em preservação do meio ambiente. Apesar da maioria dessas ações não possuírem valores de causa expressivos, a Companhia pode ser obrigada a investir valores significativos na construção de estações de tratamento ou nos abstermos de algumas de nossas práticas relacionadas aos nossos negócios.

Uma ação popular de natureza ambiental possui como objeto a reparação de danos causados pelo despejo de detritos no Rio São Francisco. Não houve decisão judicial em relação a esta ação no valor de R\$72.529 em 31 de dezembro de 2012 (R\$68.717 em 31 de dezembro de 2011) e, de acordo com estimativas da Administração, a possibilidade de perda é classificada como possível.

Termos de ajustamento de conduta - TACs

Foram firmados diversos TACs com o Ministério Público do Estado de Minas Gerais versando sobre questões ambientais, decorrentes de investigações cíveis e administrativas. Foi firmado ainda um TAC no curso de uma ação cível pública proposta pelo Ministério Público, que prevê a execução do sistema completo de esgotamento sanitário no Município de Paracatu, bem como uma indenização cível.

As obrigações decorrentes desses TACs correspondem, na maioria dos casos, à realização de obras para a instalação ou melhoria de redes de saneamento básico e a construção de estações de tratamento de efluentes, para que o esgoto coletado não seja descartado sem tratamento diretamente em cursos d'água. Os recursos necessários para o cumprimento dos TACs assinados pela Companhia estão incluídos em nosso programa de investimentos.

(**) Refere-se a diversas ações tributárias, sendo que as mais relevantes referem-se a duas ações tributárias, que versam sobre uma autuação da Secretaria da Receita Federal, em abril de 2004, em função da Companhia não ter incluído nas bases de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS as receitas financeiras provenientes das variações cambiais de obrigações geradas pela diminuição da taxa do dólar norte-americano. A Companhia interpsu recurso administrativo, em ambos os casos, visando impugnar e contestar o auto de notificação e lançamento constante do procedimento tributário. Entretanto, tais recursos administrativos tiveram seu provimento negado pelo Conselho de Contribuintes.

Diante desta situação, a COPASA MG ajuizou, nos dois processos, ação ordinária perante a Justiça Federal, questionando a validade da autuação e requerendo a declaração da inexistência da obrigação tributária, tendo em vista que o Supremo Tribunal Federal reconheceu a inconstitucionalidade de dispositivo da Lei nº 9.718/98 no que diz respeito ao alargamento da base de cálculo das contribuições em questão. Os processos estão em fase recursal, tendo a Companhia logrado êxito em primeira instância no caso do processo da COFINS, apesar do feito não ter ainda transitado em julgado, e o processo PIS/PASEP encontra-se pendente de julgamento, tendo em vista recurso interposto pela União. A exigência tributária atualizada até 31 de dezembro de 2012 é de R\$34.231 (R\$32.432 em 31 de dezembro de 2011) e foi classificada como contingência possível.

14. Participação nos Lucros e Resultados

Conforme deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 01 de março de 2011, e em conformidade com a legislação vigente, foi aprovado que o montante a ser distribuído a título de Participação dos Empregados nos Lucros da Empresa é o equivalente a 25% dos dividendos mínimos obrigatórios pagos aos acionistas, depois de deduzida a reserva legal, e terá como parâmetro de desempenho para fins de alcance de metas, o percentual de realização do Programa de Investimentos da

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de Reais - exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora Consolidado	
	2012	2011
No resultado do exercício de 01 de janeiro a 31 de dezembro		
1. Aumento/(redução) do ativo diferido		
Imposto de renda diferido	558	558
Contribuição social diferida	201	201
	759	759
2. Redução/(aumento) do passivo diferido		
Imposto de renda diferido	3.578	1.606
Contribuição social diferida	1.288	578
	4.866	2.184

**Resultado da tributação diferida no exercício (1 - 2)
(Aumento) / redução da despesa de tributação**

Em reuniões realizadas em 28 de fevereiro de 2011 pelo Conselho Fiscal e em 29 de fevereiro de 2011 pelo Conselho de Administração, foi aprovado o estudo técnico elaborado pela Diretoria Financeira e de Relações com Investidores, referente à projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido.

Conforme o estudo técnico, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido existente em 31 de dezembro de 2012, conforme estimativa a seguir:

Expectativa de realização do ativo diferido	Controladora	Consolidado
Em 2013	14.085	14.085
Em 2014	13.927	13.927
Em 2015	9.940	9.940
Em 2016	9.940	9.940
Em 2017	9.940	9.940
Após 2017	160.783	161.222
	218.613	219.054

Caso haja fatores relevantes que venham modificar as projeções, essas serão revisadas durante os exercícios.

16. Convênios de Cooperação Técnica

Referem-se, principalmente, a recursos recebidos, a partir de julho de 2006, oriundos de convênio assinado pela Companhia com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana - SEDRU, cujo objetivo é a cooperação técnica e financeira para ampliação da cobertura dos sistemas públicos de saneamento básico, nas regiões do Vale do Jequitinhonha, Estrada Real (em Ouro Preto) e outras regiões do interior do Estado de Minas Gerais.

Os recursos recebidos de convênios são aplicados em obras especificadas nos termos dos próprios convênios, sendo seus valores quando recebidos reconhecidos contabilmente nas contas de convênio de cooperação técnica no passivo circulante e quando aplicados no ativo circulante, aguardando encontro de contas.

O saldo líquido de convênios está assim composto:

	Controladora		
	A receber (ativo)	Adiantamento (passivo)	Líquido
31 de dezembro de 2012			
Estado	232.475	(262.262)	(29.787)
Outros	10.340	(12.404)	(2.064)
Total	242.815	(274.666)	(31.851)
31 de dezembro de 2011			
Estado	211.111	(206.370)	4.741
Outros	12.446	(12.102)	344
Total	223.557	(218.472)	5.085
	Consolidado		
	A receber (ativo)	Adiantamento (passivo)	Líquido
31 de dezembro de 2012			
Estado	583.913	(621.583)	(37.670)
Outros	10.340	(12.404)	(2.064)
Total	594.253	(633.987)	(39.734)
31 de dezembro de 2011			
Estado	484.400	(478.927)	5.473
Outros	12.446	(12.102)	344
Total	496.846	(491.029)	5.817

17. Obrigações de Benefícios de Aposentadoria

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Obrigações de longo prazo	142.493	145.235
Obrigações de curto prazo	13.256	12.072
	155.749	157.307
Contribuições normais	11.346	47
Total das obrigações registradas no balanço patrimonial	167.095	157.354
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração de resultado com benefícios de planos de pensão:		
Plano de Benefícios RP1 - BD	2.687	2.734
Plano Copasa Saldado	11.873	11.860
Novo Plano Copasa - CD	88	2.260

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Passivo líquido saldo inicial	157.354	172.278
Receitas reconhecidas no resultado - passivo atuarial	3.065	(2.429)
Despesas reconhecidas no resultado - contribuição		
COPASA	33.683	33.655
Provisão de contribuições mensais	43.251	40.265
Atualização monetária	7.269	8.173
Amortização dívida	(11.893)	(10.839)
Amortização contribuições mensais	(65.634)	(83.749)
Passivo líquido final	167.095	157.354
Passivo circulante	24.602	12.119
Passivo não circulante	142.493	145.235

A Companhia, em 07 de dezembro de 1982, assinou convênio de adesão e tornou-se patrocinadora da Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais - FUNDASEMG, cujos direitos e obrigações foram posteriormente assumidos pela Fundação Libertas, que foi criada com o objetivo de complementar a aposentadoria dos funcionários participantes, assegurando a manutenção do seu plano de benefícios definidos na referida fundação. A contribuição da Companhia é equivalente à dos empregados participantes, em conformidade com as Leis Complementares nº 108 e 109, de 29 de maio de 2001, e seu valor é determinado a partir de estudos atuariais previamente elaborados.

Desde o exercício de 2002, o plano de previdência complementar na modalidade de Benefício Definido - BD patrocinado pela Companhia, vem apresentando uma situação de déficit atuarial, que tem sido equacionado pela aplicação de reajustes nas contribuições da patrocinadora e de seus empregados que totalizaram, até novembro de 2008, aproximadamente 127%, conforme registro nos respectivos demonstrativos dos resultados da avaliação atuarial - DRAAs.

De acordo com o deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia para solucionar a situação do plano previdenciário, e a aprovação, em 23 de junho de 2010, pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, da nova estratégia previdenciária da Companhia, no período de 02 de agosto a 29 de outubro de 2010, todos os empregados ativos, afastados do trabalho e assistidos tiveram a oportunidade de acessar o simulador para conhecer e escolher uma das alternativas de Plano Previdencial proposto. A partir de 01 de novembro de 2010, a Companhia passou a ter três planos distintos: a) o atual plano BD que foi fechado para novas adesões, mas que continua ativo e recebendo contribuições dos que não optaram pela migração para os outros planos; b) o plano BD saldado fechado, criado apenas para administrar os benefícios dos empregados provenientes do saldamento; e c) o plano CD que foi criado para a migração de todos os participantes e assistidos do antigo plano BD e para inclusão dos novos empregados e dirigentes. Após a conclusão do processo de migração, em dezembro de 2011, o plano BD possuía 150 participantes ativos e 183 assistidos, o saldado 2.018 participantes ativos e 1.364 assistidos, e o CD 10.621 participantes ativos e 476 assistidos.

Os benefícios oferecidos pelo plano de benefício definido, que se encontra fechado para novas adesões, são: suplementações de aposentadoria por invalidez, idade, tempo de contribuição e especial, além de auxílio doença, pensão, auxílio reclusão e pecúlio por morte.

Os benefícios oferecidos pelo plano de benefício saldado são: a) participantes ativo, autopatrocinado e assistido: benefício saldado de aposentadoria programada; b) beneficiário de assistido de origem do plano de benefício definido: benefício saldado de pensão por morte e benefício saldado de pecúlio por morte; e c) participante remido ou beneficiário de participante remido: benefício saldado decorrente de opção pelo instituto do benefício proporcional diferido.

Os benefícios oferecidos pelo plano de benefício de contribuição definida são: a) para os participantes que migraram do plano de benefício definido para este plano, será reconhecido o tempo de permanência no plano anterior, para efeito de cumprimento de carência no plano novo; b) para os novos participantes os benefícios garantidos são o de benefício proporcional diferido, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio de reclusão e abono anual.

As premissas atuariais utilizadas pela Companhia são revisadas regularmente e podem divergir de forma relevante dos resultados reais de acordo com as mudanças de mercado e condições econômicas, fatos regulatórios, regulamentos judiciais, aumento ou diminuição nos índices de demissões ou na expectativa de vida dos participantes. Essas diferenças podem resultar em um impacto relevante no montante de despesa com entidade de previdência privada registrada na Companhia.

De acordo com o parágrafo 93 da CPC 33, a Entidade adotou a política de incluir a amortização dos ganhos e perdas atuariais como um componente da despesa anual. Se, no início do ano, os ganhos e perdas líquidos excedem 10% do maior entre a obrigação de benefício definido e o valor justo dos ativos do plano, a amortização será a parcela excedente dividida pelo serviço médio remanescente dos participantes ativos do plano. A amortização mínima é o excesso, se houver, dos ganhos e perdas líquidos acima de 10% do maior entre a obrigação de benefício definido e o valor justo dos ativos do plano divulgados no final do ano fiscal anterior, dividido pelo serviço médio remanescente dos participantes ativos do plano.

A partir de 1º de janeiro de 2013, de acordo com as normas previstas na IAS 19, os valores de ganhos (perdas) atuariais gerados até 31 de dezembro de 2012 e os gerados a partir de 01 de janeiro de 2013 passam a compor o saldo do Passivo Atuarial Líquido

do a ser reconhecido, registrados como "Outros Resultados Abrangentes" na conta de "ajuste de avaliação patrimonial", no "Patrimônio Líquido". A Companhia identificou a necessidade de reconhecimento complementar de passivo atuarial líquido no valor de R\$202.712, decorrente de ganhos (perdas) atuariais não reconhecidas até 31 de dezembro de 2012 e que deverão ser reconhecidas a partir de 1º de janeiro de 2013, em face de não aplicação da regra do "corredor" estabelecida pela IAS 19 a partir da referida data.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	a) Plano de Benefícios RP1 - BD				
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Valor presente das obrigações financiadas	(47.774)	(36.398)	(29.920)	(1.228.735)	(972.586)
Valor justo dos ativos do plano	4.909	8.518	-	862.794	698.195
Valor presente da obrigação em excesso ao valor dos ativos	(42.865)	(27.880)	(29.920)	(365.941)	(274.391)
(Ganho)/perda atuarial não reconhecido	14.975	(1.096)	(1.342)	(110.047)	(223.764)
(Passivo)/ativo atuarial provisionado	(27.890)	(28.976)	(31.262)	(475.988)	(498.155)

(*) A redução do passivo atuarial provisionado a partir do exercício de 2011 foi devida à reestruturação do plano de benefício definido ocorrida em outubro de 2010.

A movimentação do valor referente da obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	2012	2011
	Em 1º de janeiro	36.398
Custo do serviço corrente	34	(397)
Custo financeiro	3.817	3.112
Contribuições dos participantes do plano	371	446
(Ganhos)/perdas atuariais	11.048	5.828
Benefícios pagos pelo plano	(3.894)	(2.511)
Em 31 de dezembro	47.774	36.398

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	2012	2011
	Em 1º de janeiro	8.518
Retorno real sobre os ativos do plano	(3.861)	5.563
Contribuições do empregador	3.775	5.019
Contribuições dos empregados	371	447
Benefícios pagos	(3.894)	(2.511)
Em 31 de dezembro	4.909	8.518

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão com benefícios definidos durante o próximo exercício fiscal é de R\$4.072.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	2012	2011
	Custo dos serviços correntes	34
Custo financeiro	3.817	3.112
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(1.164)	19
	2.687	2.734

As (receitas) despesas com plano de pensão no valor de R\$2.687 (R\$2.734 em 2011) foram reconhecidas no resultado em "despesas administrativas".

O retorno real sobre os ativos do plano em 2012 foi negativo em R\$3.861 (positivo em R\$5.563 em 2011).

A média ponderada da alocação dos ativos por categoria de ativo é a seguinte:

	Plano de pensão com benefício definido		
	Alocação dos ativos até 31 de dezembro em %	Alocação do ativo segundo determinação do Conselho Deliberativo da Fundação Libertas - percentagem ou faixa de percentagem	
	2012	2011	
Renda fixa	84,16	84,16	Até 100%
Renda variável	6,22	6,22	Até 21%
Carteira de imóveis	6,15	6,15	Até 8%
Outros	3,47	3,47	Até 15%
Total	100,00	100,00	

Estratégias de investimentos:

- O Conselho Deliberativo da Fundação Libertas determina as diretrizes de investimentos;
- Objetivos de investimentos: alcançar rendimento atuarial mínimo (INPC mais 6% ao ano), tanto em curto quanto em longo prazo;
- Tipos de investimentos permitidos: renda fixa - ativos de crédito de baixo risco, ações, imóveis e empréstimos a participantes;
- Tipos de investimentos não permitidos: ativos de crédito de médio e alto risco, moeda estrangeira e outros de acordo com a legislação brasileira;
- Utilização de derivativos: para fins de exposição de hedging.

Benchmarks para ativos de plano de investimentos:

- Titulos de dívida: INPC + 5,22% a.a.;
- Titulos patrimoniais: IBOVESPA Médio;
- Imóveis: INPC;
- Empréstimos aos participantes: INPC + 8% ao ano.

As premissas usadas pela Companhia foram as seguintes (percentagem, incluindo a inflação projetada de 5,2% ao ano):

	Crédito unitário projetado	
	2012	2011
Taxa anual de desconto	9,25% a.a.	10,81% a.a.
Expectativa de retorno anual sobre os ativos do plano	-	11,24% a.a.
Aumento anual de salário	7,88% a.a.	7,00% a.a.
Aumento anual de benefícios	5,20% a.a.	5,00% a.a.
Taxa de inflação	5,20% a.a.	5,00% a.a.
Tábua de mortalidade	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic
Tábua de invalidez	Light Média	Light Média
Tábua de morbidez	GAMA-Experiência Libertas	GAMA-Experiência Libertas
Mortalidade de inválidos	AT-1949 Agravada em 100%	AT-1949 Agravada em 100%
Rotatividade	0,697%	4,5% (tempo de serviço + 1)

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como, no target de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2012.

Retorno anual esperado dos ativos:

INPC médio em 10 anos: 4,86%

	Crédito unitário projetado		Retorno real esperado de longo prazo^(*)	Retorno nominal de longo prazo sobre o INPC^(*)
	2012	2011		
Classes de Ativos	Composição atual da carteira	Composição da carteira no longo prazo^(*)		
Renda fixa	84,16%	78,20%	5,22%	10,33%
Renda variável	6,22%	11,01%	8,15%	13,41%
Imóveis	6,15%	6,85%	0,19%	5,06%
Outros ativos I	3,47%	2,57%/1,37%	6,37%/7,82%	11,54%/13,06%
Carteira	100,00%	100,00%	5,14%	10,25%

- A coluna "Composição Atual da Carteira" deve refletir o percentual dos recursos alocados em cada tipo de aplicação.

- A coluna "Composição Atual da Carteira no Longo Prazo" deve refletir o percentual esperado dos recursos alocados em cada tipo de aplicação no longo prazo.

- As projeções de retorno dos ativos foram calculadas com base nos cenários traçados pela Tendências Consultoria e pela Towers Watson.

- Ativos de renda fixa: foram consideradas as curvas de juros vigentes.

- Ativos de renda variável: foi utilizado o prêmio histórico de risco.

- Empréstimos a participantes, se aplicável: IPCA + 6%.

(*) Os percentuais do item "outros ativos" nas colunas 3, 4 e 5 são compostos por investimentos estruturados e operações com participantes, respectivamente.

	31/12/2012	31/12/2011
	Valor presente das obrigações financiadas	(945.651)
Valor justo dos ativos do plano	658.766	580.372
VPO líquido dos ativos do plano	(286.885)	(148.591)
(Ganho)/perda atuarial não reconhecido	168.658	31.593
(Passivo)/ativo atuarial provisionado	(118.227)	(116.998)

IAS 19 - Benefícios aos Empregados: A eliminação do enfoque do corredor ("corridor approach"), aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013, impactará em um aumento do passivo atuarial líquido no montante de R\$168.658.

A movimentação do valor referente da obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	2012	2011
	Em 1º de janeiro	728.963
Custo financeiro	76.821	67.010
(Ganhos)/perdas atuariais	168.695	47.420
Benefícios pagos pelo plano	(28.828)	(24.523)
Em 31 de dezembro	945.651	728.963
	2012	2011
Em 1º de janeiro	580.372	532.462
Retorno real sobre os ativos do plano	96.578	59.093
Contribuições do empregador	10.644	13.340
Benefícios pagos	(28.828)	(24.523)
Em 31 de dezembro	658.766	580.372

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão com benefícios definidos durante o próximo exercício fiscal é de R\$11.197.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	2012	2011
	Custo financeiro	76.821
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(64.948)	(55.150)
	11.873	11.860

As despesas com plano de pensão no valor de R\$11.873 (R\$11.860 em 2011) foram reconhecidas no resultado em "despesas administrativas".

O retorno real sobre os ativos do plano em 2012 foi de R\$96.578 (R\$59.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de Reais - exceto quando indicado de outra forma)

- As projeções de retorno dos ativos foram calculadas com base nos cenários traçados pela Tendências Consultoria e pela Towers Watson.
- Ativos de renda fixa: foram consideradas as curvas de juros vigentes.
- Ativos de renda variável: foi utilizado o prêmio histórico de risco.
- Empréstimos a participantes, se aplicável: IPCA + 6% - Imóveis, se aplicável: IGP-M + 6%.

(*) Os percentuais do item "outros ativos" nas colunas 3, 4 e 5 são compostos por investimentos estruturados e operações com participantes, respectivamente.

18. Patrimônio Líquido e Dividendos

(a) Capital

O Conselho de Administração da Companhia homologou, em reuniões realizadas nos dias 20 de julho, 19 de outubro e 23 de novembro de 2012, conforme o artigo 7º e 22º alínea "w" do Estatuto Social da Companhia, o aumento de capital no valor de R\$137.487. Assim, o valor do capital social da Companhia se elevou para R\$2.773.986. Nas mesmas reuniões, foi recomendada, para deliberação da Assembleia Geral, a alteração do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, visando contemplar esses aumentos de capital.

Este aumento ocorreu em função da conversão de 1.095.928 debêntures da 2ª Emissão da COPASA MG em 4.383.670 ações ordinárias escriturais, conforme "Solicitações de Conversão de Debêntures", recebidas pela Companhia em 31 de maio, 28 de setembro e 30 de outubro de 2012 (letra "c" da Nota 12).

Dessa forma, a quantidade total de ações ordinárias autorizadas passou a ser de 119.684.430, sendo que todas as ações emitidas estão integralizadas e não possuem valor nominal.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 17 de agosto de 2012, autorizou a aquisição e incorporação de ativos pertencentes ao sistema de esgotamento sanitário da Sede do Município de Carneirinho. O pagamento, no valor de R\$614, foi efetivado por meio da negociação privada de 12.963 ações em tesouraria, cuja média das cotações de fechamento diárias dos últimos 31 (trinta e um) pregões, anteriores à data de realização da referida reunião é de R\$47,35.

Assim, a Companhia, que é controlada pelo Estado de Minas Gerais, passou a deter 357 mil ações ordinárias de sua própria emissão em tesouraria, cujo valor é de R\$8.576, adquiridas principalmente do acionista Estado de Minas Gerais, através de operações vinculadas a acordos de débitos oriundos de prestação de serviços de água e esgotamento sanitário e convênios de cooperação técnica. A Companhia tem o direito de reemitir essas ações, mantidas como "ações em tesouraria", em uma data posterior.

Os 48,57% remanescentes, que representam o *Free Float* da Companhia, são detidos por diversos acionistas.

A composição do capital social em 31 de dezembro de 2012 é a seguinte:

Acionista	Quantidade de ações	Percentual de participação
Estado de Minas Gerais	61.189	51,13
Administradores	2	-
Outros acionistas	58.136	48,57
Ações em tesouraria	357	0,30
Total	119.684	100,00

(b) Retenção de lucros

A Administração propõe a retenção de lucros no montante de R\$295.993 (R\$284.379 em 2011) para futuros investimentos da Companhia, em linha com o "plano de ação" aprovado pelo Conselho de Administração, a ser executado a longo prazo.

(c) Reserva de incentivos fiscais

Constitui da parcela de incentivos fiscais, decorrentes de doações e subvenções governamentais, apropriada ao resultado do exercício a partir de 01 de janeiro de 2008.

No exercício de 2012, o valor de R\$7.208 (R\$9.409 em 2011) foi registrado no resultado referente ao incentivo pelo cumprimento da 3ª etapa da meta de abatimento de cargas poluidoras da estação de tratamento de esgoto do Ribeirão do Onça (Nota 11), concedido pela Agência Nacional de Águas - ANA, com recursos do PRODES - Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas.

(d) Remuneração aos acionistas

Nos termos do Estatuto Social, os acionistas de qualquer espécie gozam do direito de receber dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do Artigo 202 da Lei nº. 6.404/76. Sobre os dividendos aprovados não incidem juros, e os montantes que não forem reclamados dentro do prazo de três anos após a data em que forem colocados à disposição dos acionistas prescrevem em favor da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os dividendos mínimos obrigatórios são assim apresentados:

	31/12/2012	31/12/2011
Lucro líquido do exercício	486.928	470.437
Reserva legal - (5%)	(24.346)	(23.522)
Reserva de incentivos fiscais	(7.208)	(9.409)
Lucro líquido	455.374	437.506
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	113.844	109.377

De acordo com deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de 28 de abril de 2009, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, em reunião de 16 de março de 2012, a distribuição de dividendos de 2012, sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio, no percentual de 35% sobre o lucro líquido, no montante de R\$159.381 (R\$134 por ação) líquidos de imposto de renda na fonte no valor de R\$9.678. Em 2011, o valor foi de R\$153.127 (R\$1,33 por ação), líquidos de imposto de renda na fonte no valor de R\$11.224.

Conforme facultado no artigo 9º da Lei nº 9.249/95, e observando-se a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, os juros foram contabilizados como despesas financeiras para fins de dedutibilidade na apuração do imposto de renda e da contribuição social, gerando o benefício fiscal de R\$54.190. Para fins societários, os juros sobre o capital próprio estão sendo apresentados a débito de lucros acumulados, no patrimônio líquido.

A movimentação do saldo da conta de juros sobre o capital próprio a pagar em 2012 e 2011 é a seguinte:

	31/12/2012	31/12/2011
Saldo em 1º de janeiro	26.921	66.859
JCP Propostos	159.381	153.127
IR retido na fonte sobre JCP	(7.229)	(15.627)
JCP pagos no exercício	(133.712)	(177.438)
Transferência para impostos a compensar	1.108	-
Saldo de juros sobre o capital próprio no passivo circulante	46.469	26.921

(e) Lucro por ação

• Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria (letra "a" desta nota).

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	486.928	470.437	481.723	464.507
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas - milhares	119.327	114.931	119.327	114.931
Lucro básico por ação	4,08	4,09	4,04	4,04

• Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia tem uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: debênture conversível. Pressupõe-se que a dívida conversível foi convertida em ações ordinárias e que o lucro líquido é ajustado para eliminar a despesa financeira menos o efeito fiscal.

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro				
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	486.928	470.437	481.723	464.507
Despesa financeira sobre a dívida conversível (líquida de imposto)	-	7.711	-	7.711
Lucro usado para determinar o lucro diluído por ação	486.928	478.148	481.723	472.218
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas - milhares	119.327	114.931	119.327	114.931
Ajustes de:				
Conversão presumida de dívida conversível - milhares	-	4.353	-	4.353
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação - milhares	119.327	119.284	119.327	119.284
Lucro diluído por ação	4,08	4,01	4,04	3,96

(f) Outros resultados abrangentes

Os valores relativos a outros resultados abrangentes não impactaram a "demonstração de resultados abrangentes" da Companhia.

19. Objetivos e Políticas de Gestão de Risco Financeiro

A Companhia utiliza-se de instrumentos de planejamento de curto, médio e longo prazo com o objetivo de avaliar a gestão dos seus riscos financeiros, e dessa forma, orientar o processo decisório, permitindo que as ações, quando necessárias, possam ser tomadas em tempo hábil. No curto prazo utiliza-se da "programação diária do fluxo de caixa" que abrange um período de até 90 dias. No médio prazo (360 dias) utiliza-se do orçamento empresarial que retrata o seu plano de ação, tanto do ponto de vista operacional quanto de investimentos. No longo prazo utiliza-se do "Demonstrativo de Resultados - DRE" que retrata os seus objetivos estratégicos para um período de 10 anos e é composto de um demonstrativo econômico e de um financeiro.

(a) Gestão de risco financeiro

A Gestão de Riscos Corporativos está alinhada às práticas de Governança Corporativa, bem como ao Planejamento Empresarial, que define os Objetivos Estratégicos da Companhia.

A Superintendência Financeira da Companhia monitora os riscos financeiros com o objetivo de avaliar os riscos das operações de créditos que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias para mitigar tais riscos.

A premissa da Superintendência Financeira é dar previsibilidade ao caixa da Companhia para um prazo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado pelas instituições financeiras com as quais relacionamos.

Os principais riscos de exposição da Companhia são:

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial, risco de preço de commodities e outros riscos de preço, como risco de ações. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar, depósitos e instrumentos disponíveis para venda.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, o índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis e a proporção de instrumentos financeiros em moeda estrangeira são todos eles valores constantes.

As análises excluem as movimentações do impacto nas variáveis de mercado sobre o valor contábil de obrigações de aposentadoria e pós-aposentadoria, provisões e sobre ativos e passivos não financeiros das operações no exterior.

A análise de sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças presumidas nos respectivos riscos de mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com taxas de juros flutuantes (principalmente a cesta de juros dos contratos vinculados à União Federal - Bônus). No entanto, o montante de recursos externos é muito pouco representativo na estrutura de capital da empresa.

No tocante aos riscos de elevação das taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia ocorre em função do passivo líquido, indexado à variação da TJLP, do IPCA e do CDI.

São simulados diversos cenários levando-se em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamentos. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados considerando somente os principais ativos e passivos financeiros.

Sensibilidade a taxas de juros

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos de uma possível mudança nas taxas de juros nos empréstimos e financiamentos a pagar. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o resultado da Companhia antes da tributação é afetado pelo impacto sobre empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis, conforme descrito a seguir:

	Aumento/redução em pontos base	Efeitos no lucro antes da tributação (RS)
31/12/2012		
	+ 0,5%	(12.252)
	□ 0,5%	12.252
31/12/2011		
	+ 0,5%	(12.770)
	□ 0,5%	12.770

A movimentação presumida em pontos base para a análise de sensibilidade a taxas de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado, indicando uma volatilidade significativamente mais elevada do que em exercícios anteriores.

Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente, às cotações do Dólar americano e do Euro, em relação ao Real, impactando diretamente no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa.

Os financiamentos em moeda estrangeira são destinados a obras específicas de melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. A Companhia não possui instrumentos de proteção quanto à exposição dos riscos cambiais, uma vez que, o endividamento em moeda estrangeira é pouco representativo em relação à dívida total.

A exposição da Companhia em moeda estrangeira, representada pelo seu endividamento em Dólares americanos e em Euros, totalizava R\$62.387 em 31 de dezembro de 2012 (R\$55.750 em 31 de dezembro de 2011), 2,0% de seu endividamento total (2,0% em 31 de dezembro de 2011). A Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2012, caução de R\$40.527 (R\$35.192 em 31 de dezembro de 2011) como garantia de parte dos financiamentos em moeda estrangeira (Nota 12).

Sensibilidade à taxa de câmbio

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados e no seu patrimônio advindos de variação cambial do US\$ e do EUR. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o resultado da Companhia antes da tributação é afetado pelo impacto sobre empréstimos a pagar sujeitos à variação cambial, conforme descrito na tabela abaixo:

	Variação na taxa US\$	Efeito no lucro antes da tributação (RS)
31/12/2012		
	+ 20%	(12.363)
	□ 20%	12.363
	+10%	(6.181)
	□ 10%	6.181
31/12/2011		
	+ 20%	(11.036)
	□ 20%	11.036
	+10%	(5.518)
	□ 10%	5.518

A movimentação do resultado e do patrimônio tem origem na movimentação dos empréstimos em Dólares americanos.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

➤ Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Parte substancial das vendas é pulverizada entre um grande número de clientes. No caso desses clientes, o risco de crédito é mínimo devido à pulverização da carteira e aos procedimentos de controle, que monitoram esse risco. Eventuais perdas na realização dos créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertas por provisão.

➤ Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

Quando ao risco de crédito, decorrente da possibilidade da Companhia incorrer em perdas dos depósitos mantidos em instituições financeiras, devido à decretação da sua insolvência, foi criado em outubro de 2012 o Comitê de Aplicações Financeiras que delibera, de acordo com a Política de Aplicações Financeiras da Companhia, onde cada instituição é analisada segundo critérios pré-estabelecidos. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente, ou quando ocorre qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da economia brasileira.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou com perda do valor recuperável pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011
Conta-corrente, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo (*)		
AAA	469.309	94.559
AA	26.933	63.469
A	65	26.520
B (BAA, BA e BBB)	118	56.988
Total	496.425	241.536

(*) Conforme classificação de rating pela agência de risco Moody's.

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Conta-corrente, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo (*)		
AAA	470.585	95.394
AA	26.933	63.469
A	65	26.520
B (BAA, BA e BBB)	118	56.988
Total	497.701	242.371

(*) Conforme classificação de rating pela agência de risco Moody's.

Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

A gestão prudente do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes para cobrir as exigências de curto prazo e para assegurar o programa de investimentos da Companhia.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado e os equivalentes de caixa (Nota 06). Geralmente, isso é realizado em nível de cada unidade operacional da Companhia, de acordo com a prática e os limites orçamentários pré-estabelecidos. Esses limites variam por localidade para levar em consideração a liquidez do mercado em que a entidade atua. Além disso, a Política de Gestão de Liquidez da Companhia envolve a projeção de fluxos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros liquidados pelo valor líquido, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo.

	Faixas de vencimento (i)			
	Até 01 ano	Entre 01 e 03 anos	Entre 03 e 05 anos	Acima de 05 anos
Em 31 de dezembro de 2012				
Amortização	363.005	782.484	606.133	1.307.756
Juros	4.669	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	367.674	782.484	606.133	1.307.756
Fornecedores e outras obrigações	170.653	27.108	29.638	52.939
Em 31 de dezembro de 2011				
Amortização	521.288	660.715	431.026	1.174.536
Juros	22.394	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	543.682	660.715	431.026	1.174.536
Fornecedores e outras obrigações	139.415	24.489	44.366	64.261

(i) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações legais e estatutárias como impostos, dividendos, juros sobre o capital próprio, previdência complementar, provisões etc.

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

A tabela a seguir apresenta as garantias dadas pela Companhia nos contratos de financiamentos.

Instituição	Garantia (receita vinculada)	31/12/2012	31/12/2011
CEF até 1998 e Tesouro Nacional.	10% dos recebíveis	24.792	22.459
CEF 2003, 2004, 2007, 2008 e 2009.	Vinculação da receita igual a 3 vezes o serviço da dívida mensal	11.234	11.234
Unibanco 2002 e contratos sindicalizados 2004	RS17 MM corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 04/07/06	23.097	21.956
Contratos sindicalizados II - 2006	RS15,3 MM corrigidos mensalmente pelo IPCA, desde 04/07/06	20.787	19.760
BNDES 2004 (1 emissão de debêntures) 300 MM	RS18 MM corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 01/02/09	21.291	20.115
BNDES 2007 (III emissão de debêntures) 450 MM	RS18 MM corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 12/12/07	22.595	21.215
BNDES PAC 2007/2008	RS26 MM corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 20/05/08	32.449	30.907
BNDES 181 MM	RS7 MM corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 22/04/10	7.881	7.498
BNDES debêntures simples 740 MM	RS32 MM corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 01/10/10	36.367	34.487
BNDES 288 MM	Vinculação da receita igual a 4,5% do saldo devedor das debêntures	12.960	13.070
Banco KfW	Vinculação da receita equivalente à 1 ao serviço da dívida mensal	6.000	-
CEF - Financiamentos 2011-2012	Vinculação da receita igual a 3 vezes o serviço da dívida mensal	6.189	-

Risco de vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui contratos de empr

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de Reais - exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora/Consolidado	
	2012	2011
Salários e encargos.....	28.426	27.875
Materiais.....	97.520	68.691
Equipamentos.....	89.008	38.972
Serviços de terceiros.....	438.888	470.691
Custos de financiamentos.....	61.690	79.488
Outros.....	964	1.584
Total dos custos de construção.....	716.496	687.301

22. Despesas com Benefícios e Empregados

	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011
Salários.....	507.446	456.335
Custos previdenciários.....	154.578	141.372
FGTS.....	48.008	44.833
Contribuição para plano de pensão.....	33.683	33.655
Programa de alimentação.....	103.646	92.112
Programa de saúde.....	41.446	40.575
Outros benefícios.....	15.195	13.064
Total.....	904.002	821.946

Número de empregados (não auditado)..... 11.611 11.535

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Salários.....	512.104	461.949
Custos previdenciários.....	155.641	142.268
FGTS.....	48.340	45.118
Contribuição para plano de pensão.....	33.683	33.655
Programa de alimentação.....	105.024	92.306
Programa de saúde.....	41.544	40.648
Outros benefícios.....	15.280	13.156
Total.....	911.616	829.100

Número de empregados (não auditado)..... 11.912 11.794

23. Receitas e Despesas Financeiras

A variação verificada no resultado financeiro do exercício de 2012, em relação à igual período de 2011 está assim representada:

	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011
Juros ativos.....	21.696	25.542
Rendimentos com aplicações financeiras.....	58.710	27.077
Receita de variação monetária e cambial.....	51.645	27.519
Capitalização de ativos financeiros/outros.....	2.666	16.195
Total de receitas.....	134.717	96.333

Juros sobre financiamentos.....	(194.447)	(147.958)
Despesa de variação monetária e cambial.....	(55.605)	(32.870)
Outras despesas.....	(7.320)	(4.359)
Total de despesas.....	(257.370)	(185.187)
Resultado financeiro.....	(122.653)	(88.854)

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Juros ativos.....	21.903	25.771
Rendimentos com aplicações financeiras.....	58.717	27.128
Receita de variação monetária e cambial.....	50.362	20.239
Capitalização de ativos financeiros/outros.....	2.774	16.399
Total de receitas.....	133.756	89.537

Juros sobre financiamentos.....	(194.447)	(147.964)
Despesa de variação monetária e cambial.....	(55.605)	(32.871)
Outras despesas.....	(7.407)	(4.594)
Total de despesas.....	(257.459)	(185.429)
Resultado financeiro.....	(123.703)	(95.892)

24. Transações com Partes Relacionadas

A Companhia é controlada pelo Estado de Minas Gerais, que detém 51,13% das ações da sociedade (Nota 18).

Além do saldo a pagar à CEMIG, demonstrado na Nota 11, e os convênios descritos na Nota 16, as demais transações com partes relacionadas resumem-se, basicamente, àquelas efetuadas com o Estado de Minas Gerais e as subsidiárias. Os saldos e operações mais relevantes são como segue:

	Controladora				
	31/12/2012				Outras Estado MG
	Águas Minerais	Coponor	Serviços Irrigação	Total	
Ativo					
Circulante					
Clientes					
Valores faturados.....	□	□	□	□	17.996
Não circulante					
Empréstimos.....	□	19.121	1.076	20.197	□
Investimentos.....	23.581	1	1	23.583	□
Total do ativo.....	23.581	19.122	1.077	43.780	17.996
Passivo					
Circulante					
Convênios.....	□	□	□	□	29.787
Juros sobre capital próprio.....	□	□	□	□	24.197
Não circulante					
Provisão para perdas em investimentos.....	□	15.932	186	16.118	□
Total do passivo.....	□	15.932	186	16.118	53.984
Resultado					
Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário.....	□	□	□	□	102.077
Receitas de variações monetárias.....	□	1.187	99	1.286	□

	Controladora				
	31/12/2012				Outras Estado MG
	Águas Minerais	Coponor	Serviços Irrigação	Total	
Ativo					
Circulante					
Clientes					
Valores faturados.....	□	□	□	□	8.905
Convênios.....	□	□	□	□	4.741
Não circulante					
Empréstimos.....	57.541	17.139	1.368	76.048	□
Investimentos.....	1	1	1	3	□
Total do ativo.....	57.542	17.140	1.369	76.051	13.646
Passivo					
Circulante					
Juros sobre capital próprio.....	□	□	□	□	15.870
Não circulante					
Provisão para perdas em investimentos.....	31.047	13.666	894	45.607	□
Total do passivo.....	31.047	13.666	894	45.607	15.870
Resultado					
Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário.....	□	□	□	□	89.806
Receitas de variações monetárias.....	5.561	1.542	178	7.281	□

Os saldos e operações com partes relacionadas são realizados a preços e condições considerados pela Administração como compatíveis com os praticados no mercado, excetuando-se a forma de liquidação financeira, que poderá acontecer através de negociações especiais (encontro de contas). Os contratos de mútuo com as subsidiárias têm as seguintes condições:

- Águas Minerais de Minas:
 - A partir de janeiro de 2012, a atualização monetária sobre os contratos de mútuo com esta subsidiária deixou de ser calculada e contabilizada, pois, o saldo destes contratos foi convertido em adiantamento para futuro aumento de capital, registrado no patrimônio líquido, cuja efetivação depende de aprovação da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no 1º trimestre de 2013, conforme Nota 08.
- Coponor:
 - Remuneração de 90% do CDI, conforme renegociação descrita na Nota 08.
- Serviços de Irrigação:
 - Remuneração de 101% do CDI.

► Fornecimento de energia

A Companhia é grande consumidora de energia elétrica do Estado de Minas Gerais, sendo que o principal fornecedor desta energia é a CEMIG, empresa controlada pelo nosso maior acionista, o Estado de Minas Gerais. A Companhia possui mais de 300 contratos de energia elétrica, sendo que cada um é específico de cada unidade consumidora.

► Contratos de financiamento com o BDMG

A Companhia celebrou diversos contratos de financiamento com o BDMG no curso normal de nossos negócios.

► Contratos com a CODEMIG

A Companhia assinou com a CODEMIG, no dia 22 de março de 2006, protocolo de intenções de cooperação técnica e, em 30 de junho de 2006, um contrato de arrendamento para assumir os direitos minerários das águas minerais de Araxá, Cambuquira, Caxambu e Lambari, conforme Nota 01.

► Garantia do Estado de Minas Gerais em contratos da Companhia com a União

Os contratos abaixo relacionados deservem garantias prestadas pelo Estado de Minas Gerais em contratos envolvendo a Companhia e a União:

Contrato Particular de Confissão e Composição de Dívidas com União de 20 de janeiro de 1994: em caso de inadimplência contratual, a União ficou autorizada pelo Estado de Minas Gerais a: (i) compensar quaisquer quantias com recursos de receitas próprias e quotas de determinados tributos, até o limite suficiente para liquidação de referida inadimplência; e (ii) requerer a transferência de recursos existentes nas contas de centralização de receitas próprias do Estado de Minas Gerais mantidas junto a uma determinada instituição financeira, até o limite suficiente para liquidação de referida inadimplência. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo em aberto desses contratos é de R\$42.112, conforme Nota 12.

Contrato de Confissão e Consolidação de Dívida com a União de 05 de agosto de 1998: o Estado de Minas Gerais cedeu e transferiu à União, créditos que foram feitos à sua conta de depósitos provenientes das receitas de determinados tributos, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo em aberto desses contratos é de R\$56.162, conforme Nota 12.

Contrato de Vinculação de Receitas e de Cessão e Transferência de Crédito em Contragarantia de 29 de novembro de 2011: em caso de inadimplência contratual, a União ficou autorizada pelo Estado de Minas Gerais a: (i) compensar quaisquer quantias com recursos de receitas tributárias constituídas, até o limite suficiente para liquidação de referida inadimplência; e (ii) requerer a transferência de recursos existentes nas contas de centralização de receitas próprias do Estado de Minas Gerais mantidas junto a uma determinada instituição financeira, até o limite suficiente para liquidação de referida inadimplência. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo em aberto desse contrato é de R\$6.225, conforme Nota 12.

► Remuneração do pessoal-chave da administração

	31/12/2012	31/12/2011
Remuneração.....	4.538	4.363
Participação nos lucros.....	31	27
Benefícios pós-emprego.....	39	-
Benefícios assistenciais.....	631	572
Total.....	5.239	4.962

25. Prestação de Serviços Públicos de Água e Esgoto em Belo Horizonte

O Estado e o Município de Belo Horizonte assinaram, em 13 de novembro de 2002, convênio de cooperação, assegurando à Companhia a continuidade da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em Belo Horizonte por mais 30 anos.

Em 30 de abril de 2004, foi celebrado o Primeiro Termo Aditivo a este convênio. Os principais itens do convênio de cooperação, consolidados pelo aditivo, são os seguintes:

1º) O Município declarou e reconheceu o débito de sua responsabilidade no valor global de R\$70.662, referido à data de 30 de novembro de 2002, correspondente a faturas de serviços de água e esgoto emitidas até novembro de 2002, ainda pendentes de pagamento. O montante desse débito estava sendo pago em 335 (trezentas e trinta e cinco) parcelas mensais e consecutivas equivalentes, cada uma, a 202.838,77 m³ de água, a partir de janeiro de 2005. O valor em moeda corrente de cada parcela era calculado multiplicando-se o volume a ser quitado pelo valor da tarifa média faturada por m³ em Belo Horizonte, acrescido de juros simples remuneratórios de 0,5% ao mês, contados a partir de novembro de 2002. No entanto, a partir de 24 de fevereiro de 2010, com a assinatura do Termo de Compensação de Dívidas Recíprocas, o montante da dívida passou a ser pago em 120 parcelas mensais e consecutivas, com juros de 1% e atualização monetária anual pelo IPCA-E (Notas 07 e 11). Em 31 de dezembro de 2012, o saldo a receber registrado é de R\$255.676 sendo R\$35.676 no ativo circulante e R\$220.000 no ativo não circulante (R\$250.766 em 31 de dezembro de 2011 sendo R\$30.706 no ativo circulante e R\$220.060 no ativo não circulante).

2º) A Companhia assumiu parte dos custos do Programa de Recuperação Ambiental e Saneamento dos Fundos de Vale e dos Córregos em Leito Natural de Belo Horizonte - DRENURBS, de interesse do Município, a título de custo do Direito de Exploração da Concessão de Belo Horizonte, cujo valor inicialmente contratado de R\$170.000, está sendo atualizado pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Em dezembro de 2011, o Município de Belo Horizonte apresentou medições de gastos realizados com o referido programa até o mês de dezembro de 2009. Considerando o compromisso de reembolso de parte do valor dessas medições a partir de janeiro de 2008, o seu valor foi atualizado até a referida data e baixado pelo valor total de reembolsos devidos no período, passando a representar um saldo de R\$214.933. Quando da apresentação de novas medições de gastos realizados pelo Município, será procedido o reembolso das 240 (duzentas e quarenta) parcelas remanescentes, limitado ao valor de R\$855 de cada parcela, atualizado pelo IPCA, e ao saldo atualizado do compromisso.

26. Mensuração e Hierarquia do Valor Justo

O valor justo é um preço existente, representando o valor que seria recebido pela venda de um ativo, ou pago para transferir um passivo em uma transação normal entre participantes do mercado.

Dessa forma, o valor justo é uma mensuração baseada no mercado e assim deve ser determinado com base em premissas que os participantes do mercado usariam na determinação de preços de um ativo ou passivo. Como base para a consideração de tais premissas estabeleceu-se uma hierarquia de valor justo de três níveis que prioriza as entradas usadas na mensuração do valor justo como segue:

1. Nível 1 - Insumos observáveis tais como os com preços cotados em mercados ativos;
2. Nível 2 - Outros insumos que não os com preços cotados em mercados ativos que são observáveis quer direta ou indiretamente;
3. Nível 3 - Insumos não observáveis, para os quais existem poucos ou nenhum dado de mercado, que exige que a entidade de reporte desenvolva as suas próprias premissas.

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia não possui instrumento financeiro avaliado a valor justo.

27. Compromissos

A Companhia assinou contratos para construção de novos empreendimentos, em que as obrigações são contabilizadas à medida que os serviços são executados. Listamos a seguir os principais contratos com empreiteiros e fornecedores em aberto em 31 de dezembro de 2012:

Contratado	Valor	Data da Assinatura	Prazo em dias (1)
Construtora Andrade Gutierrez S/A.....	186.404	25/08/2011	1.080
Construções Camargo Corrêa S/A.....	121.904	24/11/2011	900
Mendes Junior Trading e Engenharia S/A.....	60.339	30/11/2012	810
Construtora Barbosa Mello S/A.....	43.272	26/12/2011	540
Egesa Engenharia S/A.....	42.121	13/09/2010	1.080
Perfil Engenharia S/A.....	26.732	05/01/2012	540
Infracon Engenharia e Comércio Ltda.....	26.353	08/08/2012	630
Prefisan Engenharia S/A.....	21.624	14/03/2012	1.080
Construtora R. Fonseca Ltda.....	17.734	01/11/2012	600
Empreendimentos MM Ltda.....	15.870	14/11/2012	600

(1) Contados a partir da data fixada na primeira ordem de serviço.

Na renovação ou revisão de alguns contratos de concessões, a Companhia assumiu compromissos de participar financeiramente de obras de esgotamento sanitário e de tratamento de fundos de vales, a serem executadas pelas prefeituras. Das obras executadas, aquelas pertencentes aos logradouros públicos (canalização de córregos, avenidas sanitárias) são contabilizadas como ativos intangíveis sob o título "direito de exploração de concessões", e amortizadas no prazo remanescente da concessão. Os interceptores de esgoto são incorporados ao intangível da concessão.

Os principais valores compromissados estão relacionados aos seguintes municípios:

Municípios	Valores		% realização
	Empenhados	Realizados	
Betim.....	80.286	73.521	91,57
Belo Horizonte (Nota 25).....	261.140	59.740	22,88
Contagem.....	83.707	83.707	100
Montes Claros.....	121.941	61.417	50,37
Ribeirão das Neves.....	86.411	70.977	82,14
Teófilo Otoni.....	54.360	□	□

28. Política de Seguros

A Companhia e suas subsidiárias contrataram serviços de Seguro de Responsabilidade Civil de Conselheiros, Diretores e/ou Administradores de Sociedades Comerciais, visando garantir indenização para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, referente a eventuais acordos judiciais e extrajudiciais, sentenças proferidas por tribunais arbitrais, condenações judiciais transitadas em julgado, incluindo honorários advocatícios e despesas processuais, durante o andamento dos processos, fundados em responsabilidade civil por atos de gestão praticados pelas referidas pessoas, no exercício de suas funções.

A Companhia não possui contrato de seguro para a cobertura para danos causados em suas edificações e/ou instalações, na data de encerramento das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

29. Exigibilidade do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS

De acordo com a Lei Estadual nº 9.944, de 20 de setembro de 1989, e o Decreto Estadual nº 38.104/96, a Companhia passou a ser contribuinte do ICMS, em regime especial, incidente sobre o fornecimento de água canalizada, tendo efetuado o recolhimento de tal imposto nos anos de 1989 a 1991. Em 1991, a Companhia suspendeu o referido recolhimento em decorrência de decisão liminar no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº 567-7, que determinou que tal cobrança necessitaria de lei e específica que a instituisse. A referida ADIN foi declarada prejudicada por perda de objeto, e esta questão foi pacificada pelo Supremo Tribunal Federal, através da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.224, publicada em 21 de março de 2007, cuja decisão definiu que o fornecimento de água tratada a consumidores finais constitui prestação de serviço público essencial, por expressa determinação constitucional. Entretanto, como o mérito da ação ainda não foi julgado, e muito embora existam manifestações do STF e do STJ, bem como reiterado entendimento da jurisprudência mineira, no sentido de que não haveria incidência do ICMS no fornecimento de água potável por empresas concessionárias desse serviço público, até o presente momento não há um entendimento definitivo do Poder Judiciário. Em razão da suspensão do recolhimento, o valor do referido imposto não está atualmente inserido no cálculo de tarifas da Companhia, não sendo cobrado dos clientes

e, tampouco, repassado ao Governo Estadual, bem como inexistente qualquer atuação por parte da Fazenda Estadual que justifique constituição de provisão para o referido imposto.

30. Transações que não Envolvem Caixa ou Equivalentes de Caixa

Durante o exercício de 2012 e 2011, a Companhia e suas subsidiárias realizaram as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa e que, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Debêntures convertidas				
em ações (Notas 12 e 18).....	137.486	39	137.486	39
Dividendos propostos (Nota 18).....	159.381	153.127	159.381	153.127
Transferência de mútuo para AFAC (AGMM) (Notas 08 e 24).....	58.210	-	-	-
Transferência convênio				
PRODES/ANA (Notas 07 e 11).....	7.576	(2.660)	7.576	(2.660)

DIRETORIA EXECUTIVA

RICARDO AUGUSTO SIMÕES CAMPOS
Diretor Presidente

PAULA VASQUES BITTENCOURT
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

CARLOS GONÇALVES DE OLIVEIRA SOBRINHO
Diretor Técnico e de Novos Negócios



Companhia de Saneamento de Minas Gerais

Inscrição no CNPJ.MF nº 17.281.106/0001-03



13 de 13

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Acionistas da

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG

Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, identificadas como Controladora e Consolidação, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações finan-

ceiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Ênfases

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso das demonstrações financeiras individuais da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, essas práticas diferem do IFRS somente no que se refere a avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRS seria custo ou valor justo, e pela correção monetária dos itens dos ativos intangível e imobilizado até 31 de dezembro de 1997, não registrada pelas práti-

cas contábeis adotadas no Brasil e registrada para fins de IFRS. Nossa opinião não está ressaltada em função desse assunto.

Conforme mencionado na Nota Explicativa 29, a partir de 20 de setembro de 1989, a Companhia passou a ser contribuinte, em regime especial, do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS, relativamente ao fornecimento de água tratada. De acordo com a opinião de seus assessores jurídicos, para consecução da referida cobrança seriam necessários atos normativos específicos regulamentando o assunto. Até o presente momento, não há nenhuma definição por parte do Poder Executivo Estadual quanto aos critérios de cálculo e exigência de cobrança do referido imposto; bem como, este não é inserido no cálculo de tarifas da Companhia. Consequentemente, o referido imposto não vem sendo cobrado dos consumidores e também não vem sendo provisionado pela Companhia ou repassado ao Governo Estadual. Nossa opinião não está ressaltada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte (MG), 20 de fevereiro de 2013.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S/S
CRC 2SP015199/O-6 “F”- MG

Flávio de Aquino Machado
Contador CRC - IMG 065.899/O-2